

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós -
graduações da Universidade Federal de Viçosa - MG**

Lidiane Cesário Barreto
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

LIDIANE CESÁRIO BARRETO

**Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós -
graduações da Universidade Federal de Viçosa - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria Simone Euclides

Coorientadores: Heloisa R. Herneck
Daniela Alves de Alves

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

B273t
2025 Barreto, Lidiane Cesário, 2025-
Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos
programas de pós-graduação da Universidade Federal de
Viçosa-MG / Lidiane Cesário Barreto. – Viçosa, MG, 2025.
1 dissertação eletrônica (137 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Maria Simone Euclides.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Educação, 2025.

Referências bibliográficas: f. 115-124.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.246>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Negros - Educação (Superior) - Viçosa (MG).
2. Programas de ação afirmativa - Viçosa (MG). 3. Estudantes de
pós-graduação - Viçosa (MG). I. Euclides, Maria Simone, 1986-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 379.26

LIDIANE CESÁRIO BARRETO

**Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós -
graduações da Universidade Federal de Viçosa - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 4 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

Lidiane Cesário Barreto
Autora

Maria Simone Euclides
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 08/05/2025 às 18:42:20 e pela orientadora em 08/05/2025 às 20:22:54. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **3ZYT.HLIB.FQFC** e clique no botão 'Validar documento'.

Um dia me disseram a seguinte frase que impactou minha vida: “Somos a realização dos sonhos mais loucos dos nossos ancestrais”, assim, sigo dedicando todas as minhas conquistas a eles/as, aos meus ancestrais, aos meus presentes e aos meus que virão!
Axé/Amém!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é lembrar e referenciar com carinho àquelas(es) que ao longo do nosso caminho nos deixaram marcas, saberes, afetos e nos deram possibilidades de amadurecimento, quer sejam eles quais forem (Euclides, 2017, p.7).

Agradeço primeiramente à DEUS e aos meus pais Cidinha e Geraldo, por me concederem a vida e por serem meus alicerces. A minha ancestralidade por me proteger e me guiar. A minhas avós Marica e Vera por serem as matriarcas da família e por serem as nossas referências maiores de humanidade. Agradeço aos meus irmãos Ezequiel, Larissa e Cleiton por me apoiarem e serem presentes na minha vida.

Aos meus sogros Suely e Helvécio, e aos meus cunhados Douglas, Raquel e Josemar por sempre me incentivar. Ao meu amor, Diego por ser minha cara metade e por sempre me apoiar, incentivar meus sonhos e estar sempre comigo nos voos mais bonitos da minha vida.

Aos meus afilhados de coração Enzo, Beatriz, Franciele, Luan, Noah e Ariany por me fortalecerem. As minhas amigas, irmãs de outras mães, Amanda, Maria Simone, Lilian, Marina e Débora por sempre estarem ao meu lado e por caminhar comigo. E as demais amigadas que me fortaleceram tanto nessa minha travessia acadêmica. Às professoras Maria Simone, Daniela e Heloísa pela oportunidade de aprender com vocês, por caminharem comigo durante todo o mestrado e por confiarem no meu trabalho. As demais integrantes do projeto Alteridades na pós-graduação pela parceria que construímos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa e a instituição Capes por ter oportunizado minha travessia no mestrado.

Aos meus familiares, aos colegas do mestrado, em especial a Ariane, Geralda, Cristina, Thais Matias, Carlos e Taís e a secretária do programa Naiany por ter me ajudado tanto durante essa etapa da minha vida.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me apoiaram e contribuíram com meu caminhar acadêmico!!!

Não pode deixar de sonhar, sonhar fortalece você, sonhar te dá força para viver!!
Segue lutando e acreditando, que uma hora a conquista vem. Mas enquanto não vem, sem ingratidão, hein?! Sem baixar a cabeça e muito menos enterrar seus sonhos, mano. Desistir não faz parte dos planos, não, desistir não faz parte dos planos. Quantos sonhos morreram dentro das gavetas? Alguns nem saíram do papel, outros que nem saíram da cabeça. Mas você não, irmão, você não vai desistir no meio do caminho. Você não vai ser mais um que foi derrotado pelo desânimo e pessimismo. Eu não tô dizendo que todo sonho vai ser realizado, claro que não, mano. Mas, por mais que o sonho não se realize. O barato do sonho é que sonhar nos mantém lutando. O sonho alimenta a fé, a fé fortalece a esperança. E a esperança nos dá força pra não desistir diante das lutas. Ei, não deixe de sonhar, por mais louco que pareça seu sonho. Afinal de contas, todo sonhador, um dia, foi chamado de louco (Thiago, 2022).

RESUMO

BARRETO, Lidiane Cesário, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós-graduações da Universidade Federal de Viçosa - MG.** Orientadora: Maria Simone Euclides. Coorientadores: Heloisa Raimunda Herneck e Daniela Alves de Alves.

Nessa pesquisa de mestrado, buscou-se investigar o perfil de cotistas negros/as ingressantes nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2022 e 2023, e compreender, a partir das narrativas desses/as discentes, como tem se efetivado a presença desses sujeitos/as nos programas de pós-graduação, tanto em nível pessoal quanto acadêmico. A relevância desta pesquisa consiste na obtenção de informações detalhadas sobre a realidade dos/as estudantes cotistas dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no âmbito do acesso, da permanência e da produção do conhecimento. Tais dados são de suma importância para compreender e reavaliar as políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero, raça e classe, bem como para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo que garantam a assistência estudantil, diminuam a evasão acadêmica e contribuam para repensar as políticas públicas na e para a Universidade Federal de Viçosa. Nesse sentido, partimos da seguinte pergunta: a política de ações afirmativas no ensino superior, por meio das cotas raciais nos programas de pós-graduação, tem alterado, quantitativa e qualitativamente, o perfil discente das instituições de ensino superior, bem como o conhecimento científico produzido nesses espaços acadêmicos? O aporte teórico da pesquisa foi construído com base em autoras e autores como Nilma Gomes (2017), Simone Euclides (2017), Silvio Almeida (2019), Kabengele Munanga (2003), Amélia Artes (2015), Anna Venturini e João Feres Júnior (2020), entre outros/as estudiosos/as da temática. Metodologicamente, a pesquisa adotou a abordagem qualitativa, fundamentada em Minayo (2001; 2014). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os/as estudantes cotistas participantes da pesquisa. Os resultados apontaram que a UFV implementa a política de cotas raciais em todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* do CCH e CCE. No entanto, como a reserva de vagas ocorre com o percentual mínimo, observa-se uma presença mais significativa de estudantes negros/as cotistas no CCE. Verificou-se também que esses/as estudantes não estão livres de vivências de discriminação por raça, gênero e classe durante a pós-graduação. Há uma diferenciação nas experiências entre os/as estudantes dos Centros de

de

Ciências Exatas e de Ciências Humanas. No CCE, há maior incidência de sexismo, e o desenvolvimento das pesquisas exige altos investimentos para a aquisição de equipamentos, que, por vezes, esses/as estudantes não conseguem custear. Já nas Ciências Humanas, as experiências relacionadas ao sexismo são menos recorrentes, e não foram relatadas dificuldades para a realização de pesquisas ou pela falta de equipamentos. Por fim, a política de cotas raciais impacta diretamente a vida dos/as discentes participantes da pesquisa, nos âmbitos pessoal, coletivo e familiar. No que se refere às presenças negras e às produções epistêmicas desses/as discentes, observou-se que muitos trabalhos abordam, de forma direta ou transversal, as questões de raça, gênero e classe, contribuindo para o surgimento de novas temáticas nas agendas de pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Políticas de Ações Afirmativas; Cotas Raciais na Pós-Graduação; Presenças Negras; Agências Negras

ABSTRACT

BARRETO, Lidiane Cesário, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **Treading paths: black presences and agencies in the graduate programs of the Federal University of Viçosa - MG.** Adviser: Maria Simone Euclides. Co-advisers: Heloisa Raimunda Herneck and Daniela Alves de Alves.

This master's research aimed to investigate the profile of Black quota students entering the stricto sensu Graduate Programs of the Centers for Human Sciences (CCH) and Exact Sciences (CCE) at the Federal University of Viçosa (UFV), between 2022 and 2023. It also sought to understand, through the narratives of these students, how their presence has been shaped within the graduate programs, both on a personal and academic level. The relevance of this research lies in obtaining detailed information about the reality of quota students regarding access, retention, and knowledge production. Such data are essential for understanding and reassessing affirmative and inclusive policies related to gender, race, and class, as well as for developing short- and long-term strategies to ensure student support, reduce academic dropout rates, and rethink public policies within and for the Federal University of Viçosa. In this sense, the following research question guided the study: Have affirmative action policies in higher education, through racial quotas in graduate programs, quantitatively and qualitatively changed the student profile of higher education institutions, as well as the scientific knowledge produced in these academic spaces? The theoretical framework was built upon the works of authors such as Nilma Gomes (2017), Simone Euclides (2017), Silvio Almeida (2019), Kabengele Munanga (2003), Amélia Artes (2015), Anna Venturini, João Feres Júnior (2020), among others who study this theme. Methodologically, the study adopted a qualitative approach, based on Minayo (2001; 2014). Semi-structured interviews were conducted with the quota students participating in the research. The results showed that UFV applies the racial quota policy in all stricto sensu graduate programs of the CCH and CCE. However, as the allocation of reserved spots follows the minimum percentage required, there is a more significant presence of Black quota students in the CCE. It was also observed that these students are not free from experiences of discrimination based on race, gender, and class during their graduate studies. Differences were identified in the experiences of students from the Centers of Human and Exact Sciences. In the CCE, there is a higher incidence of sexism, and research development requires substantial investments in equipment, costs that these students are often unable to afford. In the Human Sciences, experiences of sexism are less frequent, and no significant difficulties were reported regarding

research execution or lack of equipment. Finally, the racial quota policy has a direct impact on the personal, collective, and family lives of the students who participated in the research. Regarding the Black presence and the epistemic productions of these students, many works were found to address issues of race, gender, and class—either directly or transversally— thus contributing new themes to academic research agendas.

Keywords: Affirmative Action Policies; Racial Quotas in Graduate Studies; Black Presences; Black Agencies

Lista de imagens

Imagem 1: mapa da violência contra a mulher.....	33
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipos de Ações Afirmativas... ..	43
Tabela 2: Perfil por Gênero e Curso dos/das estudantes cotistas negros/as.	48

LISTA DE SIGLAS

AGROS- Sistema de Previdência e Saúde UFV

CAPES- Coordenação Pessoal de Nível Superior

CCE- Centros de Ciências Exatas

CCH- Centros de Ciências Humanas

CEP-Comitê de Ética em Pesquisa

DPF- Departamento de Física

EBAP- Encontro Brasileiro de Administração Pública

EDUCAGERA- Grupo de Estudos e pesquisas em Educação, Gênero e Raça

ENEM- Exame Nacional de Educação do Ensino Médio

ESAV- Escola Superior de Agricultura e Veterinária

FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FIES- Financiamento Estudantil

FCC- Fundação Carlos Chagas

FF-Fundação Ford

IFP-International Fellowship Program

MEC- Ministério da Educação

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OBAAP- Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROUNI-Programa Universidade para todos

REUNI-Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

TCC-Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA-Universidade Federal da Bahia

UFPI- Universidade Federal do Piauí

UFV- Universidade Federal de Viçosa

UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFOP-Universidade Federal de Ouro Preto

UNB-Universidade de Brasília

UNEB-Universidade do Estado da Bahia

UENF-Universidade Estadual do Norte Fluminense

UREMG- Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.2 QUEM SOU? DE ONDE VENHO?	17
2. DISCUSSÕES E CONCEITUALIZAÇÕES SOBRE RAÇA E RACISMO	23
3. O CAMINHAR DOS/AS ESTUDANTES NEGROS/AS NA GRADAÇÃO ESCOLAR: PERCURSOS MARCADOS PELO RACISMO	26
4. UM OLHAR INTERSECCIONAL PARA AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE	29
5. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL	33
5.1 POLÍTICA DE COTAS NA GRADUAÇÃO	38
5.2 POLÍTICAS DE COTAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES	41
6. PERCURSOS METODOLÓGICOS	45
7. UFV: NA UNIVERSIDADE ONDE A DIVERSIDADE E OS SABERES SE ENCONTRAM	49
8. DE ONDE VIEMOS: A HISTÓRIA POR TRÁS DE QUEM SOMOS	50
9. FUI APROVADO/A, E AGORA COMO VAI SER?	63
10. IMPACTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA VIDA DOS ESTUDANTES COTISTAS	70
11. NUANCES DO RACISMO, CLASSISMO E SEXISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	77
12. “EXCLUÍDOS DO INTERIOR”: DO ACESSO ÀS EXPERIÊNCIAS DE NÃO INCLUSÃO NOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO	86
12.1 RELAÇÃO COM OS PROFESSORES(AS)/ORIENTADORES(AS).....	90
13. PRESENCAS EPISTÊMICAS: UMA BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DOS/AS ESTUDANTES COTISTAS	95
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
14.1 DAS CONCLUSÕES À INCONCLUSÕES: AS REVERBERAÇÕES DA PESQUISA PARA ALÉM DO NARRADO ATÉ AQUI OS RELATOS DO ENCONTRO DA PESQUISADORA E A SUA PESQUISA	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	125
APÊNDICE A: TCLE	125
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO.....	129
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	133
ANEXOS	135
ANEXO 1: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	135

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado, intitulada “Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós-graduações da Universidade Federal de Viçosa”, é fruto de um projeto macro aprovado no programa de Alteridades na Pós, promovido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital n.º 37/2022, intitulado “Presenças negras em programas de pós-graduações: emergências e agências na ciência brasileira”. Esta pesquisa maior busca identificar e compreender as agências de estudantes negros e negras cotistas presentes nos Programas de Pós-Graduação das seguintes universidades federais: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade de Brasília (UnB), no período de 2022 a 2026.

Após a implementação da política de cotas para ingresso no ensino superior, houve um aumento significativo da presença de estudantes negros/as nesse espaço, sobretudo nos cursos de graduação. Adiante, apesar das discussões sobre a implementação das políticas de cotas nos programas de pós-graduação serem algo recente, a partir de 2016, algumas instituições já implementavam as ações afirmativas nos programas de pós-graduação, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2002, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ambas em 2015 (Júnior, Venturini, 2020). No entanto, somente após o Ministério da Educação (MEC) publicar a portaria n.º 13/2016 (Brasil, 2016), houve um aumento no número de instituições que adotaram as ações afirmativas nos programas de pós-graduação (Venturini, 2019). Todavia, somente em 2023, houve uma reformulação da Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012) para a Lei n.º 14.723/2023 (Brasil, 2023), que prevê, em seu artigo 7B, que as instituições de ensino superior promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos/as, pardos/as, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em seus programas stricto sensu de pós-graduação (Brasil, 2023).

A partir disso, surgem as seguintes questões norteadoras da presente pesquisa: a política de ações afirmativas no ensino superior, via cotas raciais nos programas de pós-graduação, tem alterado quantitativa e qualitativamente o perfil discente das instituições, bem como o conhecimento científico produzido nesses espaços acadêmicos? Quais programas de pós-graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e de Ciências Exatas (CCE) da UFV adotam a política de cotas raciais? Em quais cursos desses centros se encontram discentes negros/as? Quais

são os desafios que os/as mesmos/as têm enfrentado, uma vez estando nos programas de pós-graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa? Que tipo de saberes são pesquisados em suas travessias acadêmicas? Há distinções de gênero quando relacionamos a presença e a inserção de cotistas nos cursos de pós-graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa? Quais são os impactos da produção do conhecimento científico dos cotistas negros e negras nas suas respectivas áreas do conhecimento?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar o perfil de cotistas ingressantes nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Centro de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2022 e 2023, evidenciando como se relacionam as temáticas étnico-raciais e de gênero na produção científica. Os objetivos específicos foram: 1) realizar diagnóstico quantitativo de discentes cotistas que ingressaram nos Programas de Pós-Graduação (mestrado ou doutorado) na UFV, especificamente nos CCH e CCE, entre 2022 e 2023; 2) identificar em quais cursos desses centros a presença de cotistas negros/as se dá de modo efetivo e em quais ainda há ausências da aplicabilidade da política de cotas; 3) investigar se há desafios enfrentados pelos/as cotistas negros/as e quais são, quanto à sua permanência nos programas de mestrado ou doutorado dos centros CCH e CCE da UFV; 4) mapear as produções científicas agenciadas por cotistas negros e negras nos programas de pós-graduação e como essas produções se relacionam com as temáticas raciais e de gênero; 5) analisar se há alguma diferenciação no que tange às presenças e às agências dos estudantes cotistas entre os centros de Ciências Exatas e Ciências Humanas da UFV.

A justificativa para a realização dessa pesquisa, de modo pessoal, é pelo fato de eu ser uma estudante pesquisadora cotista negra que tem sua trajetória marcada pelo racismo e sexismo na sua trajetória pessoal e acadêmica. No âmbito acadêmico, essa pesquisa poderá contribuir com as discussões sobre as presenças negras nos programas de pós-graduação *stricto sensu* dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ademais, espera-se que este trabalho de pesquisa possa ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negros/os dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. É importante demarcar que essa

pesquisa tem sido construída a partir da perspectiva da interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

A dissertação foi estruturada da seguinte forma: na seção I, apresenta-se uma contextualização sobre raça e racismo no Brasil; na seção II, tecem-se discussões sobre o impacto do racismo na trajetória educacional de estudantes negros/as; na seção III, discute-se o conceito de interseccionalidade com foco nos marcadores de raça, gênero e classe; na seção IV, aborda-se o surgimento das ações afirmativas no cenário educacional, contextualizando o início das ações afirmativas na graduação e, posteriormente, na pós-graduação; na seção V, trata-se dos caminhos metodológicos traçados para a realização desta pesquisa; na seção VI, faz-se uma apresentação dos/as estudantes cotistas participantes da pesquisa, com o intuito de demarcarmos o epistêmico de cada entrevistado/a; na seção VII, refere-se ao ingresso dos estudantes cotistas nos programas de pós-graduação, suas primeiras impressões e os impactos da chegada à pós-graduação; na seção VIII, discute-se sobre episódios de racismo e sexismo nos programas de pós-graduação; na seção IX, trata-se de uma discussão acerca dos desafios enfrentados pelos/as estudantes cotistas; na seção X, dialoga-se com as pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos estudantes cotistas.

1.2 Quem sou? De onde venho?

Antes de adentrarmos nas discussões acerca da temática proposta para este trabalho, permitam-me fazer uma breve apresentação sobre minha trajetória até aqui.

Sou Lidiane Cesário Barreto, filha de Geraldo Antônio Barreto e Maria da Cruz Cesário Barreto, nascida e criada em um terreno emprestado pela minha avó paterna, localizado na zona rural da cidade de Barra Longa-MG, na comunidade chamada Bananal, aproximadamente 76 km de Viçosa-MG. Carrego comigo as lembranças de uma infância muito feliz, mas, ao mesmo tempo, muito dolorosa. Cresci em um ambiente familiar muito simples, ajudando meus pais com os afazeres de casa e a cuidar dos animais. Meus familiares, a quem dedico toda minha trajetória, sempre trabalharam muito para manter a casa e garantir que seus quatro filhos conseguissem estudar. Meu pai, trabalhador rural, e minha mãe, dona de casa e bordadeira, por meio de muita luta para não faltar o que comer e beber, sempre seguiram e seguem firmes.

Apesar de meu pai e minha mãe não entenderem muito sobre a trajetória escolar, pois, infelizmente, foram impossibilitados de concluir o ensino básico, permanecendo na escola ambos

somente até o ensino fundamental, a maior alegria deles era ver seus filhos “estudados”, pois sabiam que, por meio do caminho acadêmico, nós conseguiríamos uma vida melhor. Com isso, o incentivo à educação era constante no nosso dia a dia. Lembro-me de minha mãe dizendo: “Ou estuda, ou vai limpar privada de madame na rua? Qual você prefere?”. É óbvio que rapidamente eu pegava meu caderno e ia estudar.

Cursei toda a educação básica na cidade de Barra Longa, localizada a uns 7 km da minha comunidade rural. Eu e meus irmãos tínhamos que caminhar bastante para alcançarmos o ônibus. Sempre fui estudiosa, dedicada e com boas notas. Aparentemente, parece um percurso escolar tranquilo. Entretanto, eu e meus irmãos passamos por muitas dificuldades para conseguirmos concluir essa etapa da educação básica, seja por falta de recursos materiais, como a falta de dinheiro, ou por dificuldades como a falta de internet. Tínhamos que subir no pasto, correndo o perigo de sermos alvejados pelas criações de vacas, cavalos e bois. Era tanto carrapato! Na época, não tínhamos dinheiro para irmos à cidade para estudarmos, pois não tínhamos acesso ao sinal telefônico. A internet, por exemplo, era um “luxo” distante. Quando precisávamos acessar algo online para fazer trabalhos ou assistir às aulas, recorriamos a uma solução improvisada: subíamos até o pasto, o ponto mais alto da propriedade, onde o sinal de internet era um pouco melhor, e conseguíamos, depois de horas, debaixo de sol e chuvas, realizar da melhor forma possível as atividades escolares.

Essa "expedição" diária vinha acompanhada de perigos. O caminho até lá era rodeado por animais como vacas, cavalos e bois. Sempre havia o risco de sermos alvejados por algum deles, já que estávamos invadindo o território deles, muitas vezes com pressa e no improviso. Lembro que corriamos desviando dos animais, com medo real de sermos atacados. Sem contar os carrapatos, eram tantos! A gente voltava para casa cheia deles, coçando, e ainda assim com a esperança de ter conseguido assistir à aula ou enviar algum trabalho.

Além de lidar com as matérias escolares e com os afazeres domésticos, esse corpo com quem aqui vos fala também é um corpo que, desde a tenra idade, é demarcado por muitas violências, como racismo, gordofobia, sexismo e relacionamentos abusivos, dentro e fora do espaço escolar, além de tantas outras opressões, tantas retaliações por não me encaixar em um padrão que a sociedade insiste em idealizar. Mas, é esse mesmo corpo, com muitos marcadores, com tantos traumas, que escreve, produz criativamente e constrói ciência no Brasil. Então, prossegui!

Quando ingressei no Ensino Superior, ainda muito nova, com 18 anos, nunca tinha ido a

uma cidade tão grande como Viçosa-MG. Como disse bem Manoel de Barros (2010), “o quintal da minha casa era o tamanho do mundo”, era o meu mundo. Nesse momento de chegada a outro território, sofri grandes impactos: desde a despedida da minha família, a ambientação em uma cidade universitária que não tinha nenhuma rede de apoio, até a insegurança de estar diante de uma realidade totalmente diferenciada do que eu vivia na minha roça com minha família.

O início realmente foi muito difícil. Além desses atravessamentos que impactaram a minha saúde mental, eu ainda estava tentando me inserir no mundo acadêmico, pois a minha formação anterior foi bem fragilizada por vir de escolas do interior desprovidas de uma educação de qualidade. Como já mencionado anteriormente, minha família é bem vulnerável economicamente e, com isso, não conseguimos ter acesso aos meios tecnológicos, aulas particulares e aulas de línguas, assim como vimos que os outros colegas tinham. Então, quando ingressei no ensino superior, eu não possuía os capitais econômicos, simbólicos, sociais e culturais para dominar os códigos acadêmicos e o ambiente majoritariamente elitizado em que estava inserida.

Com o passar do tempo, fui me acostumando com aquela realidade e percebi que sempre teria que me esforçar muito mais do que meus colegas para conseguir seguir no curso. Além das minhas dificuldades com os letramentos acadêmicos, eu ainda tinha que conciliar o trabalho com o estudo. Sempre fui uma estudante trabalhadora, desde o meu primeiro período do curso até o último dia dele, como babá dos filhos de professoras da universidade, recreadora infantil em festas de crianças, estagiária remunerada, entre outros. Os finais de semana tornaram-se os dias em que eu ficava o dia todo estudando, sem poder pensar em lazer.

Para além do meu depoimento sobre o impacto dos capitais¹ econômicos², simbólicos³, sociais⁴ e culturais⁵, também é importante mencionar o impacto dos atravessamentos do racismo na minha vida, conseqüentemente na minha trajetória escolar. Apesar de só ter tido o conhecimento

¹ Capitais baseados na conceitualização de Pierre Bourdieu.

² Capital econômico: é o que proporciona possuir recursos, materiais e posses rentáveis para a vivência na sociedade, como, por exemplo, possuir muita rentabilidade financeira.

³ Capital simbólico: é o que garante status, respeito e prestígio, resultando em tratamento privilegiado e vantagens sociais. A quantidade ou a falta desses recursos de poder, seja por herança ou conquista, definirá a posição que grupos e indivíduos ocuparão na estrutura hierárquica das sociedades, influenciando seu estilo de vida e suas chances de ascensão social.

⁴ Capital social: diz respeito às conexões sociais que podem ser aproveitadas, ou seja, à rede de contatos que gera algum tipo de vantagem, como prestígio, oportunidades de emprego, aumento salarial, influência política ou inserção no meio cultural. Em suma, representa benefícios em diversas formas de poder

⁵ O capital cultural diz respeito aos conhecimentos, habilidades, valores, gostos e comportamentos que são considerados "valiosos" ou essenciais para alcançar sucesso na vida. Exemplos disso, incluem a obtenção de um diploma universitário ou o interesse por áreas "eruditas", como música clássica e cinema de arte.

da minha identidade racial na graduação, desde pequena o racismo já era presente na minha vida. Hoje, consigo compreender vários episódios de opressão racial na minha infância, adolescência e vida adulta.

Durante minhas vivências na infância, adolescência e início da vida adulta, eu não tinha compreensão do porquê passava por algumas situações. Me lembro de o quanto elas me machucavam, deixavam-me deprimida, triste, incapaz e não amada. E como resultado disso, vieram a baixa autoestima, os choros escondidos, o auto-ódio, o isolamento, a insegurança, a ansiedade e a tentativa diária de me encaixar no padrão eurocêntrico da sociedade. Hoje, tenho a dimensão de que essas vivências eram os atravessamentos do racismo no meu cotidiano. Carrego marcas insuperáveis dessas violências, que impactam muito na minha vida, pois ainda lido constantemente com os casos de racismo que me atravessam.

É importante compreender que os processos de letramento racial não nos blindam de sofrer ataques racistas, tampouco nos impedem de adoecer em consequência deles. Uma coisa é ter consciência, outra é lidar, na prática, com as diversas opressões que nos atravessam. Lembro-me de uma vez em que tentei estágio em uma escola particular de educação infantil em Viçosa - MG. Havia vários estudantes, brancos/as e negros/as, concorrendo às vagas. Ao final do processo seletivo, apenas os/as estudantes brancos/as foram selecionados/as, mesmo que alguns/as estudantes negros/as tivessem obtido pontuações mais altas.

Ao questionar uma das gestoras da escola, ela respondeu: “Foi tudo democrático.” Quando soube que outros/as colegas negros/as também não haviam sido selecionados/as, fiquei arrasada e voltei a questioná-la. Ela insistiu que havia sido um processo justo e que “não tinha nada a ver com cor”, já que a escola “tinha funcionários/as negros/as”. Dias depois, descobri que a escola contava com apenas uma professora e uma estagiária negra. Ou seja, essas presenças pontuais serviam muito mais como escudo simbólico, uma forma de a instituição tentar se resguardar diante de acusações de racismo, como no meu caso e no de outros/as colegas negros/as que tentavam o estágio.

Diante disso, calei-me e fui buscar apoio na professora Maria Simone, que passou horas me acolhendo, me ensinando e me fortalecendo diante daquele episódio de racismo. Ela me disse: “Lidi, infelizmente esse foi um episódio de racismo entre tantos outros que, infelizmente, ainda terá que enfrentar. Seja forte!” Essa experiência me marcou profundamente e reforçou algo que venho aprendendo com o tempo: o racismo é estrutural, e ele não se desfaz diante de boas notas ou

bom comportamento. A violência simbólica se disfarça de “democracia” e “mérito”, mas seus efeitos nos atravessam em silêncio e dor.

Eu só comecei a ter conhecimento sobre as desigualdades raciais e de gênero na sociedade, e conseqüentemente na minha vida, depois que conheci a professora Maria Simone Euclides. Ela foi quem me apresentou o conceito de racismo e sexismo, me indicou autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, bell hooks, referências essenciais para estudar sobre o racismo e sexismo no mundo. Posteriormente, a Maria Simone me convidou para participar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Raça (EDUCAGERA), que foi um divisor de águas na minha vida. Além de ser um grupo de estudos e pesquisas acadêmicas com foco nas questões raciais e de gênero, também é um espaço de acolhimento, onde me senti acolhida.

Após um tempo imersa nas leituras e nas trocas com o Educagera, comecei a olhar o mundo de outra forma e também a me olhar de outra maneira. Passei a me olhar no espelho e não a me odiar tanto, mas passei a questionar o que o racismo tinha feito comigo. Como disse Neusa Santos (2021), tornar-se negro/a não é uma tarefa fácil; voltar a se amar e se reconhecer não é de um dia para o outro. Levei quase 23 anos da minha vida para me reconhecer enquanto uma pessoa preta, aceitar meu cabelo com a textura natural dele e odiar menos o meu corpo.

Daí em diante, não consegui trilhar outro caminho acadêmico senão dedicar meus estudos às questões raciais e de gênero. Quanto mais eu estudava sobre essas questões, mais eu queria me aprofundar. Tudo o que eu lia parecia contar um pouco de mim, e muita coisa que eu achava que era somente eu que passava, outras pessoas negras também passavam. Então, comecei a perceber que as violências que eu sofria não eram pelo fato de eu ser feia, e sim pelo racismo, que estrutura as relações.

A partir disso, comecei a enxergar nas minhas leituras sobre racismo uma forma de amenizar as feridas dentro de mim, com um espaço de reconhecimento e representatividade. Passei a escrever sobre as violências de raça e gênero que me atravessam. Dediquei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a estudar sobre as travessias de estudantes negras frente às desigualdades de gênero e raça, desenvolvida a partir de uma experiência minha em um relacionamento abusivo que impactou diretamente minha trajetória acadêmica. Também atuei como bolsista no projeto de extensão promovido pelo Educagera, intitulado "Projeto de Extensão Formação Acadêmica Afirmativa: Diversidade na Pós-Graduação", que tem o objetivo de contribuir com o ingresso de pessoas negras, indígenas, com deficiências e pessoas em situação de

vulnerabilidade socioeconômica nos programas de pós-graduação. O aprendizado adquirido neste estágio me fez parte da equipe colaboradora dessa ação afirmativa. Além disso, participei e participei de vários eventos acadêmicos com ênfase nas questões raciais e de gênero.

Agora, no mestrado, desenvolvi esta pesquisa que também fala sobre mim, sobre meu lugar enquanto pesquisadora preta, atendida pelas ações afirmativas desde a graduação e agora concluindo a pós-graduação. Quando ingressei no mestrado em Educação na UFV, senti um turbilhão de emoções: fiquei muito feliz, orgulhosa e, ao mesmo tempo, apreensiva, pois não tinha conhecimento de como seria a dinâmica da pós-graduação. As minhas primeiras impressões sobre minha chegada na pós-graduação foram bem positivas. A recepção foi bem acolhedora, e logo de início já consegui socializar com os/as colegas, professores/as e demais funcionários/as do programa, conseguindo estar neste ambiente, transitar e constituir-me enquanto uma pesquisadora no campo da educação para as relações raciais.

As políticas de cotas raciais são extremamente importantes para mim como estudante negra, porque representam uma chance de ocupar espaços que historicamente foram negados às pessoas negras. Elas são mais do que uma oportunidade individual; são uma reparação por séculos de exclusão e uma ferramenta para combater desigualdades que ainda persistem. Vejo as cotas como um reconhecimento do potencial que muitas vezes é invisibilizado por barreiras sociais e raciais. Elas me ajudam a ter acesso a uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, abrem portas para que eu, assim como outras pessoas negras, possa transformar espaços e criar novas possibilidades para quem virá depois, tal como os movimentos negros fizeram para que hoje nós, estudantes negros/as, pudéssemos alcançar esses espaços.

Nas entrelinhas desse espaço acadêmico, tanto na graduação quanto na pós-graduação, me deparei com diversos desafios que impactaram minha trajetória, sejam violências materiais ou simbólicas. Porém, paradoxalmente, foi neste ambiente que também consegui me desenvolver não apenas na carreira acadêmica e profissional, mas também de maneira pessoal. Mesmo a universidade não sendo um ambiente livre das violências de raça, gênero e classe, ela também é um espaço de muita aprendizagem, que amplia e potencializa a nossa visão de mundo.

Hoje, estando na pós-graduação, vejo meu percurso até aqui como um processo de amadurecimento e desenvolvimento. Sou muito grata por tudo que a universidade me proporcionou e continua proporcionando. A luta não termina aqui, mas cada passo que dou na minha trajetória acadêmica é um reflexo da importância dessas políticas de cotas, não só para mim, mas para toda

a sociedade.

2. Discussões e conceitualizações sobre raça e racismo

Ao longo da história, a sociedade foi se consolidando a partir de uma estrutura racista pautada na hierarquização das raças, que vêm orientando as relações interpessoais de indivíduos. Essa hierarquização surgiu por meio do processo de escravização que se baseava na crença da superioridade de uma raça (a branca e europeia) em relação às demais, resultando em práticas discriminatórias (Almeida, 2019). Nesse contexto, as doutrinas defendiam a ideia de desigualdade entre as raças humanas, baseando-se na premissa de que a cultura seria determinada por fatores biológicos. A noção de raça, construída sobre hierarquias que enfatizavam a desigualdade, influenciou profundamente o pensamento social em diversas regiões, incluindo o Brasil (Seyferth, 1996).

Diante desse contexto, a trajetória dos povos negros é historicamente marcada pela incidência do racismo, uma vez que se constituiu o conceito de raça enquanto termo biológico, destinado a distinguir os tipos de raças existentes na sociedade, hierarquizando assim a diversidade humana por meio de seus traços fenotípicos, como a cor do cabelo, a cor da pele, a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. Nesse viés, Munanga (2004) aponta que os europeus pertencentes à raça branca, por estarem no poder e por construírem a ideia de raça, transformaram a diferença em desigualdade, decidindo que essa distinção se daria pela hierarquização das raças, impondo a existência de uma raça superior (a branca), sendo as outras inferiores (Munanga, 2004). Nesse sentido, diante dos estereótipos e símbolos criados para caracterizar a “raça” negra como inferior, surgiu, por volta dos anos 1910, um movimento na medicina que tinha como objetivo “purificar” as “raças” no Brasil, considerando a “raça” branca como a única pura (Euclides, 2017).

Com a oficialização do fim da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, por meio da assinatura da Lei Áurea, foi apenas um marco histórico. Afinal, mesmo com o fim da escravatura a situação das pessoas escravizadas não alterou em quase nada, uma vez que, seguiram à margem da sociedade e com grandes barreiras sociais, tanto para exercer trabalhos remunerados quanto para terem um teto sobre suas cabeças (Medeiros, Mello Neto, Gomes, 2016).

Adiante, nos anos 1900, pensou-se em uma nova forma de caracterizar os povos que viviam aqui no Brasil, com a ideia de que o país era composto por três raças: o/a branco/a, o negro/a e o indígena, e que elas viviam em perfeita harmonia, constituindo assim um país miscigenado e

harmônico. Esse discurso ganhou ainda mais força com o livro *Casa Grande & Senzala*, escrito por Gilberto Freyre. Conforme Euclides (2017), ele apresentava um novo panorama, no qual ocorreria a interação entre as três “raças” (brancos/as, indígenas/as e negros/as). A diversidade étnica e cultural do povo brasileiro, que antes era vista como motivo de vergonha, passou a ser valorizada como uma fonte de orgulho. Era a partir dessa mistura que poderíamos nos ver como um povo que representa, de maneira exemplar, o encontro cultural, a unidade na diversidade, construindo uma sociedade única no mundo justamente por sua capacidade de integrar e harmonizar diferenças.

Nesse sentido, essa valorização da mistura como símbolo de identidade nacional funcionou como uma estratégia para minimizar, deslegitimar ou até mesmo ocultar os conflitos e desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade brasileira. Ao exaltar a ideia de um povo harmônico, fruto de uma “democracia racial”, criou-se uma narrativa que ignora as tensões reais vividas por grupos historicamente marginalizados, especialmente a população negra e indígena. Trata-se, portanto, de uma forma de sublimação: uma maneira violenta e simbólica de lidar com os conflitos, sem necessariamente enfrentá-los ou transformá-los.

Enquanto “verdades”, tais ideias tinham por função construir um ideal de nacionalidade a ponto de unificar as ideias e ideais de um povo em um único objetivo: a integração nacional. Ao mesmo tempo, em que essa posição camufla a existência do racismo e admite a relevância de outras culturas na formação da sociedade brasileira, cria, por outro lado, uma imagem quase irreal da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação racial através de uma fantasia da ideia de “democracia racial” (Euclides, 2017, p. 17).

Assim, no mesmo momento em que a visão deste Brasil “democrático” avançava e se espalhava tanto nacional quanto internacionalmente, a situação da população negra na sociedade tornava-se cada vez mais deteriorada e insustentável (Euclides, 2017). Apesar de o conceito de raça, enquanto termo biológico, ter passado por contínuas ressignificações e já ter sido cientificamente contestado, ainda permanecem as marcas da hierarquização na sociedade. Por isso, mesmo depois de tantos anos, as raças historicamente consideradas “inferiores”, no caso, a população negra, segue em busca de espaços de valorização, reconhecimento e respeito aos seus valores culturais, crenças e religiões.

Dialogamos, assim, com a perspectiva de raça em sua dimensão política e social, que permite explicitar e compreender a operância do racismo em nossa sociedade (Gomes, 2005). A

autora destaca que o processo de escravização no Brasil deixou profundas marcas do racismo na vida da população negra em diversas esferas sociais. Por isso, é necessária a implementação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-racial no país, bem como a trajetória dessa população na luta por direitos sociais, econômicos e culturais. A autora ainda complementa que:

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. É essa mesma leitura sobre raça, de uma maneira positiva e política que os defensores das políticas de ações afirmativas no Brasil têm trabalhado (Gomes, 2005, p. 48).

A herança colonial, profundamente integrada à sociedade brasileira, gerou diversos processos de *racialização* que definem procedimentos, criam categorias raciais e atribuem significados a elas. Essas categorias e seus significados são moldados por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, refletindo as tensões presentes na sociedade (Silvério, 2013).

Como consequência desse processo de racialização, o racismo se manifesta de diversas maneiras na sociedade: por meio de doutrinas e discursos (ideologias), atitudes e valores (preconceitos), tratamentos diferenciados (discriminação), segregações espaciais e sociais, além de estar presente em instituições, organizações e estruturas. Essas diferentes formas de expressão exigem abordagens variadas para sua análise, dependendo de como se apresentam. As manifestações diretas podem ser identificadas, por exemplo, em textos, através da análise textual e discursiva, ou em comportamentos explícitos, observados por meio de relatos documentais ou da observação participante. Já as manifestações indiretas são percebidas, por exemplo, pelas consequências desiguais entre grupos raciais ou pela necessidade de construir modelos que descartem outras explicações possíveis (Guimarães; Campos; Gato, 2024).

A biologização da raça é um processo que, no discurso pseudocientífico, buscou explicar e justificar a escravidão. No final do século XIX, a ideia de raça passou a predominar como base para a identificação das nações, substituindo o nacionalismo cultural promovido pelo romantismo. Esse nacionalismo romântico enfatizava a língua nacional como elemento central, acompanhado pelo folclore, que destacava as “tradições populares”. Nesse contexto, muitos movimentos

nacionalistas adotaram o que Hannah Arendt descreveu como a “nova chave da história”, o racismo (Seyferth, 1996). Esse conceito de cunho biológico, infelizmente, tornou-se um elemento fundamental nas relações interpessoais. Por meio dessa hierarquização, iniciaram-se as práticas de racismo:

O racismo por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias (*sic*) e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (Gomes, 2017, p. 52).

Nesse sentido, o racismo “[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam.” (Almeida, 2019, p. 25).

Diante do exposto, compreende-se que o corpo social brasileiro se mantém com fortes ideais racistas, os quais são refletidos nas desigualdades de acesso aos bens de consumo administrados pela federação, no direito de ir e vir, na dignidade humana (Medeiros, Mello Neto, Gomes, 2016).

3. O caminhar dos/as estudantes negros/as na graduação escolar: percursos marcados pelo racismo

A Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) prevê, em seu Art. 5º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. De forma similar, o Art. 6º afirma que todos os brasileiros têm direito à educação. Contudo, na prática, ao se observar a atual realidade acadêmica de pesquisadores/as negros/as no Brasil, nota-se que tais garantias constitucionais ainda não se concretizam plenamente. Desde o período escravocrata até os dias atuais, persiste a presença do racismo estrutural e, contraditoriamente, a negação constante de sua existência. Embora tenham ocorrido avanços impulsionados pela luta histórica dos movimentos sociais negros, ainda nos deparamos frequentemente com situações de preconceito, discriminação e violação de direitos da população afrodescendente. Por isso, o debate sobre o racismo na sociedade brasileira permanece sendo um tema urgente e indispensável (Euclides, 2017).

Nesse sentido, Nilma Gomes (2017), ao tratar da história de negros e negras na educação formal, evidencia processos de exclusão que antecedem, inclusive, a entrada nas instituições

escolares. Além disso, com o avanço da trajetória escolar, meninos e meninas negras enfrentam crescentes obstáculos à permanência nesse ambiente, como dificuldades de adaptação, limitações financeiras, desafios acadêmicos e barreiras na socialização. Vale destacar que a escolarização da população negra tem sido condicionada tanto por desigualdades socioeconômicas quanto pelo racismo, sendo atravessada por múltiplas formas de negação. Essas condições contribuem significativamente para a evasão escolar de discentes negros/as. Esse quadro é reflexo do racismo estrutural, conceito amplamente discutido por Silvio de Almeida, que pode ser compreendido como:

Racismo estrutural é um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas (Almeida, 2019, s/p).

Assim, nesse ambiente, “o racismo se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa.” (Gomes, 2012, p.105). Nessa perspectiva, Cida Bento (2002) menciona em seu livro “O pacto da branquitude” que a ascensão do povo negro, quanto mais escolarizado a população negra é, maior será a insegurança da população branca por medo de perderem seus lugares de prestígios:

[...] quanto mais ascende e ‘invade esse mundo’, mais o negro incomoda. Considerando os diferentes momentos de trajetória profissional do negro estudados por Bento (1992), aqueles em que as práticas discriminatórias ocorreram com mais intensidade e mais frequência (sic) foram os ligados à promoção profissional e à ocupação de cargos de comando. Estudos recentes publicados pelo INSPIR -Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial

- são contundentes em revelar que quanto mais aumenta a escolaridade do negro, mais a discriminação se revela nos diferenciais de remuneração entre negros e brancos (Bento, 2002, p. 58).

Essa realidade, portanto, impõe desafios na permanência e no sucesso de discentes negros/as nas instituições de ensino. À medida que avançam-se os caminhos acadêmicos, as ausências negras tornam-se também mais percebidas ou consentidas. Grada Kilomba (2019) contribui dizendo que:

[...] o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm

desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o ‘Outras/os’ inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao *sujeito branco*. (Kilomba, 2019, p. 50, grifos da autora).

Neste contexto educacional, há a reprodução das injustiças sociais, culturais, raciais, uma vez que os mais vulneráveis encontram maiores barreiras para ter acesso a um ensino superior gratuito e de qualidade, em consequência disto, as chances de concluírem o curso superior reduz drasticamente, devidos aos custos relacionados a sua formação, sejam eles diretos ou indiretos (Medeiros, Mello Neto, Gomes, 2016).

Nessa perspectiva, Kilomba (2019) salienta que o ambiente educacional, sobretudo o ensino superior, ainda é um ambiente que reproduz o conhecimento eurocêntrico e que reforça a autoridade ocidental sobre todos os saberes, línguas e culturas. Isso faz com que haja uma inferiorização dos conhecimentos produzidos por discentes negros/as. Sendo assim, qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência creditável (Kilomba, 2019). Nesses ambientes, também há uma grande negação da existência do racismo e das desigualdades raciais contribuindo para que se tornem algo naturalizado na sociedade, assim, perpetuando ainda mais as práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas contra as pessoas negras (Gomes, 2021).

Nesse âmbito, é importante frisar que a organização política educacional faz parte do arranjo das políticas sociais, as quais se concretizam por meio da execução das leis, da práxis, dos planejamentos e dos programas educacionais. Em virtude disso, naqueles Estados que têm a presença marcante da desigualdade, como o Brasil, é perceptível a manifestação de tensões políticas envolvendo não apenas as desigualdades regionais, mas também as relações de gênero, raça e classe⁶ (Gomes, 2019).

Além disso, quando trata-se a permanência de estudantes negros/as no ensino superior, é necessário uma reflexão dos que conseguem chegar e sobre a permanência material e simbólica que atravessam o caminhar desses estudantes. Para Santos (2009), a permanência material está relacionada à condição material que o estudante necessita para permanecer na universidade, desde de materiais didáticos para a realização dos cursos, dinheiro para xerox e materiais necessários para

⁶ É importante destacar que as discussões de gênero, raça e classe são marcadores sociais importantes para essa pesquisa.

a subsistência humana, seja na alimentação, produtos de higiênicos, transporte. A permanência simbólica vai além da presença física do estudante na universidade. Ela está relacionada à sensação de pertencimento, reconhecimento e valorização do estudante no ambiente acadêmico. Trata-se de como ele se sente integrado e representado na instituição, considerando aspectos como identidade cultural, relações interpessoais, e a compatibilidade entre sua vivência pessoal e o espaço universitário (Santos, 2009).

A permanência simbólica tem uma ligação com a permanência material - já que para fazer história o homem e a mulher precisam comer, beber e vestir, enfim garantir as condições materiais de existência - mas a transcende. Permanecer simbolicamente significa para nós a constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário (Santos, 2009, p. 159).

Para garantir sua permanência material na universidade, muitos estudantes acabam abrindo mão de viver plenamente a experiência acadêmica para poderem trabalhar. Essa decisão e por vezes, a saída encontrada, afeta também sua permanência simbólica, impactando diretamente o desempenho e a vida acadêmica. Aqueles que se dedicam a atividades que demandam grande parte de seu tempo e não estão relacionadas à sua área de estudo enfrentam desafios significativos para equilibrar trabalho e estudos. A escassez de tempo para leituras e produção de trabalhos acadêmicos frequentemente resulta em desempenho insuficiente e atrasos na conclusão do curso (Santos, 2009).

Assim, a permanência, entendida como a possibilidade de o estudante concluir seus estudos com qualidade, permite também a sua transformação pessoal e do seu meio social, além de abrir caminhos para a continuidade na pós-graduação. Não se pode restringir essa ideia ao assistencialismo. É fundamental que a permanência seja concebida como uma política pública efetiva, comprometida em assegurar e fortalecer a trajetória acadêmica de estudantes negros/as, promovendo igualdade de oportunidades e justiça social (Santos, 2009).

Vimos até aqui como o racismo está estruturado na sociedade e quanto impacta na vida da população negra. A seguir discutiremos um pouco sobre como as desigualdades raciais, de gênero e de classe estão interseccionadas e como ela opera na vida da população negra.

4. Um olhar interseccional para as desigualdades de raça, gênero e classe

Ao observarmos as mobilizações dos movimentos sociais e das pessoas que apoiam causas voltadas para a construção de um mundo mais justo e equitativo, percebemos que as questões de

gênero e raça ocupam um papel central na sociedade contemporânea. Como demonstrado por diversas pesquisas, a condição da mulher foi historicamente forjada pelo patriarcado, o que resultou em sua subordinação ao homem. Essa realidade se perpetua ao longo do tempo, moldando os papéis e lugares atribuídos às mulheres com base na construção social do "ser mulher", uma condição que ultrapassa o aspecto biológico e está imersa em significados culturais e históricos. Dessa construção emergem discursos e relações de poder que naturalizam desigualdades, dificultando sua problematização e superação (Euclides, 2017).

Outro fator importante ao discutir o que significa “ser mulher” e a imagem social que lhes foi imposta é o destaque ao movimento feminista anterior à década de 1980. Esse movimento buscava maior igualdade de direitos e denunciava o sexismo, questionando o papel reservado às mulheres na sociedade. No entanto, essa luta, de viés mais universalista, acabava por desconsiderar outros marcadores sociais importantes, como a desigualdade racial entre as próprias mulheres. “Todavia, ainda que o combate ao sexismo seja algo que unifique as reivindicações femininas, quando as questões de gênero se intercalam com raça e classe social, por exemplo, novas facetas da desigualdade vem à tona” (Euclides, 2017, p. 37).

A condição social das mulheres negras, por não ter despertado grande interesse nas feministas, que por muito tempo ficaram restritas ao debate sobre a relação homem-mulher, passou a ser estudada principalmente por feministas negras. Estas mulheres vêm demonstrando que o enfoque exclusivo às questões de gênero apresentado como fonte de opressão de mulheres não faz a conexão entre o sexismo e outras formas de dominação existentes na sociedade. Este olhar exclusivo, aliás, apaga outros aspectos das identidades das mulheres e suas experiências (inclusive raça) sexualidade e classe (Pinto, 2007, p. 31).

A partir dos anos 1970, a invisibilização das mulheres negras nos discursos feministas hegemônicos tornou-se insustentável. No Brasil, já nos anos 1980, essas mulheres começaram a tecer críticas ao feminismo tradicional, que tendia a universalizar a experiência feminina, como se todas compartilhassem as mesmas condições sociais, econômicas e raciais diante das desigualdades estruturais do país (Euclides, 2017).

No entanto, essas discussões já vinham sendo levantadas em outros contextos, como nos Estados Unidos. Um exemplo emblemático é o discurso da ex-escravizada Sojourner Truth, proferido em 1851 na *Women's Rights Convention*, em Akron, Ohio. Indignada com a disparidade de tratamento entre mulheres brancas e negras, Truth denunciou com veemência a exclusão das mulheres negras do ideal de feminilidade e da luta por direitos:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Austin, 2014, s/p).

Essa intervenção da Sojourner Truth (1851) foi essencial para dar destaque às críticas das mulheres negras ao feminismo, deixando registrado que há uma diferenciação entre ser mulher na sociedade e ser uma mulher negra na sociedade. Nesse sentido, a intelectual Crenshaw (2004) afirma que não é possível analisar a trajetória do sujeito sem um olhar interseccional que irá refletir na interação e na convergência entre diversas realidades específicas, como diversas esferas sociais e biológicas, incluindo aspectos como sexo, identidade de gênero, raça, orientação sexual, religião e classe. Esses fatores se entrelaçaram e influenciaram uns aos outros, resultando em um sistema de opressão que demonstra a interseção de diversas manifestações de discriminação. Em suas palavras:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

O conceito de interseccionalidade, conforme originalmente formulado, permite dar visibilidade à complexidade das "múltiplas" identidades sem reduzi-las a um princípio unificador comum, mas sem cair em um relativismo que ignora as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva. Nesse sentido, Collins (1998) nos lembra que o posicionamento de um grupo dentro de relações de poder hierárquicas cria um desafio compartilhado pelos indivíduos desse grupo. A partir dessa premissa, Collins argumenta que as estratégias individuais devem ser compreendidas levando em conta que a opressão afeta a coletividade, neste caso, a coletividade das mulheres negras.

Raça, Gênero, Classe Social, Orientação Sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua

multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (Bairros, 1995, p 461).

Interseccionalidade, conforme descrito, é um conceito originalmente criado para dar notoriedade à luta e à experiência de mulheres negras, cujas especificidades não eram abordadas nos debates feministas nem nos debates antirracistas (Crenshaw, 1989). Semelhante a isso, Carneiro (2003) argumenta que a compreensão de que a identidade de gênero não leva automaticamente à solidariedade racial entre mulheres levou as mulheres negras a enfrentarem, dentro do próprio movimento feminista, as contradições e desigualdades geradas pelo racismo e discriminação racial entre mulheres, especialmente entre negras e brancas no Brasil. Da mesma forma, a solidariedade de gênero dentro do grupo racial levou as mulheres negras a exigir que a dimensão de gênero se tornasse um elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros.

Para se compreender o conceito de interseccionalidade é preciso levar em consideração que a sociedade possui variadas formas de exclusão, atravessando conjuntamente a vida do sujeito, “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas” (Crenshaw, 2002, p. 177).

A título de exemplo, pode-se observar na imagem, essa diferença de gênero e raça a partir do Atlas sobre violência contra a mulher publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2023.

Imagem 1: mapa da violência contra a mulher



Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/276/atlas-2023-violencia-contra-mulher>

Nesse sentido, a interseccionalidade se configura como uma ferramenta teórico-metodológica essencial para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que revelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais. Além disso, devido à sua abrangência, a interseccionalidade pode ser vista como um conceito, uma ferramenta heurística ou uma teoria, dependendo de quem a utiliza e de como é empregada. No caso específico desta dissertação, tomo a interseccionalidade como meio e fim para compreender as nuances e moldagens do racismo, sexismo e classicismo nas presenças de estudantes cotistas negros e negras em programas de pós-graduação.

5. Políticas de Ações Afirmativas no Brasil

Para se pensar no surgimento das discussões em torno das ações afirmativas no contexto educacional brasileiro, é necessário destacar a importância dos movimentos negros que desde antes dos anos de 1990 vêm lutando em busca de melhorias para a população negra. Os debates sobre

políticas de ações afirmativas que antecederam a década de 1980, impulsionados pelos movimentos negros brasileiros que lutavam pela criação de mais escolas e vagas, com o objetivo de universalizar a educação básica e expandir o acesso ao ensino superior para todos. Contudo, com o tempo, perceberam que a simples universalização do ensino não era suficiente para atender a toda a população negra. Dessa forma, passaram a consolidar novas reivindicações que visavam a melhorar as condições de vida dos negros/as no país (Gomes, 2012).

Nesse contexto, os movimentos negros e os defensores das ações afirmativas não estavam criticando o princípio universalista da educação, mas destacavam que tal abordagem era insuficiente para suprir as necessidades de todos, especialmente daqueles que sofrem com exclusão e discriminação racial em uma sociedade marcada por tantas desigualdades sociais e raciais, como é o caso da população negra (Gomes, 2012).

Adiante, nos anos de 1990 começaram a surgir debates sobre a possibilidade de criar políticas de ações afirmativas para minimizar os impactos das desigualdades sociais historicamente impregnadas na sociedade. Segundo Moehlecke (2002), as ações afirmativas seriam,

[...] como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social (Moehlecke, 2002, p. 203).

Assim, podemos compreender que essas ações surgem em busca de igualdade de direitos à população negra em todos os âmbitos culturais, econômicos e sociais. É necessário frisar que esse tipo de ação viabiliza o trâmite de mitigar a escassa representação de grupos sociais oprimidos, tanto culturalmente quanto socioeconomicamente, em níveis coletivos que possuem certa notoriedade, como funcionários públicos, pessoas com ensino superior, entre outros (Godoi; Santos, 2021).

Nesse sentido, entende-se por ação afirmativa a implementação de políticas que têm por objetivo corrigir desigualdades de cunho histórico e incentivar a inclusão de populações que sofreram ao longo da história com ações discriminatórias que ampliaram o espectro de injustiças que reverberam na sociedade, sejam passadas e/ou contemporâneas. Em virtude disso, entende-se que essas políticas são aplicadas em vários setores, como mercado de trabalho, moradia e educação, com o intuito de promover as mesmas oportunidades para todos os indivíduos de uma mesma

sociedade (Godoi; Santos, 2021).

Um dos marcos que norteiam o surgimento das ações afirmativas são as lutas dos povos não europeus em busca de reconhecimento como cidadãos. Com e a partir dos movimentos desses povos as ações afirmativas começaram a ser implementadas na educação. A educação é algo que unifica os movimentos negros, pois desde a Frente Negra⁷ é algo que está no horizonte para promover justiça intergeracional.

No cenário educacional, uma das ações afirmativas mais conhecidas é a política de cotas. As cotas são consequência de uma trajetória dotada de muita luta dos movimentos negros e indígenas, em busca de igualdade, equidade e respeito com os povos historicamente fixados e estereotipados como “inferiores”. A professora Nilma Gomes afirma ainda que:

[...] mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno da sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, culturais, religiosos e artísticos com o **objetivo explícito** de superação ao racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e das culturas negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares da sociedade (Gomes, 2017, p. 23-24, grifos nossos).

Assim, as políticas de cotas na educação surgiram no intuito de minimizar os impactos das desigualdades raciais existentes na sociedade. Embora a discussão sobre as ações afirmativas no Brasil tenha começado devido à pressão dos movimentos negros e tenha sido centrada na questão racial, houve uma grande resistência à implementação de cotas raciais devido ao mito da democracia racial e à crença de que a desigualdade no país decorre mais da classe social do que da raça. Além disso, de acordo com Paiva e Almeida (2010), essa percepção era comum também entre membros da comunidade acadêmica, levando muitas universidades a optarem por políticas que beneficiassem estudantes de classes sociais mais baixas, mas sem incluir provisões para a entrada de pessoas negras. Tanto é que a entrada central para o acesso a vagas na modalidade racial, tem - se primeiramente com a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas.

Dentre algumas das explicações para os embates contrários às ações afirmativas centradas para a população negra, podemos demarcar que no Brasil, se construiu um viés ideológico da existência da democracia racial e esse tipo de pensamento trazia a ideia da plena convivência

⁷ Associação Frente Negra pioneira do movimento negro brasileiro, fundada em 1931. A associação tinha o objetivo de unir a população negra em defesa de seus direitos humanos e contra o “preconceito de cor” expressão que à época se usava para tratar do racismo (Camazano, 2021).

igualitária e interação harmônica entre as pessoas independente do aspecto étnico-racial. Um mito que constitui um impasse político-ideológico, o qual dificultou as discussões acerca da independência e justiça racial por várias décadas em nosso país. A exemplo disso, temos que até recentemente não existia uma concordância em relação ao significado da categoria raça, condição esta que conseqüentemente impossibilitava o autorreconhecimento racial (Medeiros; Mello Neto; Gomes, 2016).

Nesse sentido, tem-se um trecho de Lélia, que ironiza:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas. Nem parece preto (Gonzales, 1984, p. 226).

Assim, quando insistimos que não há racismo no Brasil e que a ascensão social está ao alcance de todos, contribuimos com essa perspectiva da “máscara” que acoberta as desigualdades históricas presentes na sociedade, mas também o genocídio da população negra, dificultando a percepção e o combate ao racismo estrutural. De acordo com Gomes (2017), a sociedade brasileira, ao longo de sua trajetória histórica, política, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que relata a existência de uma harmonia racial entre negros/as e brancos/as. Esse discurso consegue desviar a atenção da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agir de maneira eficaz na superação do racismo.

O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (Gomes, 2017, p.46)

E complementa dizendo que:

Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos. No entanto, os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde e sobre as condições de vida da

população negra, revelam que tal situação não existe de fato (Gomes, 2017, p.56).

Para Carneiro (2005), um dos efeitos do mito da democracia racial é a minimização da desvalorização de anos de lutas que a população negra por uma sociedade antirracista. Em suas palavras:

[...] na minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas (Carneiro, 2005, p.17).

Esse não reconhecimento contribui para a interiorização das lutas dos movimentos negros em prol de uma equidade racial em todos os ambientes. Ademais, em decorrência dessa ideologia fantasiosa da democracia racial observou-se que o debate sobre políticas públicas voltadas para a questão racial se deparou com sérios entraves, como por exemplo, a desvalorização dessa política em detrimento das demais, que se perpetuam até na atual conjuntura (Medeiros; Mello Neto; Gomes, 2016).

Nesse contexto, juntamente com o discurso do mito da democracia racial foram surgindo outros discursos pautados em um viés meritocrático, bem como, em discursos que pregam a preocupação com a qualidade da educação e com a manutenção do privilégio branco. Em relação aos discursos disseminados contrários à implementação das políticas de cotas, estes contribuem para que as universidades tenham mais resistência em relação a essa política tanto na graduação quanto na pós-graduação (Carvalho, 2006). Isso se comprova no dado encontrado na pesquisa realizada por Venturini (2019)

[...] os discursos da meritocracia (29,5%), de que a universidade já tem ação afirmativa para curso de graduação e as medidas para a pós-graduação não são necessárias (24,1%), de que a reserva de vagas pode afetar a qualidade do programa (18,7%), autonomia do programa para definir seus critérios de admissão (16,6%) e de que a política pode afetar a nota do programa na avaliação da CAPES (13%) são argumentos utilizados para a não implementação de medidas de ação afirmativa nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Essa visão tem como principal influência os/as docentes dos programas, que representam 73,2% dos/as que se posicionam contrários, estudantes 20,4% e funcionários 6,4% (Venturini, 2019, p.211)

Essa ideia idealizada da democracia ignora as desigualdades sistêmicas e as exclusões que persistem mesmo em regimes democráticos. Além disso, esses discursos meritocráticos são disseminados intencionalmente de forma contrária à política de cotas raciais, pois a negação do

racismo bloqueia o diálogo sobre o assunto e vitimiza os objetivos das ações afirmativas, chegando a acusá-las de fomentar a divisão racial que busca combater.

A luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial não são temas que afetam apenas e tão exclusivamente as populações negras. Perdemos todos quando discursos populistas põem em questão a beleza e a força da diversidade que faz parte da nossa própria história. Quem sai diminuído é também nossa democracia, bem como o pacto construído durante a Nova República. Aliás, enquanto persistir o racismo, não podemos falar em democracia consolidada (Schwarcz, 2019, p.39).

Sendo assim, é necessário destacar que para que haja uma verdadeira democracia é preciso que todas as desigualdades sociais de gênero, raça e classe não estejam mais presentes na sociedade. As dinâmicas de poder que mantém a segregação e as discrepâncias raciais estão intimamente associadas às dinâmicas de gênero, etnia e classe. É crucial perceber que essas manifestações dessas violências não ocorrem de forma independente, mas sim se entrelaçam, constituindo um sistema com as desigualdades enraizadas (Collins, 2022).

Nesta seção, dialogamos sobre o surgimento das ações afirmativas no cenário educacional, observamos que o objetivo das ações afirmativas é de reparação histórica à população negra. Apresentamos também alguns discursos contrários às ações afirmativas. Adiante, discutiremos a aplicabilidade das políticas de cotas na graduação e posteriormente na pós-graduação.

5.1 Política de Cotas na Graduação

Para compreendermos um pouco mais sobre como foi o processo de validação e implementação das cotas é necessário fazer uma retrospectiva e voltar para o surgimento das cotas na graduação, para assim conseguir entender melhor a sua aplicabilidade na pós-graduação.

Nos anos finais do século XX, o retrato do ensino superior no Brasil era constituído por discentes predominantemente brancos/as e com formação inicial em escolas privadas (Godoi; Santos, 2021). Esse perfil de estudante era ainda mais evidente nos cursos de Direito, Medicina e Engenharias, os quais possuem maior prestígio social (Godoi; Santos, 2021). Diante do exposto, para exemplificar o contexto deste recorte temporal, e é importante explanar que, em 1993, o percentual da população branca que havia frequentado ou ainda estava cursando o ensino superior era de 11,2%, em contrapartida, os indivíduos negros representavam 2,8%, ou seja, um número 4 vezes menor (Picaço, 2015).

Essa característica ficou ainda mais evidente no ano 2000, pois nesse período mais de 190

mil estudantes universitários/as foram avaliados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Exame nacional dos cursos de graduação conhecido “Provão”, atividade avaliativa era realizada como forma de avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos discentes na fase final dos cursos de graduação, apontou que que 80% eram brancos/as, 13,5% pardos/as e 2,2% pretos/as (Godoi; Santos, 2021).

Nesse contexto também estavam ocorrendo as articulações dos movimentos negros brasileiros no sentido de pressionar o Estado a se comprometer com as desigualdades raciais presentes no país. Um dos resultados dessas mobilizações foi a participação dos movimentos negros na Conferência de Durban, em 2001. Nessa conferência, com a presença de 173 países, o objetivo era combater o racismo, a discriminação racial, a intolerância e a xenofobia. Os movimentos negros brasileiros pressionaram o Estado, reivindicando seu compromisso com a população negra. O evento foi crucial, pois expôs internacionalmente que o Brasil não vivia em harmonia racial, desafiando a ideologia da "democracia racial". O país, então, assinou um documento comprometendo-se a criar ações afirmativas para enfrentar as desigualdades raciais (Gomes; Miranda, 2018).

No mesmo ano algumas universidades começaram a se mobilizar e a aderir o sistema de cotas raciais na graduação, após observar uma grande defasagem tanto no acesso quanto na permanência de estudantes negros/as nos sistemas de graduação, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNEF) (Cardoso, Rodrigues, Santos, 2016). Logo em seguida, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em 2002, e a Universidade de Brasília (UnB), em 2004, também aderiram à política de cotas para ingressos de pessoas negras na graduação (Azevedo; Anjos, 2023).

Adiante, em 2004 foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual fornecia bolsas de estudo financiadas pelo governo federal para que discentes pudessem cursar graduação em instituições privadas de ensino superior. Em 2007, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com intuito de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, no sentido de melhorar a infraestrutura das instituições, reduzir a evasão escolar e promover a inclusão social no ensino superior. Além disso, a criação do Financiamento Estudantil (FIES), que possibilita que o/a discente possa financiar seus estudos em instituições de ensino particulares. Entretanto, somente em 2012, foi sancionada a Lei de Cotas, Lei 12.711 (Brasil, 2012), que visa garantir equidade em relação ao acesso à educação a

todos os cidadãos.

Vale ressaltar que a ampliação do acesso ao ensino superior por meio de políticas públicas e programas como o Prouni e o Fies permitiu que muitos estudantes negros/as e de baixa renda ingressassem em instituições privadas, o que foi um avanço importante diante das barreiras históricas de exclusão. No entanto, quando se trata das universidades públicas majoritariamente reconhecidas pela qualidade e prestígio, ainda há muitos desafios. Apesar de gratuitas, essas instituições muitas vezes exigem dedicação exclusiva, oferecem cursos predominantemente em turnos diurnos e demandam tempo e recursos que dificultam a conciliação com o trabalho. Isso faz com que, para muitas famílias, o ensino público ainda pareça distante ou mesmo inviável, o que contradiz a ideia de que a gratuidade por si só garante o acesso. O custo da permanência, simbólico e material, segue sendo um obstáculo real para estudantes das camadas populares, dentre eles/as estudantes pretos/as e pardos/as

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil,2012, texto digital).

Adiante, em 2016, as pessoas com deficiências foram inseridas nessa lei, alterando o Art. 3º da Lei de Cotas por alteração trazida pela Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016, tornando-se uma subcota⁸. Nesse viés, as vagas devem ser ocupadas,

[...] por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2016, texto digital).

Após a implementação das ações afirmativas na graduação, houve uma diversificação entre os estudantes das universidades federais, aumentando o número de estudantes pretos/as, pardos/as, indígenas e deficientes nesses espaços⁹. Embora a implementação da política pública tenha

⁸ Subcota, já que a política de cotas na graduação no ensino superior (lei n.º 12.711/2012) teve como principal recorte a inclusão social, sendo a questão racial e de deficiência um percentual dos estudantes de escola pública.

⁹ O número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% em dez anos. O

contribuído para a diversificação do corpo docente nas universidades, a mesma tendência não é observada no corpo docente. Entretanto não haja dados abrangentes sobre a composição racial do corpo docente e de pesquisa das universidades públicas brasileiras, é evidente que o sistema está profundamente marcado por disparidades regionais, étnico-raciais e econômicas (Artes, 2016; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012; Fundação Carlos Chagas, 2015; Paixão *et al.*, 2010; Rosemberg, 2013; Venturini, 2019).

Depois de entendermos como funciona a implementação das políticas de ações afirmativas na graduação, a seguir veremos como funciona a aplicabilidade dessa política de ação afirmativa nos programas de pós-graduação.

5.2 Políticas de Cotas nas Pós-graduações

O surgimento das ações afirmativas em cursos de pós-graduação foi fomentado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e pela Fundação Ford (FF) no início dos anos 2000, mediante duas propostas: o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, também intitulado como International Fellowship Program ; e o Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil. Sendo esses programas pioneiros nas tentativas de inclusão de indivíduos marcados pelas desigualdades sociais existentes (Rosemberg, 2013; Unbehau; Leão; Carvalho, 2014, Venturini; Feres, 2020).

Mais tardiamente, no ano de 2016, foi publicada a Portaria Normativa n.º 13 do Ministério da Educação, afirmando que no prazo de 90 dias as Instituições Federais de Ensino Superior deveriam levantar propostas sobre a inclusão de pretos/as, pardos/as e indígenas na pós-graduação. Essa portaria tem se tornado uma grande possibilidade de aumentar o número de universidades a instituir ações afirmativas em seus programas de pós-graduação, entretanto, não gerou uma obrigatoriedade, comprometendo a efetividade da portaria (Brasil, 2016).

Para a realização dessa proposta foi feito um levantamento de todos os editais publicados referentes sobre políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação de universidades públicas, divulgados de janeiro de 2002 a janeiro de 2018, pelos pesquisadores Venturini e Feres Júnior (2020) que observaram, em 2015, havia algumas iniciativas de programas que adotavam

salto se deve, em sua maior parte, à Lei de Cotas promulgada em 2012. Naquele ano, 40.661 alunos ingressaram em cursos de graduação em virtude de políticas dessa natureza. Já o Censo da Educação Superior 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela que 108.616 estudantes usufruíram das cotas somente no último ano.

medidas afirmativas. No entanto, os dados coletados até janeiro de 2018 demonstram que houve um aumento significativo, com um total de 737 programas de pós-graduação acadêmicos implementando algum tipo de política afirmativa. Isso corresponde a 26,4% de todos os programas. Em outras palavras, ao longo de quatro anos, essas iniciativas tiveram um crescimento expressivo. Algumas políticas sofreram como resultado das próprias decisões dos programas, enquanto outras foram protegidas por leis estaduais ou por decisões do Conselho Universitário, merecendo todos os cursos de pós-graduação de uma universidade específica.

Nessa perspectiva, além das reservas de cotas, outros programas decidiram criar vagas adicionais que são reservadas para candidatos que atendem aos requisitos exigidos como sujeitos de direitos das ações afirmativas. Embora não sejam oficialmente denominadas "cotas", essas vagas também representam uma forma de reserva; a única diferença é que o número de vagas disponíveis para a ampla concorrência permanece o mesmo, ocorreu em uma variação mais suave dessa política. Observe-se também a adoção de formatos mistos, nos quais existem cotas para certos grupos e vagas adicionais destinadas a outros grupos de beneficiários. Além disso, na maioria dos programas, todos os candidatos, independentemente da reserva de vagas, passam por um processo seletivo regulado por um edital, contendo todas as regras e critérios de admissão (Venturini; Feres Júnior, 2020).

Em 2023, a Lei n. 12.711 (Brasil, 2012), a Lei de Cotas foi alterada por meio de sua revisão sendo alterada para a Lei 14.723 de 13 de novembro de 2023. Essa nova lei, mais especificamente em seu art. 7-B normatiza a adoção de ações afirmativas em programas de pós-graduação em instituições federais para a inclusão de estudantes para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, mas ainda não há uma obrigatoriedade das instituições para adotarem essas ações afirmativas, deixando a critério das instituições e dos programas a escolha dos processos mais adequa ao contexto e aos processos seletivos.

Art. 7º-B. As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2023, texto digital).

A forma como é feita a aplicabilidade às ações afirmativas nas pós-graduações se distingue da sua implementação na graduação, especialmente no que diz respeito à sua maneira de selecionar estudantes para cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional. Normalmente, os

programas de pós-graduação têm autonomia para estabelecer seus métodos e critérios de seleção de novos/as discentes. Outrossim, é o fato de a questão racial ser uma questão central das ações afirmativas na pós-graduação e não uma subcota como é na graduação. Além disso, também há diversidade entre os programas quanto à alocação de vagas, podendo-se reconhecer quatro modalidades principais:

1. processos seletivos nos quais as vagas são distribuídas por áreas de concentração ou linhas de pesquisa;
2. processos seletivos em que cada orientador(a) tem um número delimitado de vagas previsto no edital e o(a) candidato(a) concorrer à vaga de um(a) orientador(a) específico(a);
3. processos seletivos em que há um número fixo de vagas, as quais não seguem critérios pré-definidos de orientação e linha de pesquisa, cabendo à comissão de seleção verificar a disponibilidade de orientação e adequação às linhas do programa;
4. processos seletivos que não estabelecem número mínimo de vagas e cuja definição varia conforme a demanda (Venturini; Silva, 2023, p.7).

Com relação aos tipos de ações afirmativas, de acordo com o estudo realizado pelo Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap) (Venturini; Penido, 2022) por meio da análise de 1.531 programas de pós-graduação, atualmente, há quatro tipos de ação afirmativa nos programas de pós-graduação stricto sensu de universidades públicas. Sendo elas: Cotas, cotas suplementares, cotas+cotas suplementares, cotas+bônus, conforme explicam Venturini e Silva (2023). Para facilitar a compreensão, compilamos as informações no quadro abaixo:

Tabela 1: Tipos de Ações Afirmativas

COTAS	COTAS SUPLEMENTARES	COTAS + COTAS SUPLEMENTARES	COTAS + BÔNUS
As cotas são vagas disponíveis para grupos específicos com base em critérios étnico-raciais e/ou sociais, como pessoas trans, pessoas negras (pretas e pardas), pessoas com deficiências, indígenas, comunidades quilombolas, entre outros. A proporção das reservas das vagas varia entre 10% e 50% das vagas	São reservadas para candidatos(as) pertencentes a determinados grupos e, se não forem preenchidas, não reverterem à ampla concorrência. Ou seja, caso não haja demanda ou não haja candidatos(as) aprovados(as) e as vagas suplementares não sejam preenchidas, tais vagas são extintas. A diferença da cotas é, caso aplicada isoladamente (e não em conjunto com cotas), o número de vagas de ampla concorrência permanece inalterado, sendo, portanto, uma variante mais branda dessa modalidade de política.	Na modalidade de cotas + cotas suplementares, os candidatos que fazem parte de grupos sociais ou étnico-raciais específicos podem ser concedidos pontos extras em certas fases do processo de seleção ou ter critérios de correção e ponderações diferentes em etapas como entrevistas e análises de currículo	A categoria cotas+bônus, há duas modalidades de ações afirmativas, sendo elas: reservas de vagas para grupos específicos e vagas adicionais destinadas a outros beneficiários. [...] Além disso, há reservas para determinados grupos que também incluem incentivos para certos segmentos em etapas específicas do processo de seleção

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Venturini e Silva (2023)

Nessa perspectiva, quando se trata dos principais beneficiários das ações afirmativas na pós-graduação, são pessoas pretas, seguidas das pardas. Entretanto, existem alguns editais que especificam que apenas candidatos autodeclarados como pretos/as podem solicitar a participação por meio de ações afirmativas, excluindo assim o mesmo acesso ao benefício para pessoas pardas. Esses casos são excepcionais, pois na maioria dos programas que oferecem vantagens étnico-raciais, há uma menção explícita a "negros/as (pretos/as e pardos/as)" (Venturini; Silva, 2023).

Especificamente, na Universidade Federal de Viçosa, lócus da pesquisa, o início da implementação das ações afirmativas nos programas de pós-graduação foi em 2018, por meio da Resolução N° 10/2018, 21 de dezembro de 2018, que foi substituída pela resolução de 08/2019, 21 de março de 2019 e inclui as ações afirmativas para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade. Posteriormente, em 8 de fevereiro de 2022, a Resolução 04/2022, revoga a 08/2019 e implementa o sistema de heteroidentificação de critérios fenotípicos (Anjos *et al.*, 2023).

A porcentagem das ações afirmativas nos programas de pós-graduação da UFV é de 20% a 50% das vagas disponíveis por cada edital de acordo com o Art. 4° da Resolução n° 19/2018 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

Art. 4°. Para acesso de candidatos negros, de candidatos indígenas e de candidatos com deficiência, os Programas de Pós-graduação stricto sensu da UFV deverão reservar de 20% a 50% das vagas oferecidas por edital em cada curso de mestrado e doutorado, acadêmico ou profissional. A porcentagem a ser efetivada nos editais deverá ser aprovada nas comissões coordenadoras de cada programa (UFV, 2018, texto digital).

Vale mencionar que o trabalho publicado por Anjos *et al.* (2023) constatou que nos anos 2022 e 2023 nenhum dos programas de pós-graduações Stricto Sensu da UFV teve a porcentagem de cota maior que 20%. Ou seja, todos fizeram o mínimo, quando fizeram (editais de fluxo contínuo ou com poucas vagas não reservam vagas para ações afirmativas).

A UFV oferece 51 Programas de pós-graduação, sendo 41 Acadêmicos e 10 Profissionais¹⁰. As admissões nos cursos podem ser semestrais ou anuais, assim, alguns programas divulgaram editais em todos os quatro semestres avaliados (2022/1, 2022/2, 2023/1 e 2023/2), enquanto outros publicaram dois editais. Adicionalmente, houve admissões por fluxo contínuo e editais adicionais,

¹⁰ Os programas de Mestrado Profissional Tecnologia e Celulose de Papel e Zootecnia não abrem vagas desde 2017.2 e 2020.2, respectivamente. (Anjos, et al, 2023, p.10)

totalizando 156 editais. A média de vagas para mestrado é de 12,8 por edital e para doutorado é de 6,7 por edital (Anjos *et al.*, 2023)

O período de inscrição para concorrer a uma vaga na pós-graduação tem uma média de duração de 36,6 dias. Nenhum edital inclui medidas afirmativas com base no sexo/gênero/sexualidade (também considerada a população Trans)¹¹ ou classe social. Existe uma taxa de inscrição no valor de R\$116,00¹² e é garantida a isenção dessa taxa para pessoas de famílias de baixa renda e inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Alguns programas também concedem isenção para candidatos(as/es) que são doadores de medula óssea. (Anjos *et al.*, 2023).

Nessa subseção vimos sobre a trajetória das políticas de cotas nos programas de pós-graduações, após isso, apresentamos alguns dados sobre a UFV sobre como essa instituição tem implementado as ações afirmativas nos programas de pós-graduação.

6. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Conforme Minayo (2001), a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade. Nesse sentido, esta pesquisa foi construída na abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa nos permite explorar o universo dos significados das ações e relações humanas, um aspecto que não pode ser percebido ou captado por equações, médias e estatísticas (Minayo, 2014).

Vale mencionar que para darmos início ao desenvolvimento qualitativo desta pesquisa, foi necessário que a alguém realizasse a parte quantitativa. Desse modo, recorro aos dados produzidos por uma das pós-doutoranda¹³. Como já dito, esta pesquisa faz parte de um projeto maior aprovado pela Capes, que conta com a colaboração de uma discente do pós-doutorado por ano da pesquisa, que ficará responsável por realizar a parte quantitativa da pesquisa nas três universidades (UFV,

¹¹ Transexuais, transgêneros, travestis e outras pessoas que se enquadram nessa nomenclatura. Embora o campo da teoria de gênero discuta a não vinculação direta entre gênero e sexualidade, a experiência transexual auxilia a pensar a performatividade dos gêneros, para Berenice Bento (2006). Sobre ações afirmativas para pessoas trans ver a dissertação “‘Existe ‘universidade’ em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans”, de Brume Dezembro Lazzetti (2021) apud (Anjos, et al, 2023, p.10).

¹² Com exceção dos programas Ensino em Física (Mestrado Profissional) (R\$ 65,00), Química em Rede Nacional (Mestrado Profissional) (R\$ 70,00), Matemática em Rede Nacional (Mestrado Profissional) (82,00) e Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP (Mestrado Profissional) (R\$ 200,00), em 2023. Todos esses são programas em rede. (Anjos, et al, 2023, p.10).

¹³ O projeto maior aprovado pela Capes, conta com a contribuição de três bolsas de pós-doutorado, sendo efetivada uma por ano.

UNB, UFBA). Logo, a realização da abordagem quantitativa desta pesquisa na UFV foi feita pela bolsista do pós-doutorado Ana Carolina dos Anjos, após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 2023.

Em agosto de 2023, uma das docentes componentes do projeto, entrou em contato com as secretarias de cada programa de Pós-graduação dos Centros CCH e CCE solicitando que encaminhassem o referido e-mail convidando às/aos discentes cotistas negros/as dos anos de 2022 e 2024. Além disso, a pós-doutoranda encaminhou os textos para a Associação dos Estudantes de Pós-Graduação (APG) da UFV e para a equipe de comunicação da universidade (noticias@ufv.br). Tanto o setor de comunicação como a APG publicaram no site e no Instagram.

Para identificarmos em quais as áreas a presença de cotistas negros/as se dá de modo efetivo e em quais áreas ainda há ausências da aplicabilidade da política de cotas, foi realizada pela pós-doutoranda, uma análise dos editais e das resoluções dos programas de pós-graduação dos centros de CCH e CCE.

Também foi enviado pela pós-doutoranda Ana Carolina dos Anjos um questionário por e-mail para estudantes cotistas negros e negras dos programas de pós-graduação (CCH e CCE) da UFV, com o intuito de conhecer o perfil desses/as estudantes e saber se aceitariam participar de uma entrevista na segunda etapa da pesquisa. Do questionário, recebemos respostas de 5 estudantes do CCE e 7 estudantes do CCH. No entanto, entre os 12 estudantes que responderam ao questionário, alguns eram brancos/as e outros não eram dos anos de 2022 e 2023, o que gerou a necessidade de apurar os dados. Após a limpeza e apuração dos dados pela pós-doutoranda, constatou-se que apenas 3 estudantes ingressaram por ações afirmativas, na modalidade de cotas raciais, sendo que um desses estudantes era a mestranda responsável por esta pesquisa.

Nesse sentido, decidimos incluir na pesquisa os/as estudantes que constam na listagem da Pró-Reitoria de Pesquisa, onde estão as informações sobre o número de alunos/as cotistas negros/as, visando aumentar o número de alunos/as para a realização das entrevistas. De acordo com os dados da Pró-Reitoria, houve 39 estudantes cotistas negros/as ingressantes nos programas de pós-graduação da UFV em 2022-2023. Desses 39, 21 são alunos/as dos centros de CCH e CCE, sendo 12 do CCE e 9 do CCH.

Após isso, com a lista da Pró-Reitoria em mãos, comparamos as informações com aquelas dos estudantes que responderam ao questionário anteriormente. Após esse desfecho, enviamos um e-mail convidando os 21 alunos cotistas a participarem de uma entrevista, orientada por um roteiro

pré-estabelecido. Dos 21 possíveis entrevistados, tivemos retorno de 10 discentes, dos quais 7 se disponibilizaram para a entrevista: 3 do CCE e 4 do CCH.

Um fato importante a ser mencionado foi a observação de inconsistências nos dados da Pró-reitoria com relação a afirmação de alguns estudantes enquanto universitários/as negros/as cotistas. Ao enviarmos o e-mail aos discentes cotistas convidando para participarem da entrevista, um desses estudantes respondeu dizendo que não era um aluno cotista, pois, no processo seletivo no programa de pós-graduação em que ele faz parte, quanto a pessoa presta o processo seletivo por meio das vagas destinadas às ações afirmativas. Ao final do processo, mesmo se essa pessoa for aprovada na vaga da ação afirmativa, e tiver nota o suficiente para passar em ampla concorrência, será selecionada nesse grupo e sua inscrição será retirada do cômputo de inscrições às vagas reservadas. Assim, automaticamente ele passa a concorrer a vaga na ampla concorrência, deixando de ser cotista reafirmou que ele não era cotista. Porém, nos dados da Pró-reitoria, ele é um discente cotista.

Diante deste caso, resolvemos manter o convite ao aluno, pois, por mais que o programa em que ele não faz parte não o considere como um universitário cotista, ele se inscreveu pela modalidade de cotas raciais e a institucionalmente pela Pró-reitoria, ele é um aluno cotista. Por fim, ele entendeu a situação e aceitou participar da pesquisa.

Além disso, percebemos a necessidade metodológica de utilizarmos a abordagem Bola de Neve (Vinuto, 2014), com intuito de alcançarmos mais estudantes cotistas participantes da pesquisa. No entanto, conseguimos alcançar apenas uma discente vinculada ao centro CCH.

A seguir, em uma perspectiva qualitativa, realizamos entrevistas semiestruturadas para buscarmos investigar o perfil de cotistas ingressantes nos Programas de Pós-Graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2022 e 2023, e as suas narrativas sobre as suas presenças nos programas de pós-graduação evidenciando como se relacionam as temáticas étnico-raciais e de gênero. No total foram realizadas oito entrevistas com estudantes cotistas dos Centros de Ciências Exatas e Humanas, respectivamente, e diversos programas de pós-graduação.

Essas entrevistas foram realizadas presenciais e de forma online pelo Google Meet para os e as estudantes que não conseguiram o encontro presencial. Assim, conseguimos atender melhor a disponibilidade de horários dos participantes e da pesquisadora, com participantes pré-selecionados/as. Para avaliar e categorizar os dados produzidos será empregado o método da

Análise de Conteúdo, compreendido como um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2016, p. 42).

A partir de narrativas de discentes negras/os cotistas participantes da pesquisa, serão analisadas suas trajetórias, conquistas e desafios frente ao espaço acadêmico e científico. Para manter o anonimato dos estudantes cotistas negros/as e fazer jus às suas respectivas lutas cotidianas, resolvemos identificá-los/as por ativistas negros/as que fizeram e fazem muita diferença na luta contra o racismo e o sexismo, sendo considerados/as símbolos de luta e da resistência dentre elas: Lélia Gonzalez¹⁴, Malcolm X¹⁵, Carolina Maria de Jesus¹⁶, Antonieta de Barros¹⁷, Abdias Nascimento¹⁸, bell hooks¹⁹, Zumbi dos Palmares²⁰, Marielle Franco²¹. De modo pessoal, esses ativistas negros/as são referências de muitas lutas, resistências, persistência e referências triviais para pensarmos como as políticas para a população negra foi galgada em luta por tais intelectuais e ativistas.

Tabela 2: Perfil por Gênero e Curso dos/das estudantes cotistas negros/as

Nome fictício	Gênero	Centro
Lélia Gonzalez	Feminino	Centro de Ciências Humanas

¹⁴ Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira. É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no Brasil, América Latina e pelo mundo, sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro no país.

¹⁵ Malcolm X (1925-1965) foi um ativista norte-americano, reconhecido como um dos líderes mais influentes do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.

¹⁶ Maria Carolina de Jesus, (1914-1977) é uma das escritoras negras reconhecida da literatura brasileira. Sua produção tem importância não apenas no campo literário, mas também no âmbito político.

¹⁷ Antonieta de Barros, (1901-1952) professora negra que criou o dia do professor, foi uma educadora, escritora, jornalista e política. Filha de uma ex-escravizada, aprendeu a ler e escrever, tornando-se educadora e enxergando a educação como uma ferramenta de transformação social. Ainda jovem, fundou uma escola para alfabetizar pessoas em situação de vulnerabilidade.

¹⁸ Abdias do Nascimento (1914-2011), foi ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista visual, professor universitário, político e defensor dos direitos civis e humanos das populações negras no Brasil.

¹⁹ bell hooks, (1952-2021), mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas), foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. É referência em estudos sobre mulheres negras.

²⁰ Zumbi dos Palmares, (1655- 1695) foi um líder quilombola brasileiro, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial. Zumbi nasceu na então Capitania de Pernambuco, em região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas.

²¹ Marielle Franco, (1979-2018) uma mulher preta, ativista, vereadora que lutava em prol da educação, juventude e mulheres.

Antonieta de Barros	Feminino	Centro de Ciências Humanas
Marielle Franco	Feminino	Centro de Ciências Exatas
Zumbi dos Palmares	Masculino	Centro de Ciências Exatas
bell hooks	Feminino	Centro de Ciências Humanas
Malcolm X	Masculino	Centro de Ciências Humanas
Abdias do Nascimento	Masculino	Centro de Ciências Exatas
Maria Carolina de Jesus	Feminino	Centro de Ciências Exatas

7. UFV: na universidade onde a diversidade e os saberes se encontram

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) está localizada na cidade de Viçosa-MG, na zona da mata mineira, uma das instituições mais antigas de ensino superior no Brasil. Ela foi fundada em 1926 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav). Posteriormente a Esav passou a ser nomeada como Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), em 1948, e federalizada, como Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 1969. Além do *campus* localizado na cidade de Viçosa, a UFV possui, desde 2006, os *campi* UFV – Florestal e UFV – Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG).

A UFV vem sendo considerada referência na área da Ciências Agrárias, mas também em sendo excelência no ensino, na pesquisa e na extensão das áreas de ciências Humanas, Biológicas e Exatas. Oferecendo cursos de ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação nos seus três *campi*. No total, a Universidade já graduou mais de 60 mil profissionais e orientou a defesa de mais de 12 mil dissertações de mestrado e quatro mil teses de doutorado. Nesse sentido, a Universidade Federal de Viçosa atrai estudantes de todo o Brasil, bem como, estudantes de outros países. Frequentemente, a Universidade Federal de Viçosa vem tendo destaque nos rankings educacionais dentro e fora do país. Ela já esteve, três vezes, entre as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo na área das Ciências Agrárias e Florestais, de acordo com o *QS World University Rankings*, e entre as melhores de Minas Gerais, segundo o ranking da *Times Higher Education* e o *Brics & Emerging Economies*. O desempenho dos estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) também foi considerado, por sete vezes consecutivas, o melhor entre as

escolas públicas do país, no Exame Nacional de Educação do Ensino Médio (Enem).²²

8. De onde viemos: a história por trás de quem somos

Neste momento, faremos uma breve apresentação sobre quem são e de onde vêm os/as estudantes cotistas negros/as entrevistados/as nesta pesquisa, levando em consideração, suas origens familiares, faixa etária, estado civil, trajetória escolar e as motivações que os levaram a seguir a carreira acadêmica. Destacamos aqui, a importância de demarcarmos o lugar de fala (Ribeiro, 2017), no sentido de que todos partimos de um recinto, falamos e construímos caminhos a partir de um determinado contexto social.

Lélia Gonzalez

Lélia, nascida em uma comunidade quilombola localizada na cidade de Ponte Nova- MG, aproximadamente 47 km de Viçosa-MG onde está localizada a UFV, uma estudante que desde a tenra idade teve uma trajetória difícil, pois, vinda de família vulnerável economicamente, teve que interromper seus estudos para contribuir com a sobrevivência da família e somente depois de 17 anos conseguiu retornar aos seus estudos e seguir sua trajetória acadêmica. Trabalhou no Consórcio da Saúde²³ durante sua graduação. Atualmente, formada em Direito, abriu recentemente seu escritório para trabalhar com advocacia criminalista, mas devido às demandas do mestrado e o fato de ter se formado recentemente, está indo com calma no ramo da advocacia. Lélia também é estudante de mestrado no Centro de Ciências Humanas da UFV, sendo a primeira da família a entrar em um programa de pós-graduação.

Eu trabalhava no Consórcio de Saúde, quando eu fiz minha inscrição no mestrado, aí eu passei na OAB e demorei 6 meses para pegar a carteirinha, então, assim que peguei a carteirinha eu pedi conta né, eu trabalhava na CLT e fui advogar, só que aí eu não advoguei porque apesar de ter a carteirinha, eu tinha passado no mestrado e era segunda terça e quinta de 8h às 18h e eu tinha só a quarta e a sexta, aí é agora nesse semestre agora como é só a parte da leitura, da escrita e tudo né, aí eu to trabalhando até porque a renda não dá, só a renda da bolsa e aí até porque também diante da possibilidade de eu ter que devolver a bolsa tudo, eu já tenho que ir encaixando né, porque eu mesmo que mantenho a minha subsistência. Então, eu trabalho, é um trabalho livre né, agora tem um mês que montei o meu escritório, aí eu venho a hora que eu quero, eu estou bem no início, é mais um

²² Informações retiradas do site da UFV. Disponível em: <https://www.ufv.br/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

²³ Um consórcio em saúde pode ser entendido como um meio de oferecer assistência de média e alta complexidade, incluindo a aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos, a manutenção preventiva de aparelhos, além da realização de exames laboratoriais e diagnósticos por imagem.

aprendizado mesmo, porque a faculdade a parte prática ela não te ensina, então eu estou começando no ramo da advocacia devagar (Gonzalez, 2024).

Após sua aprovação no mestrado, Lélia passou a fazer deslocamentos entre as cidades de Ponte Nova e Viçosa. Além disso, ela gosta muito de aproveitar seus momentos de lazer com seus familiares, amigos e com seu cachorro.

Malcolm X

Malcolm X, nasceu em 1989, na cidade de Porto Firme-MG, cerca de 33km de Viçosa-MG. Ele é de uma família de pais separados. A separação aconteceu quando Malcolm X tinha 1 ano. Diante desta situação, ele ficou aos cuidados da mãe e teve contato com seu pai, mas sua convivência maior foi com sua mãe.

Malcolm relata o quão foi difícil para sua mãe conseguir criá-lo, a questão financeira foi o que mais dificultou a vida deles, por isso, mudavam-se muitas vezes de cidade em busca de melhoria de vida. Sua mãe trabalhava como cabeleireira e chegou a morar de favor na casa de outra pessoa. Com o tempo, ela conseguiu se organizar e começar a estudar e, com muito esforço, conseguiu se formar e melhorar sua vida.

Quando criança, a vida toda, criança o que acontece, os meus pais são separados desde que eu tenho um ano de idade. Então, sempre vivi com a minha mãe, né. E a gente era bem pobre no começo, ela era cabeleireira e mal dava pra gente pagar o aluguel, chegou um momento que a gente viveu de favor, foi muito difícil para nós. E aí com o tempo a minha mãe foi estudando e ela com muito custo, conseguiu e se formou em letras. Aí que a nossa vida mudou de uma vez, de um ano pro outro quando ela foi formada em letras, ela deixou de ser cabeleireira, virou professora e a nossa vida foi melhorando aos poucos. Mas, é uma infância um pouco distante, como eu que tenho muito boa memória, eu lembro de tudo, das dificuldades (Malcolm X, 2024).

Diante desse depoimento, percebe-se que para muitas pessoas que buscam melhorias de vida, como a mãe do Malcolm, o melhor caminho e, em alguns casos, o único caminho para alcançar essa melhoria é por meio dos estudos. Nesse momento difícil de sua vida, Malcolm fala sobre a falta que sentia da mãe, pois ela tinha que trabalhar o dia inteiro e ele ficava sozinho, sem ninguém para conversar. Ajudava sua mãe nas tarefas de casa e ia brincar na rua. Mas, depois que sua mãe se tornou professora, essa realidade mudou, e ela passou a conseguir lhe dar mais atenção, e passou a incentivá-lo a conhecer melhor o mundo da literatura. Foi a partir deste incentivo que surgiu a temática do seu mestrado.

E aí assim, como a gente sempre teve tudo contadinho tudo né, não tinha regalia nenhuma, todo mundo tinha seu papel também a desempenhar, né. Então, o meu papel era ajudar na limpeza de casa e tudo mais. E eu ficava muito na rua porque, principalmente quando a minha mãe era cabeleireira, ela não ficava em casa hora nenhuma. E ninguém cuidava de mim, eu ficava sozinho, eu sentia muita falta dela e ia pra rua e tal. Depois que ela virou professora, ela passou a ter mais tempo para cuidar de mim, para eu ficar em casa, e me incentivar nos estudos também e tal. E esse foi um momento muito importante, quando eu desenvolvi algumas habilidades de que eu passei a gostar, por exemplo, de leitura, de ler literatura e tal, que é o que me trouxe aqui hoje, eu acredito. Inclusive a minha pesquisa no mestrado é sobre letramento literário, então é fruto dessa época aí, com certeza né (Malcolm X, 2024).

A maneira como a sociedade é estruturada, faz com que algumas pessoas precisem escolher entre trabalhar para sua sobrevivência própria e de sua família e, ao mesmo tempo, se abster de momentos, por vezes, cruciais com os familiares. Neste caso, a mãe teve que abrir mão de momentos com o filho, ainda mais por se tratar de uma criança em fase de desenvolvimento.

Nesse contexto, também é importante demarcar o cuidado e a condições das mães solas no Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em 2023, revela que o Brasil possui mais de 11 milhões de mães responsáveis pela criação dos filhos sozinhas. Nos últimos dez anos, o país teve um aumento de 1,7 milhão de mães que assumiram sozinhas essa responsabilidade. O estudo também aponta que 90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são negras. Além disso, cerca de 15% dos lares no Brasil são chefiados por mães solo, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste. A maioria dessas mulheres, 72,4%, vive apenas com seus filhos e não conta com uma rede de apoio próxima (G1, 2023).

Essas condições vividas pelas mães solo negras no país, refletem nas condições de vulnerabilidade socioeconômica enfrentadas por muitas dessas mulheres negras, que muitas vezes, precisam desempenhar o papel de cuidadoras e provedoras do lar, mas sem o suporte financeiro necessário. A combinação de raça, gênero e classe social tem um impacto direto na vida dessas mulheres negras, perpetuando ciclos de desigualdade e dificultando o acesso a uma vida digna.

Essa imagem da mulher negra como ‘mãe’ vem servindo como um controle de ‘raça’, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternas, justificando sua subordinação e exploração econômica. A ‘mãe negra’ representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada” (Kilomba, 2019, p. 142).

Assim, o racismo molda a percepção da mulher negra como a figura de mãe idealizada para

servir à branquitude, na condição de submissa, e também para compensar a ausência paterna. Essa visão está relacionada às construções racistas que retratam a mulher negra como uma figura extremamente forte, quase uma matriarca incansável que cuida de todos, mas que, com isso, acaba sendo sobrecarregada e desumanizada (Lima, 2021).

Essa realidade promove uma reflexão crítica sobre as relações de privilégios que circundam a vida de algumas mulheres, considerando que “há muita evidência de que as identidades de raça e de classe criam diferenças em qualidade de vida, status social e estilo de vida, que prevalecem sobre a experiência comum que as mulheres partilham” (hooks, 1984, p. 4). Assim, os marcadores sociais de raça e classe desempenham papéis determinantes na vida das mulheres, criando disparidades significativas em termos de qualidade de vida, status social e estilo de vida. Embora todas as mulheres compartilhem certas experiências devido ao gênero, essas experiências são vividas de maneira muito diferente dependendo das identidades raciais e de classe. Em outras palavras, “ser mulher” é apenas uma parte da identidade que, ao ser combinada com outros fatores, como raça e classe, molda profundamente as oportunidades e os desafios individuais.

Malcolm, menciona que seu sonho de criança era morar em uma cidade para sempre, sem precisar ficar se mudando e perdendo seus amigos, recomeçando uma nova vida e fazendo novos amigos e depois ter que se mudar novamente, esse ciclo de mudanças aconteceu várias vezes em sua infância.

A minha família é de Porto Firme, então eu falo que eu sou de Porto Firme, mas desde criança eu mudei muito de cidade, chegou um tempo até quando eu tinha 18 anos eu nunca tinha morado quatro anos na mesma cidade, por isso que é difícil para mim falar de onde que eu sou. Eu sou Porto firme, Montes Claros, Monte Alqueires, eu já morei um monte de lugar, Engenheiro Navarro, Viçosa, mas meu pai sempre morou em Viçosa. Então, meu sonho de criança era vir para cá para ficar para nunca mais mudar, eu tava cansado já de sempre abandonar todos os amigos numa cidade e conhecer gente nova de novo, reiniciar e sempre reiniciar, meu sonho era vir para Viçosa, cidade do meu pai, e nunca mais ter que reiniciar essa história de ficar refazendo amizade, abandonando amizade e tal. E aí tô aqui já agora tem o quê 10 anos eu acho quase 10 anos e tô querendo mudar, não brincadeira (Risos) eu tô gostando muito (Malcolm X, 2024).

Atualmente, Malcolm X é formado em Geografia e cursa mestrado pelo Centro de Ciências Humanas. Atua como professor em uma escola pública que fica localizada dentro da própria UFV, mais precisamente na outra oposta ao departamento em que estuda. Assim, as atividades que ele desenvolve dentro da universidade são todas próximas e isso contribui para um deslocamento mais prático.

Sou professor de geografia, sou formado em Geografia e atualmente faço mestrado aqui na Universidade Federal de Viçosa. Eu trabalho no colégio que é aqui do lado do departamento mesmo. Aí a minha vida se resolve toda aqui nessa rua, às vezes, faço disciplinas aqui do mestrado no departamento de letras, que é aqui no prédio da frente do meu departamento, e a escola que trabalho também é do outro lado. Então, é tudo aqui nessa rua, que não tem nome né, na UFV as ruas não têm nomes, os prédios não tem números né, tem essas especificidades (Malcolm X, 2024).

Além do seu trabalho e estudos, Malcolm gosta de se socializar com seus amigos, visitá-los e também gosta muito de ir para Porto firme, cidade onde sua mãe mora atualmente.

Antonieta de Barros

Antonieta, nascida em 1995 no interior de Minas Gerais, criada pelos seus avós e pela sua mãe. Conforme os anos foram se passando, Antonieta foi crescendo rodeada de amor, porém, com seus 9 anos seu avô veio a falecer e ela teve uma perda muito grande. Após a partida do seu avô, os laços entre Antonieta, sua mãe e a avó se tornaram ainda mais fortes, permanecendo juntas em todos os momentos. “Sempre nós três para tudo” (Barros, 2024). Sem o apoio paterno, Antonieta se apoia nos ensinamentos da mãe e da avó. Desde pequena já sabia das dificuldades financeiras enfrentadas por sua mãe e sua avó para sustentar ela, então, ao completar 12 anos de idade começou a trabalhar como babá para ajudar nas contas da casa:

Então, eu fui criada pela minha mãe, pela minha avó né, assim eu não eu não tive a presença do meu pai e ele e a minha mãe não deram certo né. Então assim sempre foi minha mãe e minha avó que me criou, que me sustentou com tudo né, porque ele nunca me ajudou com nada, isso até uma certa idade, então desde que eu completei 12 anos de idade eu sabia que eu já tinha que me virar arrumar uma forma de ajudar minha mãe e minha avó porque assim minha família é bem humilde, bem pobre né. Então assim, eu lembro que a partir de 12 anos eu já comecei ser babá porque tinha uma vizinha, isso quando eu morava com minha mãe, porque atualmente eu não moro com minha mãe mais, mas aí eu morava com minha mãe e minha avó aí a gente tinha uma vizinha que tinha uma criança pequena uma menina e aí ela trabalhava e precisava de babá então comecei sendo babá dela com 12 anos, estudando e sendo babá aí, eu fiquei sendo babá dela por um tempo aí depois quando eu já tava no ensino médio eu fui comecei a trabalhar numa loja também de roupa aqui da cidade Lojão das Fábricas, então eu sempre tive que conciliar o trabalho com o estudo (Barros, 2024).

Mais um caso de mãe solo que enfrenta, diariamente, as sobrecargas de ser uma mulher negra, mãe solteira e trabalhadora, além de ter que lidar com as desigualdades de gênero, raça e classe que permeiam a sociedade. Percebe-se, que na fala da Antonieta, o quão desafiador foi, desde pequena, ter que conciliar múltiplas tarefas, como, por exemplo, ser criança, estudar e além disso

trabalhar. Antonieta ainda afirma, que ela nunca teve o direito de somente estudar, ela sempre estava trabalhando em algum lugar: por hora babá, empregada doméstica e por hora *freelancer*. O trabalho em subempregos é bem presente na vida de jovens negros/as no país. De acordo com os dados da PNAD Contínua de 2019, “mais de 60% dos trabalhadores manuais no Brasil são negros e mais de 60% dos profissionais e empregadores são brancos/as. Além disso, os negros/as ocupam apenas 6,3% dos níveis de gestão da empresa, 4,7% do quadro de executivos e 4,9% dos representantes do conselho” (Acosta, 2022, s/p).

A desigualdade racial e socioeconômica impacta profundamente o desenvolvimento infantil, estabelecendo diferenças marcantes entre crianças pobres e ricas. Esse impacto se torna ainda mais significativo no caso de crianças negras, devido às intersecções entre raça e classe. Essa disparidade influencia diretamente a caminhada educativa, perpetuando ciclos de exclusão, oportunidades desiguais atreladas ao trabalho infantil. Segundo Voronuk; Pereira (2022, p. 25) “a criança negra é vista como mão de obra e não como cidadã, a criança branca tem sua imagem atrelada a brincar, a imagem da criança negra é atrelada ao trabalho e ao crime, há uma desumanização em relação aos negros”.

Nesse sentido, quando se observa a realidade de crianças de famílias ricas, geralmente, essas crianças crescem em ambientes estimulantes, com acesso a livros, tecnologia, atividades extracurriculares e uma educação formal de qualidade. Esses fatores ampliam o vocabulário, a capacidade de raciocínio lógico e o desenvolvimento emocional. Além disso, pais com maior poder aquisitivo tendem a dispor de tempo e recursos para acompanhar a educação dos filhos, investir em reforço escolar e proporcionar um ambiente que valorize a aprendizagem.

Por outro lado, as crianças pobres enfrentam desafios como precariedade habitacional, alimentação inadequada, ausência de materiais escolares e instituições de ensino público com infraestrutura deficitária. Essas dificuldades limitam seu desempenho escolar, afetam sua autoestima e, muitas vezes, levam à evasão escolar. Em um contexto de desigualdade estrutural, crianças negras, majoritariamente pertencentes a famílias de baixa renda, carregam ainda o peso do racismo, que reforça estigmas e reduz suas perspectivas de mobilidade social.

O processo de escolarização para uma criança rica, é visto como uma etapa natural e até garantida para o sucesso futuro, elas já possuem predisposições desde a tenra idade para a efetivação do sucesso escolar, conceituado por Bourdieu como *habitus* (Bourdieu, 1983). Para crianças negras e pobres, a caminhada educativa é algo mais distante, em alguns casos, cheia de

barreiras materiais e simbólicas, ou até impossibilitada.

Nesse sentido, esse processo de escolarização também é compreendido pelo capital racial, que defende que as experiências de indivíduos racializados/as não podem ser compreendidas apenas a partir de uma perspectiva econômica ou cultural convencional, mas precisam ser analisadas no contexto das relações de poder racializadas presentes na sociedade (Júnior, 2021). Embora o conceito de Capitais proposto por Bourdieu (1983) seja fundamental para entendermos a dinâmica das desigualdades de classe na sociedade, ainda não é o suficiente para justificar a desigualdade racial existente. Já o capital racial, além de demarcar essas disparidades entre as classes sociais, evidencia como o racismo estrutural limita o acesso a outras formas de capital econômico, simbólico, social e cultural.

Vale mencionar que, no Brasil, maior índice de trabalho infantil é realizado por crianças negras, cerca de dois “terços dos afetados (65,2%), índice superior à participação do grupo na população do país de 5 a 17 anos de idade, que é de 59,3%” (Simões, 2024, s.p).

Eu nunca pude apenas estudar, porque eu tinha que ter alguma forma de me manter também porque minha avó e minha mãe elas né, não conseguiria sozinha. Minha mãe como ela morava na roça né, quando ela veio pra rua, então ela manteve essa rotina de trabalhar na roça e também fazendo bico sabe, então não era uma renda assim suficiente aí eu fui trabalhar em loja aí depois quando eu entrei na UFV né, aí eu fui comecei a trabalhar de garçõete no Paternon no buffet aqui da cidade e também trabalhava no num bar aqui da cidade que é o Churrascar então eu conciliava essas rotinas de durante a semana trabalhando no Churrascar final de semana trabalhando para o Paternon e sempre conciliando com os estudos. Assim, foi a minha graduação inteira eu nessa rotina de trabalhar e estudar sabe e graças a Deus consegui conciliar, mas foi bem difícil assim eu sei que se eu tivesse apenas tido um tempo só para estudar para me dedicar só para estudar com certeza eu conseguiria ter um êxito assim muito melhor né digamos, mas aí eu fui fazendo assim sempre fui conciliando trabalhar com estudar até onde dava né (Barros, 2024).

Esse argumento explora a interseccionalidade, que é a sobreposição de diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, que afetam mulheres de maneiras variadas conforme suas posições raciais, sociais e econômicas. Mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão frequentemente vivenciam um sexismo que não pode ser dissociado de outras dimensões de exclusão, como a racial e a de classe.

Os padrões específicos da opressão de gênero sofridos cotidianamente por mulheres trabalhadoras, pobres e negras são pouco afetados pelo sucesso – que implica, sim, no enfrentamento de determinadas formas de sexismo – de algumas profissionais de nível superior, economicamente privilegiadas e brancas (Brioli;

Miguel, 2015, p 46).

Antonieta foi a primeira da sua família a ser aprovada na graduação e em seguida a primeira a entrar em um programa de pós-graduação. Ao concluir sua graduação, Antonieta começou a trabalhar na empresa AGROS²⁴, dentro da universidade e ali ficou por um ano. No ano seguinte, com seu contrato de trabalho prestes a vencer, ela começou a estudar para concursos em busca de um trabalho mais fixo. No entanto, neste mesmo momento, uma amiga da graduação que estava estudando para ingressar na pós-graduação a convidou para tentar também. Assim, ela resolveu prestar o processo seletivo do mestrado, com vistas a melhorar a sua qualidade de vida, salário e currículo.

Com a aprovação no mestrado do CCH, Antonieta se desligou do serviço no AGROS e decidiu que pela primeira vez iria se dedicar somente aos estudos e passou a viver com a bolsa de mestrado. Porém, convivía com a constante insegurança: se a bolsa deixasse de ser paga, como sobreviveria?

mas assim é muito difícil também a gente viver só por conta de estudar, só com a bolsa, porque você não tem assim nenhuma garantia né se acontecer alguma coisa você tá ali desamparado e por isso que eu te falei eu sempre fui uma pessoa muito assim preocupada com essa questão de emprego, então, eu com a bolsa eu não me senti totalmente segura eu ficava com medo de acontecer alguma coisa (Barros, 2024).

Inclusive aconteceu! Antonieta relatou que passou um mês sem receber a bolsa, por motivos de ajustes técnicos e foi muito difícil para ela. Neste momento, ela decidiu buscar outras formas de completar sua renda além da bolsa. Assim, viu que tinha um edital de concurso para técnico administrativo da UFV em aberto, após ler o edital se interessou e começou a se dedicar para ele. Depois de um tempo, a aprovação veio e Antonieta se sentiu mais aliviada, pois sabia que estava assumindo mais uma função, mas, estava muito feliz por não precisar depender somente da bolsa do mestrado. Com a aprovação do concurso, possibilitou até que ela aumentasse o ânimo em seguir com os estudos, após terminar o mestrado:

então tipo assim nossa, quando eu e quando eu passei assim que eu fiquei sabendo que eu passei foi bem nesse momento que a bolsa não caiu sabe aí eu pensei nossa graças a Deus porque assim é muito complicado eu me sentia muito insegura vivendo só com a bolsa pelo meu histórico de vida porque eu não sou uma pessoa que eu poderia contar com minha mãe para me ajudar de alguma forma sabe muito

²⁴ Instituto da Universidade Federal de Viçosa de Segurança e Saúde.

pelo contrário eu hoje em dia eu estou na posição que eu tenho que ajudar ela então assim para mim ter conseguido passar nesse concurso foi muito bom porque tirou um peso das minhas costas assim sabe de pensar, assim, nossa tô vivendo só com essa bolsa e eu não sei o dia de amanhã, não sei o que que pode acontecer sabe. Então, assim para mim eu fiquei muito assim feliz de ter conseguido porque realmente eu tirei um peso das costas daquela preocupação com bolsa sabe é uma preocupação ah meu Deus se der alguma coisa errada eu tenho que devolver essas bolsas, não sei porque, mas na minha cabeça eu fico com esse pensamento sabe. Então, assim graças a Deus foi foi uma coisa assim que me deixou aliviada assim de certa forma, mas assim sou muito feliz de estar fazendo mestrado, pretendo fazer doutorado se eu for aprovada né, mas pra mim é melhor não ter o título, que viver de bolsa sabe (Barros, 2024).

Atualmente, Antonieta segue muito realizada por estar terminando o mestrado e com seu emprego fixo já pensando no doutorado.

Maria Carolina de Jesus

Maria Carolina de Jesus é natural do sul do Espírito Santo, oriunda de uma cidade pequena chamada Castelo, com menos de 40 mil habitantes. Castelo localiza-se a aproximadamente 278 km de Viçosa (MG). Cursou sua graduação na cidade vizinha de Alegre, também de pequeno porte, onde funciona um campus avançado da Universidade Federal do Espírito Santo, separado do campus principal.

Vinda de uma família de classe popular, Maria Carolina foi a primeira da família a ingressar na graduação e, conseqüentemente, a primeira a entrar em um programa de pós-graduação. Na tentativa de conhecer pessoas novas e explorar ambientes diferentes, ela se mudou para Minas Gerais, optando pela Universidade Federal de Viçosa para cursar o mestrado e se especializar.

No início do mestrado, enfrentou dificuldades de adaptação ao sistema de ensino da UFV, destacando, em suas palavras, que teve dificuldades com o nível de exigência, diferente do que estava acostumada em sua formação anterior:

eu senti uma dificuldade muito grande aqui na vinda para pós-graduação da UFV, porque o nível de cobrança aqui é era muito maior do que eu estava acostumada na graduação, não que fosse mais fácil lá, mas o nível de cobrança mesmo, é de ficar em cima, que é bem, é bem grande (Jesus, 2024).

No entanto, aos poucos, ela foi se acostumando e conseguindo cumprir as exigências do programa de mestrado. Quando ainda estava terminando seu mestrado, Maria decidiu prestar o processo seletivo para o doutorado. A princípio ficou muito insegura se passaria ou não. Com o tempo, a aprovação veio, e ela está seguindo o doutorado na mesma linha de pesquisa em que

realizou seu mestrado, pesquisando materiais não estruturados com foco em materiais de calcogênios de transição, essencialmente bidimensionais.

No momento, Maria Carolina já finalizou as disciplinas obrigatórias do doutorado e está desenvolvendo a parte da coleta de dados da sua pesquisa. Para isso, é preciso que ela fique praticamente o dia inteiro no laboratório acompanhando e analisando o seu material de pesquisa.

Eu fico o dia inteiro no laboratório, não é obrigatório a gente estar aqui todo dia, mas como eu sou física experimental eu dependo muito de fazer coisas no laboratório para ter resultados para ter medidas e tudo mais. Então, eu particularmente prefiro estar aqui para fazer coisas de rotina mesmo que eu preciso de laboratório ou até mesmo, análise de dados, eu prefiro fazer daqui porque em casa é o meu espaço de descanso, então eu sinto que eu não rendo tanto em casa, quanto eu rendo aqui que é quando a chave do cérebro muda para o ambiente de trabalho. Então, eu prefiro vir aqui, eu venho praticamente todos os dias todos os dias (Jesus, 2024).

Como pode observar, ela também menciona que se sente melhor saindo do ambiente de casa e estando no ambiente de trabalho, pois as chances de dispersão são menores e os rendimentos nas atividades são maiores.

Abdias Nascimento

Abdias é natural da cidade de Ouro Preto-MG, cerca de 126 km de Viçosa-MG, cresceu junto de sua família em um ambiente de muito afeto e companheirismo. Durante muito tempo conviveu com seus familiares. Porém, depois de um tempo sua mãe veio a falecer, e ele seguiu em frente junto de seu pai. Aluno dedicado aos estudos, a trajetória escolar dos anos iniciais à sua graduação em geografia foi cursada na cidade de Ouro Preto-MG. Porém, ao decidir que iria continuar seus estudos indo para o mestrado, resolveu levantar um novo voo e foi fazer o mestrado no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa.

Abdias morou em Viçosa com sua namorada por um bom tempo, mas em 2024, retornou para Ouro Preto, pois passou em um concurso público na sua área e começou a trabalhar como professor de geografia na rede de ensino de Mariana, atuando no ensino fundamental II.

Após concluir o mestrado, Abdias se inscreveu para tentar uma vaga no doutorado na UFV, mais especificamente no Centro de Ciências Exatas. O resultado foi satisfatório! Com isso, Abdias passou a fazer deslocamentos mais longos para conseguir cursar as disciplinas obrigatórias do doutorado, participar das reuniões com o orientador, pois foi nesta época que ele assumiu o seu

cargo de funcionário público.

Tenho que fazer deslocamentos bem longos, eu tenho que estar em Viçosa de duas em duas semanas né, para cursar uma disciplina que é a Seminários II e no período que vem eu tenho minha a disciplina de seminários III, e também a algumas reuniões que eu realizo com meu orientador, quando ele está em Viçosa né, porque agora com a greve, ele não tem estado, mas às vezes eu me desloco para lá também (Abdias, 2024).

Atualmente, Abdias segue buscando conciliar o trabalho, estudos e as atividades domésticas, pois, no momento, ele mora sozinho. Além disso, ele também é uma pessoa muito ativa, gosta de praticar esportes como, jiu-jitsu e musculação.

Zumbi dos Palmares

Nascido em Oratórios-MG, com estimativa de 54 km de Viçosa-MG. Zumbi dos Palmares, atualmente com 26 anos, mudou-se para Viçosa para cursar sua graduação em Engenharia Civil em uma universidade particular. Ao terminar a graduação, logo em seguida, já se inscreveu no mestrado na UFV e passou. No seu último ano de mestrado se inscreveu para o processo seletivo do doutorado. Atualmente está no seu segundo ano de doutorado, e disse que já se considera nativo de Viçosa. Sendo o primeiro da família a estar em um programa de pós-graduação. Zumbi dos Palmares relata que desde a graduação já pensava em continuar seus estudos como uma tarefa e que mesmo na graduação ainda ele já batalhava para seguir na carreira acadêmica.

Eu sou uma cidade próxima de Viçosa, Oratórios. Atualmente, eu moro em Viçosa por causa da pós-graduação, mas já eu já venho de Viçosa já vai fazer uns oito anos, que eu já tô aqui, é que a minha graduação também foi em Viçosa. Então, já me considero nativo praticamente, fiz minha graduação na universidade Dinâmica em engenharia civil. Posteriormente, eu comecei a fazer o mestrado e agora já vou concluir em dezembro o meu segundo ano do doutorado. Foi uma tarefa, desde a graduação já, colhendo e procurando alguns frutos para colher, algumas sementes para plantar para ingressar nessa área acadêmica. E desde lá já venho batalhando para o título, e eu tenho 26 anos (Palmares, 2024).

Zumbi dedicou seus estudos em uma mesma linha de pesquisa. Fez graduação em Engenharia Civil, mestrado e doutorado na mesma área, com foco na área de Geotécnica. “Minha formação eu segui na mesma linha, a minha graduação foi em Engenharia Civil, meu mestrado na área Geotécnica e foi na linha de pesquisa de Sistema de infraestrutura e transporte. E agora também na área Geotécnica no doutorado na área de Geotecnia Analítica Experimental” (Palmares, 2024).

Durante toda trajetória acadêmica, o Zumbi foi amparado pelos familiares, tanto financeiro quanto emocional.

Desde de a graduação sempre tive um apoio financeiro por parte da família e emocional também. Então, pra questão da gradação isso influencia bastante. Então nunca fiquei totalmente desamparado na questão relacionado à para ter uma crise de ansiedade e a precisar de alguma coisa assim (Palmares, 2024).

Quando o estudante consegue ter um apoio familiar durante a trajetória escolar facilita muito, pois esse suporte pode oferecer incentivo emocional, motivacional e financeiro, contribuindo para o bem-estar do estudante e também para sua dedicação aos estudos e consequentemente uma boa progressão escolar.

Além das atividades do doutorado, Zumbi dos Palmares gosta de passar os finais de semana com amigos, praticar esportes como jiu-jitsu e musculação. Segundo ele, a socialização com os amigos e a prática esportiva o ajudam a aliviar o estresse causado pelas pressões acadêmicas.

Marielle Franco

Marielle Franco nasceu no estado de São Paulo em uma cidade chamada Santo André, que integra a região do ABC Paulista, cerca de 624 km de Viçosa-MG. Vinda de uma família economicamente fragilizada, moradores “de uma parte mais marginalizada da cidade, Mauá, que é um bairro mais periférico” (Franco, 2024), sua mãe não conseguiu terminar sua formação básica, enquanto seu pai terminou o ensino médio. Ambos trabalham para o sustento da família, por meio de “subempregos”, como diz Marielle. Seu pai presta serviços de construção e sua mãe de diarista.

Por esse motivo, Marielle comentou que, durante sua jornada de estudos não consegue contar com a ajuda financeira dos seus pais, então ela sempre precisou se organizar para se sustentar. Somente em casos extremos de saúde que ela não teve como trabalhar aí que ela pede alguma ajuda, mesmo assim é dentro do possível que eles podem ajudar.

Meus pais trabalham praticamente para viver né, minha mãe tem um problema de saúde. Então, ela tá afastada pelo INSS, ela nem pode trabalhar e quando ela trabalha é para poder ajudar dentro de casa mesmo, nas contas básicas na alimentação. O meu pai é quem tem o salário de manter a casa, de pagar as contas, alimentação etc. E aí ele trabalha na manutenção de um prédio e faz horas extras também depois da manutenção do prédio, pinta as casas das pessoas. Enfim, faz vários serviços de pedreiro para poder manter um valor para viver bem. Então, geralmente eu não peço ajuda deles não, somente quando é muito incisivo, aí alguma doença, algum tratamento, que eu tenho que fazer aí eles vão e me ajudam

durante o período para eu conseguir, porque geralmente quando fica doente, a gente não consegue trabalhar né (Franco, 2024).

Em 2015, Marielle mudou-se para o estado de Minas Gerais para cursar a graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa, via campus Florestal. Depois de um tempo, conseguiu transferência para continuar seus estudos na mesma instituição, só que no campus que fica localizado em Viçosa-MG, pelo programa chamado Vagas Ociosas²⁵. Desde então, passou a viver em Viçosa cursando Ciências Sociais.

Após o término do curso, continuou na UFV e ingressou no mestrado ligado ao CCE. Atualmente, reside em uma comunidade na Zona Rural de Viçosa que fica um pouco distante da UFV. Então ela gasta bastante com deslocamentos para estar na universidade. “Cerca de 40 minutos andando e 20 de ônibus onde eu moro até a UFV, geralmente até os departamentos em que frequento” (Franco, 2024). Durante seus momentos de lazer, Marielle Franco gosta de estar entre amigos, com seu companheiro e em atividades do seu grupo de oração no qual ela coordena e também das atividades de comunicação da igreja.

bell hooks

bell hooks nasceu em uma cidade pequena chamada Guaraciaba-MG, que fica aproximadamente 51 km de Viçosa-MG, mas, em seguida sua família mudou-se para a cidade de Viçosa-MG, onde passou sua infância e adolescência convivendo com a mãe, a avó e o tio. Após concluir o ensino médio, bell hooks decidiu investir ainda mais nos estudos e foi se graduar em Educação Física na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Após o término da graduação, retornou para Viçosa e começou a atuar em sua área de formação. Atualmente, bell hooks, aos 36 anos, trabalha há 11 anos na sua área de formação, casada há 3 anos, mora em um bairro chamado Bairro de Fátima com seu esposo.

Depois de algumas tentativas de ingresso no mestrado, bell hooks passou no processo seletivo para ingresso no programa de pós-graduação na UFV. A partir disso, ela passou a conciliar o trabalho, o mestrado e os afazeres domésticos, assumindo múltiplas tarefas. No entanto, quando uma pessoa exerce muitas atividades, podem surgir alguns problemas, como por exemplo, o cansaço físico e mental. Foi exatamente o que aconteceu com bell hooks! Depois de um tempo, conciliando múltiplas tarefas, precisou se afastar do trabalho para descansar, cuidar de sua saúde e

²⁵ São vagas que poderão ser preenchidas por mudança de curso, transferência de outra instituição e portador de diploma de curso de graduação, em concordância com o Regime Didático da Graduação/UFV.

também para conseguir se dedicar ao mestrado e às atividades domésticas. bell hooks também menciona que seu esposo contribui com as tarefas domésticas e com as contas da casa e isso facilita seu dia a dia.

Este ano eu estou de licença para fazer o mestrado, então eu tento conciliar os cuidados com a saúde, com o corpo, com a mente, com os estudos pro mestrado, o projeto em si e essas atividades domésticas, que é fazer almoço, fazer o jantar, organizar a casa. O meu esposo é bem companheiro, nós dividimos os afazeres domésticos e as contas, isso facilita muito. Ele é funcionário da Universidade, então, ele tá em greve e a gente fica assim, o dia inteiro junto praticamente. E aí a gente tenta conciliar dessa forma sabe (hooks, 2024).

Nesses momentos de sobrecarga, ter uma rede de apoio é fundamental, pois contribui para os desenvolvimentos dessas demandas e conseqüentemente poderá ajudar com relação a melhora do seu bem estar. Muitas vezes, o cansaço pode reduzir a capacidade de concentração, tornando mais difícil focar em tarefas e tomar decisões. A falta de descanso adequado também afeta a memória e a criatividade, comprometendo o desempenho em atividades diárias e profissionais.

9. Fui aprovado/a, e agora como vai ser?

Esta seção está sendo dedicada a tecer diálogos sobre a chegada dos/as estudantes negros/as na pós-graduação, apresentando como foram as suas primeiras impressões, impactos e o processo de ambientação neste espaço.

Para Maria Carolina de Jesus, a chegada à pós-graduação foi um pouco conturbada, pois, quando entrou na pós-graduação, eram tempos de pandemia, então, as aulas eram remotas. Somente em 2022/2023, começou uma rotina mais prática de idas ao laboratório.

A minha vinda para pós-graduação foi um pouco atípica, porque eu entrei em novembro de 2020, quando o meu semestre começou aqui, só que a gente estava no período de pandemia e no período de reclusão social. Então, as aulas eram remotas e eu decidi continuar na minha cidade enquanto as aulas aconteciam onlines. Então esse, os dois primeiros semestres assim né claro eu tive um semestre reduzido que foi esse que eu entrei em novembro, mas os dois primeiros semestres da pós-graduação, eu fiquei basicamente em casa fazendo as aulas remotas e em casa claro integrando com o meu grupo de pesquisa, mas fazendo tudo remotamente, eu me mudei para cá em julho de 2022, 2021 julho de 2021. E aí que eu comecei a frequentar o laboratório e começar a entender a dinâmica do departamento também foi quando eu comecei a montar a minha rotina de vir aqui né, aí em janeiro de 23 que começou mesmo rotina de segunda a sábado vindo no laboratório todo dia (Jesus,2024).

E ainda comenta que no mestrado ela sentiu um impacto maior com a mudança de

instituição e de ter que ficar indo ao laboratório. Entretanto, no doutorado ela se sentiu mais confortável, pois já estava acostumada com a rotina de ser uma estudante de pós-graduação.

O início do mestrado para mim foi um pouco mais conturbado e tanto essa mudança de instituições, quanto vir pro laboratório né começar a frequentar laboratório, mas a mudança do mestrado pro doutorado, eu não senti tanto, porque eu já tava ambientada. Eu não troquei de grupo de pesquisa então me mantive no mesmo de pesquisa é basicamente mantive o meu o meu ponto de pesquisa principal foi mantido pro doutorado, então eu não senti um impacto tão grande saindo do mestrado pro doutorado porque eu já tava ambientada no departamento, já tinha rotina de laboratório então pouca coisa mudou com relação a isso claro que a cobrança tá sendo maior agora, mas não sentir uma mudança de rotina tão grande nessa nessa troca de cursos né (Jesus, 2024).

Para bell hooks, a entrada na pós-graduação não foi diferente da de Maria Carolina. Ela conta alguns impactos como mudança de instituição, o de sentir-se reprimida e o medo de não dar conta das demandas. Além de tudo isso, sentia-se pressionada por ter que conciliar os diferentes afazeres domésticos, trabalho, família e ainda, em meio a tudo isso, a perda de uma ente querida, sua avó.

Nossa, sim, o início teve bastante impacto, primeiro assim, foi um processo muito difícil, não consegui entrar no mestrado de primeira, eu participei do processo seletivo algumas vezes, até eu entender, compreender como que era. Nisso, **eu consegui passar 10 anos depois que eu tinha me formado né, que eu tinha feito a graduação.** E quando eu entrei, e até por ser de uma outra universidade, eu não entendia como funcionavam as coisas e eu tinha muito medo, eu fui assim muito reprimida nesse processo, sabe de entrada na pós-graduação. E o primeiro semestre então, ficava assim com muito medo de tudo, medo de às vezes perder matéria, de ser reprovada, de não dar conta de fazer tudo. E o período do mestrado é um período de 2 anos, é um período relativamente curto, né. E aí, você tem assim pressão de todos os lados, pressão do trabalho, das pessoas, do seu trabalho de casa, da família e principalmente ali do da coordenação do curso né de mestrado para cumprir as exigências da pós-graduação, então foi muito difícil conciliar isso tudo. E aí, foram vários impactos muito difíceis nesse meu primeiro semestre eu perdi minha avó que é uma pessoa muito importante para mim, e foi muito difícil, muito doloroso (hooks, 2024, grifos nossos).

Pode-se observar que o relato sobre impacto da mudança de instituição também foi algo em comum entre as estudantes. Geralmente, as instituições possuem formas diferentes de gerir o ambiente universitário, e isso pode impactar diretamente na trajetória dos/as estudantes. Além disso, observa-se a fala de bell hooks ao mencionar que conseguiu passar somente depois de 10 anos tentando. Ela também demonstra que a vida é feita de atravessamentos e que, às vezes, é preciso dar uma pausa nos estudos para depois retornar, essa afirmação também é um exemplo de

que a meritocracia não existe, pelo fato das pessoas não possuírem as mesmas oportunidades.

Para muitas pessoas negras e de origem popular, o tempo entre a graduação e a pós-graduação não é determinado por uma simples escolha, mas por condições materiais, psicológicas, responsabilidades familiares, inserção precoce no mercado de trabalho e pela necessidade de sobrevivência. Enquanto a lógica meritocrática espera uma trajetória linear, contínua e “exemplar”, as trajetórias reais são marcadas por interrupções, violências, retornos e resistências. Esse intervalo de dez anos, portanto, não representa um atraso, mas sim um testemunho da luta por acesso e permanência em um sistema que ainda não foi pensado para acolher todas as pessoas em suas diversidades (Euclides, 2017).

Para Abdias Nascimento, o ingresso no mestrado foi mais tranquilo do que no doutorado. Para ele o impacto maior foi no doutorado, pois ele mudou de programa de pós-graduação. Esse impacto, segundo ele, foi devido a diferença na formação dos colegas, à classe social e a realidade social da maioria das pessoas.

A nível do mestrado eu me senti mais confortável porque eram colegas de áreas também alguns eram professores todos eram formados em Geografia então eu me sentia mais ambientado assim né. Agora no doutorado, eu me sinto um pouco deslocado às vezes porque são pessoas de outras áreas, são realidades diferentes majoritariamente são pessoas assim de uma classe social diferente, e alguns tem mais bagagem de viagem internacional e eu nunca viajei internacionalmente, por exemplo. só citar um exemplo né, e outras coisas assim Assuntos corriqueiros. Então, eu sinto uma grande diferença nesse sentido, sabe, entre as duas pós-graduações que eu cursei na UFV, mas assim a minha chegada foi bastante receptiva, por parte dos professores e dos colegas também e nós temos um ótimo relacionamento. Eles são muito receptivos, são muito abertos né, e a gente conversa bastante e eu senti essa receptividade, apesar de ter um pouco desse estranhamento assim, às vezes sabe, mas assim é algo que é normal não é nada assim conflituoso (Abdias, 2024).

Lélia Gonzalez, assim como Abdias, considerou a acolhida tranquila em sua chegada na pós-graduação, também foi bem receptiva e que foi bem acolhida, porém, como única mulher negra a ocupar aquele espaço, percebeu os olhares ao seu redor. Relatou também ter ouvido comentários como: “Aqui no programa nunca teve uma professora negra”, “eu não sei se isso é incentivador ou se isso é desanimador né, mas é um ponto de reflexão, é uma necessidade né, de ser discutida” (Gonzalez, 2024).

Esse também foi o sentimento de Marielle Franco. A ausência de pessoas negras a fez se sentir deslocada, como se não pertencesse àquele espaço. Outra observação feita foi em relação ao modo de se vestir e agir naquele lugar. Sentiu que tinha que se enquadrar para não ser excluída.

E também foi bem difícil quando eu cheguei no espaço e eu vi como as pessoas eram todas brancas e que eu era praticamente a única negra ali, pelo menos nas turmas em que eu participei das aulas, eu era a única mulher negra. Eu sentia meio que um que era não era um espaço pertencente a mim tanto a questão de não ter pessoas parecidas comigo na sala de aula como também da forma como as pessoas se vestiam a forma como as pessoas se comportavam em sala de aula e isso é uma coisa que me incomoda até os dias de hoje. Acho que a pós-graduação é um espaço muito excludente porque se você não está vestido da forma certa, se você não está inserido da forma certa aquele espaço (Franco, 2024).

Suas narrativas tocam em pontos extremamente importantes. A noção de que existem lugares e zonas de privilégio destinados aos brancos/as faz com que a população não branca, muitas vezes, acredite que os espaços considerados legítimos não são para ela. Isso acaba enfraquecendo sua confiança nas possibilidades de mudança e transformação (Euclides; Silva, 2016). Além disso, a ausência de pessoas negras e professores negros/as nos ambientes escolares, pode levantar questões profundas sobre representatividade, inclusão e equidade. Essa ausência é um reflexo de como a sociedade foi estruturada historicamente, socialmente e racialmente. Por um lado, a falta de representatividade pode ser desanimadora para estudantes negros/as, pois não encontram modelos que se pareçam com eles ou que partilhem experiências semelhantes no contexto educacional.

A ausência de negros em espaços privilegiados como o ensino superior ou cargos que culturalmente têm a presença majoritária de brancos é sinal de que há embutido na lógica social um recorte hierárquico de raça no qual estão claramente definidos lugares e papéis sociais (Euclides; Silva, 2016).

Concomitante a essa discussão, foi perguntado aos estudantes contistas quantos/as professores/as negros/as atuavam nos programas de pós-graduação em que estavam inseridos. Diante dos relatos dos oito estudantes entrevistados, somente em três programas havia a presença de professores negros/os. No programa de pós-graduação em Educação, há uma professora e dois professores negros, no programa de pós-graduação em Geografia, são duas professoras negras. Já no programa de pós-graduação em Engenharia Civil, um professor negro. Ou seja, os outros 4 programas de pós-graduação, da Administração, Arquitetura e Urbanismo, Economia Doméstica e Física, não há a presença de professoras/es negros/as.

Essa ausência de professores negros/as pode transmitir, mesmo que de forma implícita, a ideia de que esses espaços não são para elas, o que perpetua um ciclo de exclusão. Nesse sentido, Euclides; Silva (2017) menciona que algumas preferências profissionais não são necessariamente fruto de escolhas diante de oportunidades oferecidas, mas sim resultado das condições materiais e

reais que influenciam essas decisões. Ou seja, as condições materiais de exclusão acabam gerando uma desigualdade na "disputa" pelos bens simbólicos e materiais disponíveis no mercado de trabalho. Isso acaba resultando, de forma recorrente, em posições repetidas para jovens negros e negras, tanto no mercado de trabalho quanto nas universidades.

O ingresso de pessoas negras na pós-graduação, embora impulsionado pelas políticas de ação afirmativa, não garante automaticamente o sentimento de pertencimento. A solidão nos espaços acadêmicos não se dá apenas pela ausência de corpos semelhantes, mas pela presença insistente de códigos de conduta, estéticas e linguagens que reiteram quem *pertence* e quem *não pertence* àquele lugar (Kilomba, 2019). A exclusão não é apenas material, mas simbólica e afetiva, está nos currículos eurocêntricos, nas ementas que ignoram autorias negras, nos estilos de escrita considerados “acadêmicos”, nos padrões de vestimentas, como também performances do corpo, a suposição da necessidade de uma neutralidade, as linhas de pesquisa, as festas, o tempo livre que alguns/as tem para ficar na biblioteca estudando, nas linhas de pesquisa que deslegitimam certos temas, nos silêncios que atravessam a sala de aula quando um/uma estudante negro/a fala (Kilomba, 2019).

Essa realidade se assemelha à experiência que a Antonieta de Barros teve ao ingressar na pós-graduação. Logo no início, no primeiro dia de aula, percebeu que os pais de seus colegas brancos/as possuíam no mínimo ensino básico completo e maioria com o ensino superior completo, diferente da realidade da família dela. Isso fez com que ela levasse um “baque” como ela mesma disse. Quando ela parou para observar a trajetória dos colegas, se sentiu destoadada.

Nós fomos primeiro dia de aula mas é assim quando chegou lá no mestrado assim de fato, quando você vai ver as pessoas, que aí você vê onde as pessoas vem e vê a trajetória de vida das pessoas né assim e tal então assim, foi uma felicidade de eu pensar nossa eu tô aqui ocupando esse espaço também então assim mas foi um baque, eu penso muito muito assim, se a gente for ver, da nossa turma, os pais dos nossos colegas de estudos todos tem no mínimo ensino médio completo e na verdade os pais tem mais, as vezes os pais são contador, são professores, são policiais, então quando você vê essa trajetória aí você já entende que você está destoadada sabe. Igual a minha mãe, ela tem ensino fundamental incompleto, minha mãe estudou só até a quarta série, minha mãe sabe ler e escrever, mas só foi até a quarta série e aí eu às vezes eu paro para pensar as vezes é porque igual eu te falei a gente vai vivendo e não para pra pensar nas conquistas, mas aí **eu fico pensando nossa que salto que eu dei de mim para a minha mãe, sabe de uma geração para outra como que a gente conseguiu dar esse salto, isso assim, a anos atrás isso era inimaginável, né não acontecia isso, igual minha mãe tem só a quarta série, ser mãe solteira, passou por todas as dificuldades na vida, ela conseguiu me estudar sabe** (Barros, 2024, grifos nossos).

Para as famílias mais favorecidas ou familiarizadas com o ambiente acadêmico, a universidade é vista apenas como uma continuidade natural da trajetória educacional. Nessas famílias, o acesso ao ensino superior é considerado praticamente garantido. Já para as famílias de classes menos abastadas, especialmente as negras, a universidade representa uma conquista significativa, pois, em seu imaginário, ela sempre foi algo distante, quase inacessível. Quando um membro dessas famílias consegue ingressar e permanecer na universidade, isso carrega dois significados: um individual, relacionado à transformação pessoal, e coletiva, pois ser universitário ou universitária representa uma mudança não só no futuro do indivíduo, mas também no seu círculo social. Assim, enquanto a meta de qualquer família é a conclusão do curso, para as famílias menos favorecidas, esse objetivo tem um significado duplo, abrangendo tanto a realização pessoal quanto a possibilidade de mudar a dinâmica social (Santos, 2009).

Lélia destaca o quão importante foi sua recepção na pós-graduação, mas também enfatiza as dificuldades que enfrentou ao ter que conciliar o trabalho com os estudos

Assim, eu me senti muito bem, muito feliz quando eu entrei, foi um momento mágico, teve confraternização, salgadinhos, o primeiro semestre foi tudo bom né, só que como eu venho de origem muito humilde o mestrado é desgastante porque eu não tenho como só ficar por conta do mestrado. Então, eu tinha que virar madrugada, né, eu tinha um esforço além do que eu estava acostumada, mas foi bom (Gonzalez, 2024).

Essa dificuldade em lidar com as demandas da pós-graduação e os trabalhos também foi algo que impactou a chegada da Marielle Franco ao mestrado, pois, no início estava sem bolsa de estudo e precisava trabalhar para se sustentar. Marielle contou que logo no início, ela teve dificuldade na efetivação de sua matrícula para ingresso no mestrado, que acabou interferindo também no período em que ela conseguiria ter acesso à sua bolsa de estudo. Entretanto, menciona que achou estranho isso ter acontecido com ela, sendo que os outros/as colegas já haviam realizado a matrícula e somente a dela não foi efetivada, causando um sentimento de não pertencimento naquele ambiente.

Eu tenho o mesmo sentimento de quando entrei até hoje, que não é um espaço para mim, porque quando eu entrei, já foi muito difícil, muito difícil mesmo, porque o processo foi bem assim dificultoso, eu passei pela banca de heteroidentificação quando eu entrei no processo de pós-graduação, entrei pela cotas, né. Então, eu lembro que todo mundo já tinha uma matrícula efetivada, em meados de fevereiro, março e a minha matrícula só foi efetivada mesmo em abril. Durante esse processo assim foi bem difícil porque eu perdi a seleção de bolsas, né. E na época disseram que não foi por conta disso, mas eu acredito que

talvez seja pelo fato de eu não ter tido uma matrícula ativa (Franco, 2024, grifos nossos).

A ideia de Kilomba (2019), sobre corpos "fora do lugar" revela como o racismo não é apenas uma questão de discriminação direta, mas também de geografia emocional e psicológica, em que o acesso à aceitação e ao pertencimento é limitado pelo viés racial. A criação desses espaços de pertencimento e não pertencimento afeta profundamente a experiência diária das pessoas negras, minando a possibilidade de desenvolverem um senso pleno de identidade e segurança nos espaços que ocupam. Para transformar essa estrutura, torna-se fundamental repensar as noções de pertencimento e desnaturalizar a relação de corpos brancos e o poder sobre os espaços sociais. Isso faz com que pessoas negras sempre se sintam fora do lugar, afetando diretamente sua subjetividade. Como consequência disso, ela precisou se organizar e buscar formas de trabalho para se sustentar. Passou a realizar atividades sem vínculos empregatícios nos finais de semana para conseguir se concentrar mais nas demandas do mestrado durante a semana.

Não tenho nenhum vínculo CLT com esses trabalhos que eu realizo. Geralmente eu realizo eles de fim de semana, mas assim né durante o período do mestrado tem sido um pouco mais difícil por conta de termos que focar mesmo na dissertação. Mas, o que eu realizo é serviço de garçonne, trabalho também em festa de animação infantil com escultura de balão e pintura facial, faço também esse serviço administrativo 3 horas por dia, que é para trabalhar na parte contábil de uma academia. E aí eu vou lá, ajudo 3 horas por dia e volto para casa, mas na verdade é só durante esse período em que a dona tá grávida, que para ela é mais difícil (Franco, 2024).

Entretanto, esses trabalhos não foram o suficiente para conseguir suprir as suas contas. Depois de um bom tempo, conseguiu a bolsa, mas ainda precisa prestar serviços extras para complementar a renda e sanar suas dívidas.

Como eu fiquei muito tempo sem bolsa então tenho dívidas de quando eu estava sem bolsa, porque quando eu estava sem bolsa, eu tinha que me alimentar, me locomover, e etc. E eu acabei fazendo dívidas com base nisso, porque até então, a previsão da bolsa era muito antes do que aquilo que eu imaginava e foi muito tempo depois. Então, tive que me organizar muito bem financeiramente para conseguir viver mesmo, conseguir me alimentar e etc. E hoje em dia eu tenho trabalhado também para poder pagar coisas de quando eu não tinha essa bolsa (Franco, 2024).

Apesar de ter ingressado na pós-graduação em um momento difícil, que foi a pandemia, Zumbi dos Palmares mencionou que as pessoas do programa ao qual está vinculado são bem

receptivas, que ele esperava que a socialização no início fosse mais difícil por não conhecer ninguém, mas foi bem tranquila.

Eu já cheguei num momento caótico que foi na pandemia, então todo mundo louco, não sabia de nada. Meu primeiro ano foi praticamente a distância das aulas e eu fui realmente fazer a pós em 2021, e aí que as coisas começaram a se ajustar, então cheguei lá já fazendo vários e um milhão de ensaios. Aquele contato primeiramente num laboratório, você não conhece ninguém, ainda mais eu que vim de uma outra instituição então é meio difícil chegar a trocar ideias, informações. Mas, no final, esse pessoal realmente bem acolhedor, pelo menos, no meu laboratório, são bem acolhedores, totalmente dispostos a ensinar e ajudar. E isso é até hoje, eu vejo que os ingressantes novos eles têm essa preocupação em colaborar com o pós-graduando e não tem nada a reclamar a galera. A impressão que eu tive inicialmente foi que poderia ser uma coisa difícil relacionado ao convívio na primeira semana, mas eu observei totalmente que não era nada que eu pensava, que foi um convívio, bem tranquilo. É questão de aquisição de equipamentos etc e sabendo a quem procurar é bem tranquilo não sei como é que é os outros programas de pós-graduação (Palmares, 2024).

Já Malcolm X precisou de um tempo para organizar sua vida e, depois, retornar aos estudos, ao contrário de seus colegas de curso, que logo após o término da graduação, já ingressaram na pós-graduação. No entanto, ele sente que isso foi até uma vantagem, pois, a sua atuação como professor contribuiu para que ele desenvolvesse uma didática de ensino, melhorasse sua desenvoltura e sua dicção ao falar em público. Assim, ao retornar aos estudos, ele se sentiu mais preparado para seguir sua trajetória acadêmica.

Foi um pouco diferente, porque eu fiquei muitos anos trabalhando depois que eu me formei em Geografia. Então, já estava na vida profissional quando eu voltei pra academia de novo, ao contrário dos meus colegas que já estavam na graduação e vieram direto. Então, tem muita coisa que é diferente, mas na verdade eu achei até que foi alguma vantagem para mim, porque me deu mais, como é que fala, eu sou mais solto para falar em público, eu tenho uma dinâmica, uma didática de explicar as coisas, tudo que são vícios de professor, né. E aí eu senti que isso me deu alguma vantagem na verdade (Malcolm X, 2024)

A entrada na pós-graduação para os/as diferentes participantes trouxe impactos diferentes a partir das questões de gênero (cuidar dos afazeres domésticos), classe social (ter a necessidade de trabalhar para se sustentar), e raça (estudantes brancos/as já entraram em vantagem por ter pais formados e de terem condições de se dedicarem somente a pós-graduação).

10. Impacto das ações afirmativas na vida dos estudantes cotistas

Esta seção tem o intuito de dialogar acerca do impacto das ações afirmativas, por meio da

política de cotas raciais, na vida dos estudantes entrevistados. Foi perguntado aos/as estudantes o que representa ser cotista negro/a em um programa de pós-graduação, sob os pontos de vista pessoal, acadêmico, profissional, familiar e coletivo.

A política de cotas raciais pode transformar a vida de muitos estudantes, não só contribuindo para o acesso ao ensino superior, mas, ela também possibilita que estudantes negros/as consigam se acender socialmente, mudar a sua vida, impactando também na vida de toda a família.

A política de cotas melhorou significativamente a vida da nossa família. Hoje, eu sou advogada, mestranda de administração pública, minha irmã é advogada e tem graduação em administração pública e a política de cotas ela mudou nossa vida, então hoje em dia a família vive bem, a gente come bem, a gente se relaciona bem, a gente vive bem (Gonzalez, 2024).

Além disso, Lélia ressalta a sensação maravilhosa e indescritível que é ser uma estudante cotista negra, não só para ela, mas para os/as negros/as em geral. E ressalta que para muitos estudantes negros/as os estudos pode ser a única maneira de se mudar a sua realidade de vida.

É muito importante porque, a maioria dos negros gostaria de estar onde eu estou né, são pouquíssimas pessoas que tem essa oportunidade que eu tive, então é muito importante, é até vantajoso para a valorização do negro mesmo, que é só através do estudo que ele consegue mudar sua situação né, tanto financeira, tanto para conseguir discutir com outras pessoas, quanto para trazer melhorias para sua vida, é uma sensação maravilhosa, indescritível, é uma política necessária (Gonzalez, 2024).

Para a estudante bell hooks, ser uma estudante negra cotista em um programa de pós-graduação representa uma vitória, por tudo que ela passou para estar ali e segue resistindo. Para estar naquele ambiente despertou um sentimento de resistência, conquista, luta e perseverança e também por conquistar espaços que seus familiares infelizmente não conseguiram. De acordo com Geledés (2020), no Brasil, o percentual de estudantes negros e negras presentes nos programas de pós-graduações (stritu-sensu) representa somente 24,8% dos demais estudantes. Esse dado demonstra as profundas desigualdades raciais que ainda persistem no sistema educacional. Tal sub-representação não é isolada, mas sim o resultado de um histórico de exclusão, desigualdades econômicas, falta de representatividade e barreiras estruturais que limitam o acesso da população negra aos níveis mais altos de formação acadêmica.

Assim, primeiro é um lugar de vitória né, porque de tantas coisas que a gente

passa, de tantas dificuldades e você consegue passar por ali e estar nesse lugar resistir. Então, também é um sentimento de resistência, é um sentimento de conquista, de estar conquistando espaços e lugares que outras pessoas da minha família não conseguiram conquistar, infelizmente, não conseguiram conquistar de chegar. Então, é assim um lugar de vitória, conquista, resistência, muita luta e muita perseverança (hooks, 2024).

Muitas vezes os familiares de estudantes negros/as não possuem a dimensão do que é seguir a trajetória acadêmica, porque não tiveram a oportunidade, pois, por vezes, esses familiares precisam abrir mão de seus estudos para trabalhar e gerar o sustento da família. Em algumas famílias se passaram gerações para que isso acontecesse, como na família da Antonieta de Barros, gerando uma conquista muito grande. A política de cotas é uma ferramenta essencial para enfrentar as desigualdades históricas que estruturam o acesso à educação superior no Brasil. Durante séculos, pessoas negras foram sistematicamente excluídas de espaços de poder e conhecimento, herança de um período colonial e escravocrata que negou às populações afrodescendentes não apenas o direito à liberdade, mas também à educação. Mesmo após a abolição, essa exclusão se perpetuou por meio de políticas e práticas que impediram a inserção de negros/as em espaços de formação acadêmica e profissional. Assim, as políticas de cotas raciais surgem com intuito de romper com essas desigualdades nos ciclos geracionais (Munanga, 2004).

É uma conquista muito grande porque assim igual às vezes até penso, nem sei se quando eu era mais nova eu cheguei a pensar e a imaginar isso, porque é uma coisa muito distante da minha realidade da minha família e tal. Então, eu nem sinto que algum dia eu tinha parado para pensar que eu ia chegar tão longe pode não ser tão longe para algumas pessoas né, para gente que já tem isso. Às vezes, é comum na família de certas pessoas, mas na minha família isso representa uma conquista muito grande, para minha mãe um orgulho sem fim. Eu falo que é muito engraçado porque minha mãe nem tem noção direito do que é mestrado do que é doutorado, às vezes, eu tento explicar para ela assim mais ou menos da pesquisa, mas minha mãe e minha avó é assim, elas nem tem noção, nem sabe de fato o que que é isso, mas para ela assim é um orgulho imenso, para ela é como se fosse ela mesmo. então entendeu essa oportunidade sabe. Então, para mim é uma conquista muito grande, a realização de um sonho para minha mãe, um orgulho sem fim (Barros, 2024).

Além disso, muitos familiares, foram ensinados a valorizar mais os trabalhos com algum tipo de retorno financeiro imediato, como, por exemplo, o trabalho braçal. Isso devido a forma desigual na qual a sociedade de classes é estruturada. Florestan Fernandes em uma entrevista à revista Folha em 1995 relatou que não houve uma integração do/a negro/a na sociedade de classes e que “a integração deveria ser o processo real, mas o que houve foi uma incorporação parcial, com

uma segregação muito intensa”. Entretanto, os/as brancos/as desfrutam de privilégios com relação à inserção na sociedade de classes.

Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classes. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de forma variáveis, sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, revitalizando de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica (Fernandes, 1972 p. 117).

A forma como a sociedade se desenvolve, pautada em um viés capitalista, fez com que houvesse restrições estruturais à população negra, dificultando o pleno aproveitamento das técnicas (econômicas), instituições (políticas/sociais) e valores (culturais/morais) trazidos dos centros capitalistas desenvolvidos.

Semelhante a essa discussão, Bourdieu (1983), afirma que o sujeito possui predisposições, gostos e ações relacionadas a seu status social. Isso acontece pelo fato dessas pessoas possuírem *habitus*, um conjunto de esquemas individuais, socialmente formado por disposições que são ao mesmo tempo estruturadas (no contexto social) e estruturantes (no pensamento), adquiridos através de experiências práticas (em condições sociais específicas de vida), constantemente direcionado para guiar suas ações no cotidiano. A falta desse *Habitus* aliado às desigualdades sociais de raça, gênero e classe, faz com que pessoas desconheçam e/ou não compreendem o dinamismo da trajetória acadêmica, tendendo a desvalorização da mesma. Abdias do Nascimento relata bem essa realidade, em que a família não consegue compreender o seu percurso acadêmico, por não terem aprendido a valorizar os estudos.

A minha família tem um estranhamento assim, com educação de modo geral sabe. Apesar deles me incentivarem e tal assim muitas vezes eu sinto que eles não entendem bastante sabe como que as coisas funcionam. Eles são muito de “a beleza você estuda, mas assim você trabalha com que?” sabe (risos), eu sou professor né hoje em dia sim, mas tem essa questão, acho que eles sempre prezam mais para você chegar com o salário, ter um trabalho e tal do que propriamente você se prolongar no mercado acadêmico para retornar para ir pro mercado de trabalho. Então, apesar de ter esse incentivo na minha família, eu sinto que eles têm essa contradição às vezes (Nascimento, 2024).

Para as famílias de camadas populares, são as necessidades materiais que condicionam os investimentos, ou não, na escolarização (Bourdieu, 1963). Essa valorização do trabalho braçal pode estar ligada a gerações que dependiam quase exclusivamente desse tipo de trabalho para a

sobrevivência. A ideia de “investir” no estudo pode parecer arriscada ou até mesmo desnecessária diante das dificuldades econômicas, uma vez que não garante segurança no curto prazo. Essa realidade, destacada por Nascimento, não é apenas uma questão de preferência profissional, mas de compreensão das oportunidades e dos desafios sociais e econômicos que famílias historicamente marginalizadas enfrentam.

É importante destacar que, em alguns casos, não são só os familiares que não são conscientes e/ou desconhecem o que são as políticas de cotas e de sua contribuição para os grupos subalternos. Há também estudantes, o desconhecimento por parte dessas políticas, mesmo entre estudantes negros/as. E esse foi o caso de Zumbi dos Palmares que narra que só foi ter conhecimento sobre as questões raciais, bem como, a existência das políticas de cotas, quando já estava na pós-graduação.

Para ser sincero, eu comecei a ter essa questão da importância das cotas, ano passado, porque não era uma coisa tão vívida na minha questão pessoal, particularmente minha família eu aqui sou o único preto. Então, nunca foi tratado essa questão de cor para mim, na minha graduação o meu ciclo de amizade praticamente cor, não tinha, então eu levava na naturalidade. A partir da pós, quando entrei no mestrado também como cotista, não tinha vivência sobre isso. **Porém, a partir do momento eu comecei a ver algumas coisas nas redes sociais aí eu comecei a abrir a mente, e aí a gente tem que realmente promover essa questão do negro dentro da graduação, sabemos então que “ah é choro, é mimimi, mas não é”.** Tem toda uma história, pelo menos no Brasil, tem toda uma história por trás do que dificulta as pessoas de cor a ingressar na pós-graduação. Então, eu sei que é um número estatístico que seja pequeno, mas é de grande valia para a pós-graduação. Então, isso induz a uma pessoa, aquela pessoa de cor tá ali, tá fazendo isso, então eu tenho chance, eu quero ser esse tipo. Amo ver pessoas de cor assim no topo, veja a Iza, o Seu Jorge, tem vários. Eu gosto de ver médicos, porque seria uma segunda graduação. Então, quando eu vejo um médico negro, ó eu fico muito feliz e isso é muito satisfatório, muito bom (Palmares, 2024, grifos nossos).

Essa discussão reflete sobre os debates sobre a política de cota racial, que devido ao mito da democracia, já derrubado, mas que ainda tem muita influência nas relações interpessoais dos sujeitos, há uma desvalorização por discursos que desqualificam a luta do movimento negro em prol das cotas raciais, classificando-a como "mimimi". No entanto, ao nos permitirmos ouvir, aprender e refletir, percebemos que essas questões estão profundamente enraizadas em desigualdades históricas e estruturais que precisam ser enfrentadas.

A estudante Maria Carolina de Jesus afirma a importância da política de cotas raciais em todos os âmbitos, pessoal, acadêmico, coletivo e familiar. Além disso, ela reforça a importância de

peessoas negras e indígenas reafirmarem suas identidades para demarcar nesses espaços que antes não eram preenchidos pelas minorias.

Para mim, eu acho importantíssimo em todos esses âmbitos, uma conquista histórica. Quando eu me candidatei para o doutorado, eu poderia me candidatar sem me declarar pelas cotas né, que não teria problema nenhum, o processo de seleção foi o mesmo para todos. Mas, uma coisa que eu mudei de mentalidade é, não me esconder. Então, todas as formas que eu tenho para eu ser quem sou, para eu me afirmar, eu me afirmo. Então, ah tá lá cotas pretos e pardos. Então, fui e declarei, deu mais problema, problema até burocrático, porque eu esqueci de gravar o vídeo para a autodeclaração, eu só assinei o termo, mas aí eu consegui resolver porque eu queria estar nesse grupo de pretos e pardos. Qualquer ponto que eu tenha que me afirmar enquanto mulher parda, eu me afirmo. E eu também acho importantíssimo todas as pessoas pretas e pardas e é claro do núcleo indígena também, faça isso para que a gente tenha uma estatística melhor, para que a gente consiga ocupar os espaços, para que a gente se mostre que a gente tá aqui né, e que a gente existe. E tá integrando esses espaços, que não eram comuns para a gente. Então, eu acho importantíssimo em todos os âmbitos pessoal, acadêmico, coletivo, familiar (Jesus, 2024).

Nesse sentido, Abdias também reconhece a política de cotas como uma conquista histórica das pessoas negras e que precisa ser mais valorizada, defendida e ampliada para todos os setores. E ainda destacou a necessidade de se fortalecer as discussões sobre as cotas raciais em prol da igualdade racial no Brasil.

Já de um modo mais amplo, eu vejo como uma conquista das pessoas negras, né. Eu como cotista acho que a cota tem que ser mais valorizada, ampliada, tem que ser defendida e tem que ser ampliada para todos os setores. Eu também sou cotista do concurso, eu passei com cota e eu vejo como que eu sou fruto de uma conquista histórica, sabe (Nascimento, 2024).

Além dessa dimensão de as políticas de cotas serem uma conquista histórica para a população negra, o estudante Malcolm X afirma que ela é uma justiça. Por meio dessa política, as pessoas negras passaram a ter uma possibilidade maior de estudarem, quebrando com o paradigma que somente os saberes produzidos dentro do viés tradicional, eurocêntrico e branco é válido.

Eu acho que é justiça demais, porque o que a gente vê no mundo prático é o filho do juiz virando juiz, o filho do médico virando médico, o filho do policial virando policial, o filho do cabeleireiro virando cabeleireiro, né. E por com as cotas que tem a possibilidade de o filho do cabeleireiro virar um professor, virar outras coisas. Para mim é justiça sendo feita fora dessa lógica eurocentrista de desenvolvimento, de achar que tudo que é bom vem de fora, que tudo que é bom vem do branco, que tudo que é bom vem de famílias tradicionais. E não, a minha família não é uma família tradicional, eu sou um filho bastardo. **Então, a minha mãe foi cabeleireira e eu quero ser, sei lá, de alguma forma fazer parte de uma**

elite intelectual, para mim é justiça (Malcolm X, 2024, grifos nossos).

Já Marielle Franco narra sobre a importância da política de cotas como um “processo do movimento negro de conquistas”. Além disso, para ela, ser uma estudante negra cotista em um programa de pós-graduação representa “força, para mim representa muita força, eu acredito que mais do que isso, é uma representatividade. É um espaço que eu tenho que tomar para mim, é também um desafio que eu me proponho que eu vou seguir até o fim” (Franco, 2024). Essa afirmação nos remete a compreensão de que a pós-graduação também é um direito da população negra, e isso significa questionar as barreiras estruturais que limitam seu acesso, como o racismo, a desigualdade socioeconômica e a falta de representatividade nesses ambientes.

Esse espaço acadêmico, muitas vezes dominado por padrões excludentes, precisa ser ressignificado para garantir que pessoas negras não apenas ingressem, mas também possam desenvolver plenamente suas potencialidades e contribuir com perspectivas que enriquecem a produção de conhecimento. Mais do que uma conquista individual, ocupar esses espaços representa um ato político e uma reafirmação de que o conhecimento acadêmico deve ser diverso, inclusivo e conectado às demandas sociais (Kilomba, 2019).

A política de cotas também proporcionou que esses estudantes almejassem conquistar um futuro que desejam para si e para seus familiares, quebrando um ciclo de desvantagens educacionais e econômicas. Para Abdias do Nascimento, ela possibilitou que ele conseguisse chegar cada vez mais próximo de realizar o seu desejo de ser um professor universitário.

Já para mim, eu vejo como uma conquista pessoal, algo que eu sempre quis saber, eu gosto da área acadêmica, eu quero trabalhar com pesquisa no futuro e me tornar um professor universitário. E eu acredito que esteja no caminho certo da minha carreira né, para fazer o que eu realmente almejo. Então, é uma conquista pessoal, para mim é algo que eu sempre quis fazer e eu faço nesse sentido (Nascimento, 2024).

Nesse sentido, a cotista Marielle Franco, percebe a política de cotas como uma possibilidade de mudança não só da sua vida, mas também de seus familiares.

Para mim cara, é assim, é uma vida, uma vida que eu quero traçar, que eu sei que eu mereço, que eu preciso, que é algo que não só vai me fortalecer, como também vai mudar a vida da minha família. Eu não quero mais minha mãe limpando banheiro de gente branca, que vai falar que ela é da família, mas vai tratar ela feito um lixo. Não quero mais o meu pai pintando parede de gente branca, que vai falar que o trabalho dele é ótimo, mas que também vai ficar ali enchendo ele de trabalhos, trabalhos e trabalhos e no final não vai pagar aquilo

que ele merece. Eu não quero meus pais passando mais por isso, não quero que meus irmãos tenham uma perspectiva de que eles têm que trabalhar apenas em empresas ou em subempregos. Eu quero ser realmente essa força da teimosia para eles, quero que eles tentem continuar fazendo aquilo que eles acreditam que eles podem fazer e ser (Franco, 2024, grifos nossos).

Esse desejo de mudança dito por Marielle está profundamente ligado à compreensão de que a educação e o sucesso acadêmico não são apenas vias para a realização pessoal, mas uma forma de resistir e transformar uma realidade estruturada pela exclusão. A "força da teimosia" é, portanto, uma força de resistência contra um sistema que tenta invisibilizar e limitar as possibilidades das pessoas negras.

Ao mesmo tempo, sua fala carrega uma crítica ao racismo estrutural presente na sociedade, à subvalorização do trabalho de pessoas negras e à desumanização que ocorre em espaços onde suas contribuições de trabalho dos seus familiares são desconsideradas. Ele não só quer melhorar a sua vida, mas também quer que sua família tenha acesso a uma vida digna, longe da exploração e da marginalização, que são reflexos de um sistema social que historicamente tratou os/as negros/as como inferiores.

Além disso, é fundamental desconstruir a ideia de que a travessia de uma única pessoa negra à pós-graduação é suficiente para resolver as desigualdades estruturais enfrentadas pela população negra como um todo. Essa narrativa individualista pode obscurecer a complexidade do racismo estrutural, que exige mudanças coletivas e sistêmicas. Ademais, a presença de indivíduos negros nesses espaços, embora significativa, não elimina as barreiras históricas que impedem o acesso de muitos outros, nem desfaz a exclusão simbólica e material que persiste em diversos setores da sociedade.

11. Nuances do racismo, classismo e sexismo nos programas de pós-graduação

O racismo, o classismo e o sexismo são fatores estruturantes na sociedade, incidindo diretamente em todos os âmbitos social, político, cultural e educacional. Embora ainda são frequentemente tratados como tabus ou questões de pouca relevância, esses fenômenos históricos moldam as condições de vida de estudantes negros/as e brancos/as, de mulheres e homens, influenciando também as relações entre diferentes grupos humanos enquanto coletividades. Diante disso, perguntamos aos estudantes cotistas se eles já vivenciaram ou presenciaram alguma situação de racismo, discriminação racial e/ou de sexismo estando em um programa de pós-graduação.

O racismo interfere diretamente nas relações interpessoais dos sujeitos, causando uma dificuldade em se relacionar em um mundo pautado pela branquitude, no qual há uma ideia de hierarquização na qual indivíduos não negros estão em uma escala de melhores privilégios sociais. Em alguns casos, o racismo se manifesta de forma implícita, nas entrelinhas, como a estudante Antonieta de Barros percebeu o modo de operância do racismo na pós-graduação: “Aquela coisa né diretamente não, mas a gente percebe nas entrelinhas, nos olhares, nos comentários. Então, já presenciei mais nesse sentido assim nos olhares, nas entrelinhas. Você vê uma certa diferenciação.” Assim, cotidiano de um estudante negro/a torna-se angustiante, caracterizado pelos olhares do branco/a, pela deslegitimação do racismo e pela sensação constante de ameaça ao corpo negro.

Então, direto não, comigo particularmente ou com outras pessoas eu nunca vi, mas assim como o racismo no Brasil ele tem várias nuances né às vezes assim, eu já ouvi alguns comentários, “brincadeiras”, entre alguns colegas assim, que sabe eu não achei muito legal e tal assim, mas assim que poderia talvez ser classificado com viés racial sabe poderia ser interpretado com viés racial mas assim de algumas pessoas específico sabe, por exemplo, ah brincadeiras relativas ao cabelo, coisas assim e tal. mas fora isso não assim eu nunca vi nada direto, né (Nascimento, 2024).

A estética negra enfrenta ataques racistas há muito tempo, e essas atitudes podem impactar negativamente a saúde emocional de muitas mulheres negras, que são afetadas desde a infância até a vida adulta, resultando em uma constante luta pela aceitação de sua identidade racial. Na sociedade brasileira, em geral, usar o cabelo crespo natural significa ser alvo de comentários depreciativos, propagandas e piadas racistas. Historicamente, construiu-se um repertório de argumentos e táticas para incentivar pessoas negras a alisar seus cabelos, reforçando a ideia de que o "cabelo bom" é aquele que é liso e alinhado. Segundo essa visão, o cabelo crespo é associado a um aspecto sujo, desorganizado e inadequado, sendo considerado fora dos padrões estéticos ditados por grandes marcas de cosméticos, revistas e pela mídia em geral (Queiroz, 2019).

No Brasil, o racismo, por vezes, é manifesta por meio do racismo não dito, que é uma forma disfarçada e indireta de discriminação racial, sendo disseminado de forma sutil, manifestando-se em atitudes, gestos, piadas, brincadeiras que, muitas vezes, passam despercebidos ou são normalizados na sociedade. Muitas vezes, em vez de ser de forma explícita e declarada, pois, no Brasil o racismo é crime, sancionado pela lei n.º 7.716 (Brasil, 1989). Esse racismo “disfarçado” cria ambientes hostis e excludentes para pessoas negras. Nesse sentido, Lélia narra um episódio ocorrido em um trabalho desenvolvido por ela e por outra estudante branca sob orientação de seu

ex-orientador. Ela contribuiu com o trabalho, mas o trabalho foi submetido a um evento acadêmico sem a sua autorização e com o seu nome retirado pela colega branca e pelo professor.

Eu não presenciei um racismo explícito, mas, um racismo velado que é o que aconteceu comigo, porque a partir do momento que a pessoa sabe que pessoa tirou o nome da outra e tem provas do que ela fez, porque o trabalho foi corrigido para mandar para uma banca, só não deu em nada porque está vindo de uma pessoa negra, que vai fazer eles duvidar se eu realmente fiz, porque se fosse ao contrário, eu tirando o nome da branca de olho verde, eu seria até expulsa do mestrado então tipo, assim o racismo é crime eu sou advogada ninguém vai me mostrar que é racista porque sabe que vai ter consequência, mas tem aquele racismo explícito aquele racismo velado que é coberto as coisas e finge que tá tudo bem (Gonzalez, 2024).

Após a tentativa de uma reparação do ocorrido, os coordenadores tentaram amenizar a situação, desconsiderando o fato de que o acontecimento teria sido um caso de racismo no programa.

Então, eu não sei se é por causa da complexidade do tema né, porque se fosse somente em relação à complexidade, ele poderia ter falado antes pra gente ajustar, pra gente chegar a algum lugar né e aconteceu vários episódios que eu acho que existe pessoas racistas na UFV, que não admite que eu estou lá e que eu tenha competência para eu estar lá. Eu apresentei o trabalho, eu fiz todo o referencial teórico, eu negra e uma branca do olho verde e esse trabalho foi submetido ao EBAP e na hora da submissão foi retirado meu nome e aí eu levei o conhecimento para a gestão para contar o que estava acontecendo e que isso se configurava plágio, levei o conhecimento a gestão e a gestão simplesmente fez vista grossa né, porque talvez teria de fazer um processo administrativo para não mexer com isso, a pessoa se desculpou comigo, falou comigo que não sabia que estava me prejudicando, que eu precisava de uma publicação e achou que eu não iria querer participar do grande evento, mas como que eu não iria querer, se nem me foi perguntado. Aí eu mandei um e-mail para o EBAP e o trabalho foi excluído e não houve apresentação, porque eu estava sendo prejudicada e nós duas éramos orientadas pelo mesmo professor (Gonzalez, 2024).

O racismo estruturante está tão enraizado nas relações entre sujeitos, que algumas vezes, ele se torna uma normalidade no cotidiano das pessoas, dificultando propositalmente o reconhecimento do momento vivido como uma violência causada pelo racismo.

Eu já vi questão de racismo estrutural, eu nunca vi um racismo aberto e/ou que se tivesse desenvolvendo assim uma questão constrangedora e você fala “nossa fulano, é racismo”, não é aquele racismo que você vê a acontecendo sem planejamento, sem que as pessoas pensem criticamente sobre isso, mas como a gente vê muito isso ao longo da vida, a gente consegue reconhecer como racismo, porque acontece com o lado da gente e não acontece com o outro lado. Então, assim, mais questões de racismo estrutural mesmo, se revelando em forma de

racismo intencional, eu nunca vi (Malcolm X, 2024).

O racismo estrutural é um sistema sustentado por pilares de privilégios do grupo dominante (pessoas brancas), que utiliza normas e instituições para assegurar sua posição no topo da hierarquia social. Em essência, o racismo está intrinsecamente ligado à disputa por poder e à distribuição desigual de recursos. Isso significa que ele não se limita a ações individuais ou a interações interpessoais. Trata-se de um mecanismo amplo de opressão, silenciamento e exclusão (Silva, 2020). Nesse sentido, Fanon (2020), ao abordar a experiência vivida por pessoas negras, destaca a vivência como objeto, onde o olhar do branco/a exerce um poder determinante ao fixá-las. Neste contexto, o olhar do branco/a pelas vivências de pessoas negras torna-se o pivô da situação e muitas das vezes, deslegitima o olhar do negro/a sobre os acontecimentos.

Eu tô pensando numa situação aqui que tem uma disciplina que eu fiz né, que tem uma aluna também, que faz e ela é negra retinta mesmo sabe e ela sempre, sempre fala, sempre expõe muito as coisas que acontece com ela, uma mulher negra né e tal. E aí ela falando alguma coisa que vivenciou, aí o professor “ah mas tudo também tem que levar para esse lado, não tem que levar para esse lado, a gente tem que ressignificar as coisas não é da forma que você tá pensando, talvez você interpretou errado, talvez nem foi assim”, no caso que ela tava contando que ela vivenciou de racismo sabe. E aí o professor foi e falou assim, aí eu fiquei pensando, aí minha amiga nos olhou uma para outra e ficou pensando assim será, né. Então assim, mas não foi dele diretamente assim de ser racista com ela, mas meio que querer desacreditar ou relevar uma situação que não é para ser relevada sabe, então assim, eu fiquei. Achei bem assim errado né, acho que deveria ser justamente ao contrário, dá espaço para pessoa falar e se abrir (Barros, 2024).

A deslegitimação do racismo é uma forma de desconsiderar, minimizar e/ou invalidar as experiências e a existência do racismo na sociedade, conseqüentemente na vida de pessoas negras. Essa deslegitimação acontece quando pessoas ou grupos descartam a ideia de que o racismo ainda é uma questão relevante e/ou que suas incidências são reais e prejudiciais. Além disso, sujeitos brancos/as tendem a adotar uma postura de neutralidade racial e a se perceberem como o padrão racial, o que faz com que enxerguem o debate sobre relações raciais como algo pertinente apenas a outros grupos, e não a eles mesmos (Schucman, 2014).

Às vezes, para algumas situações não vai ser considerada racismo, vai ser minorizada mas, por exemplo, numa primeira aula do semestre do primeiro semestre que eu estava, uma professora contou um fato e falou assim, “esse é meu passado negro”. Então, ela é uma professora branca e não considera que isso seja racista, mas é racismo, né. A gente sabe, a gente que sofre o racismo percebe. E naquele momento eu não tive oportunidade de falar, até porque, eu estava entrando na pós-graduação. Assim, sempre que a gente fala, a gente é colocada como uma

pessoa agressiva e às vezes, como a gente ouve aquilo e não gosta, às vezes, não sabe nem se posicionar (hooks, 2024).

Esse desconhecimento e/ou essa deslegitimação do racismo, impacta diretamente na subjetividade da pessoa negra de modo que ao presenciar uma situação de racismo “vai muito além do pensamento sobre “o que eu vejo”, mas também inclui “o que veem/pensam sobre mim”, o que, para o sujeito negro, imerso em uma sociedade racista, passa a ser algo extremamente doloroso” (Venâncio, 2023, p. 34). Essa necessidade de validação do olhar do/a branco/a sobre as vivências do/a negro/a está diretamente associada aos estigmas presentes na sociedade sobre o corpo negro, como por exemplo, que todo/a negro/a é agressivo/a, raivoso/a, suspeito/a, ladrão, bem como invalida as pessoas negras como pessoas de afeto. Além disso,

As estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição "de verdade" e "válida", são controladas por acadêmicas/os brancas/os. Ambos, homens e mulheres, que declaram suas perspectivas como condições universais. Enquanto posições de autoridade e comando na academia forem negadas às pessoas negras e às People of Color (PoC) a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo "propriedade" exclusiva e inquestionável da branquitude. Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de "raça" (Kilomba, 2019, p.53).

Nesse sentido, Abdias relata um caso de racismo envolvendo um estudante branco e um estudante negro. Inicialmente, um estudante branco, representante dos alunos/as do mestrado estava precisando de faltar a uma dessas reuniões de colegiado, por esse motivo, ele perguntou se alguém poderia substituí-lo nesta reunião. Ai, o aluno negro se disponibilizou a participar no lugar dele. Entretanto, de última hora, esse aluno branco não faltou à reunião, mas também não avisou para o estudante negro que iria comparecer. Quando ele chegou na reunião, o colega negro que estava o substituindo saiu da reunião. Ao final da reunião, eles começaram a discutir sobre o porquê de o estudante branco não avisar que compareceria à reunião e ele ficou lá e parecia que ele estava lá mentindo somente para observar o que estavam falando. Para Abdias, foi uma situação muito constrangedora, além disso, o colega branco começou a insultar o colega negro, induzindo a conversa para outros caminhos, fazendo com que pensem que o aluno negro estivesse falando daquela forma, pois estava incomodado por ele ser homossexual.

Em seguida, Abdias relatou mais um caso de racismo por parte deste mesmo aluno branco envolvendo outro estudante negro. Ele relata que, durante uma organização de um evento do qual estava participando, uma mulher branca, dos olhos claros, estava dando uma bronca no estudante

negro, e esse aluno branco se juntou a ela para impulsar ainda mais essa bronca, sendo que ele não tinha nada a ver com o assunto. Ao ver do Abdias, essa bronca foi indevida, pois para ele o seu colega negro estava correto e não merecia essa bronca. Isso fez com que Abdias refletisse sobre a situação e pensasse “Pô, o primeiro negro, ele não ligou de tentar fazer até uma acusação de homofobia, o segundo negro, ele entrou para dar uma bronca contra eu vou manter uma certa distância, porque eu não quero ser o terceiro” (Nascimento, 2024), decidindo se afastar deste estudante branco. E ainda argumenta que:

esse tipo de preconceito que eu sinto que é estrutural, **é mais fácil apoiar o branco do olho claro, mesmo ele tando errado, do que apoiar o negro.** E quando você acusa um negro de uma coisa, talvez você vai pegar e vai sair mais certo, porque se você tivesse acusando um branco, iria ter outro para proteger (Malcolm X, 2024, grifos nossos).

Nesse sentido, Cida Bento (2002) argumenta sobre os pactos da branquitude e um desses pactos é a aliança entre pessoas brancas com intuito de silenciar e privar a acessão de pessoas negras em espaços de prestígios e poder. Em suas palavras:

Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambigüidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros, no universo social (Bento, 2002, p. 7).

Parece haver um acordo entre pessoas brancas, chamado por Bento de pacto narcísico, que se traduz na negação e no afastamento do enfrentamento das questões raciais, com o objetivo de preservar privilégios associados à raça. O medo de perder esses privilégios e de ser responsabilizado pelas desigualdades raciais forma a base psicológica que alimenta a projeção negativa do/a branco/a sobre o negro/a. Nesse cenário, a branquitude se define como um espaço de vantagem racial, econômica e política, onde a racialidade, não explicitamente reconhecida como tal, carrega valores, experiências e identificações emocionais que acabam por moldar a sociedade. Assim, a branquitude, enquanto mecanismo de manutenção das hierarquias raciais e pacto entre semelhantes, encontra um terreno fértil nas organizações, que têm como característica essencial a reprodução e conservação dessas estruturas (Bento, 2002).

Em relação às percepções e vivências dos estudantes frente às desigualdades de gênero na pós-graduação, demonstram que há, sim, disparidades entre ser estudantes mulheres e homens. A Constituição de 1988 e a legislação infraconstitucional garantem explicitamente a igualdade

econômica, política e social, bem como o direito à não discriminação com base em sexo e raça. No entanto, a forma como as mulheres participam de diferentes esferas da vida em sociedade ainda não reflete uma paridade de poder e de acesso aos recursos comuns. Apesar da formalização da igualdade, a sociedade permanece caracterizada por desigualdades, estabelecendo uma divisão sexual das funções, na qual certas posições, carreiras e tarefas valorizam características associadas aos homens e à masculinidade, enquanto outras destacam traços atribuídos às mulheres e ao feminino (Assumpção, 2014). Nesse sentido, Palmares nos conta que já escutou comentários nos corredores, em que professores preferem orientar homens do que mulheres, pelo fato de, segundo ele, a sua área de pesquisa precisa de uma resistência e um aporte físico necessário para realizar as atividades. As mulheres, mesmo que possuam condições físicas melhores, são ignoradas diante desses professores.

Relacionado à questão de orientação, realmente nos corredores a gente ouve que tem professores que preferem orientar homens do que mulheres, principalmente na minha área, que requer um porte físico, uma condição física, porque são trabalhos mais árduos, que tem que compactar solo. Então, é necessária uma resistência física maior, apesar de haver mulheres que aguentam muito mais que homens, em muitos casos. Tem um caso até específico de uma menina que fazia corpo de prova²⁶ e estava de parabéns. Mas, relacionado a isso, já ela chegou a discutir com o professor, com o orientador relacionado a isso e ele deixava nitidamente que preferiria orientar homens, até que ela teve que trocar de pós-graduação, foi para outra instituição porque ela não conseguia ficar aqui e de sacanagem até, nem sei se ela chegou a defender porque que ela defende aqui aí um probleminha que ele procurou tipo, os tops da galáxia na no assunto da dissertação dela, só para atralhar ela a defesa dela (Palmares, 2024).

Observa-se que os variados estereótipos associados aos gêneros influenciam fortemente a presença das mulheres nos cursos de pós-graduação, sobretudo, em áreas como as Ciências Exatas, reforçando a ideia de que certas atividades e profissões são mais ou menos adequadas para mulheres, enquanto outras são consideradas tipicamente masculinas. Isso justifica o fato de não se ter um equilíbrio entre a entrada de mulheres e homens nos diferentes cursos. Como menciona Barreto (2015, p. 46), “os estudantes do sexo masculino estão mais concentrados nos cursos da área de ciências exatas, enquanto as estudantes do sexo feminino estão mais concentradas em cursos das áreas de humanidades e ciências biológicas”. E isso acaba se refletindo na composição dos professores universitários/as e pesquisadores/as em diferentes áreas, tendo um menor número de professoras. Isso ocorre porque muitos dos que ingressam na carreira docente tendem a

²⁶ Quer dizer que a pessoa aguenta uma prova de resistência, com estabilidade e domínio sobre a atividade.

permanecer em áreas afins àquelas de sua formação de graduação (Barreto, 2015). Essas desigualdades de gênero presentes no ensino superior, afeta a vida não só das estudantes mulheres, mas também das professoras, que na maioria das vezes são minorias e não são ouvidas e nem valorizadas pelos seus trabalhos.

Já houve vários casos, tanto de aluno com aluna, quanto de professor com aluna e tanto de professor com professora. Então, eu vivenciei todos esses casos é a pessoa que era próxima a mim de aluno para aluna né, o caso de aluno para aluna, a aluna sofre com isso até hoje porque ela denunciou, ela falou com todo mundo e parece que foi que a fala dela ou que a vivência dela foi diminuída e que não foi tão grave assim, quanto parece que foi e foi grave. Assim, a postura da maioria, principalmente dos professores, foi de “tá aconteceu, aí vocês que se resolvam”. Em relação à questão de sexismo de professor com professora, é claro que a gente tem, porque a gente tem no programa de pós-graduação, não só no programa de pós-graduação, mas no corpo docente do departamento, somente duas mulheres, então, por várias vezes, a gente viu as opiniões delas nas reuniões sendo silenciadas ou sendo menos valorizadas. E professor com aluna, também já vi casos de orientador com aluna, professor mesmo de disciplina diminuindo a pessoa, diminui por assim, não falou explicitamente que era mulher, mas você via que o comportamento, a forma de lidar com o homem e a mulher era diferente (Jesus, 2024).

Muitas vezes, as mulheres são julgadas somente pelo fato do “ser mulher” e essas desigualdades soam, por vezes, em tons de piadas, nas entrelinhas, como uma forma velada da discriminação de gênero.

A discriminação de gênero nas entrelinhas sabe nas brincadeiras, “ah, mas é mulher né” então assim, porque ninguém fala assim mas hoje em dia, as pessoas elas são mais espertas, elas não elas não demonstram realmente pensa assim né, é tudo mais velado, eu entendo assim, eu vejo é tudo mais velado então é nas estrelinhas, é nas brincadeirinhas é um coisinha que às vezes passa até despercebido mesmo, quem não tem a vivência, quem tá desatento. Mas, refletindo aqui pensando em algumas pessoas, em alguns momentos que eu vejo assim (Barros, 2024) Eu cheguei até a comentar uma dessas situações com uma colega, mas, não levei para frente não. Eu acredito que é porque não ia dar em nada por essa questão mesmo das pessoas relativizar, achar que que não é racismo ou sexismo e diminuir. E assim, até mesmo para não ficar mal vista porque senão tudo você tá discutindo você tá problematizando, tá arrumando problema, né (hooks, 2024).

É importante mencionar que, quando se trata de estudantes negras, a intelectual bell hooks (2014) faz uma reflexão importante sobre a percepção histórica e cultural das mulheres negras na sociedade e cuja existência está atrelada a estereótipos racistas e sexistas têm sido usados para desumaniza-las e limitar sua agência. A visão de mulheres negras como "corpos sem mentes",

dóceis e manipuláveis, reflete a interseção da opressão racial e de gênero, onde essas mulheres são reduzidas a objetos de controle, apagando suas capacidades intelectuais, subjetividades e complexidades humanas.

Diante desses depoimentos observa-se que os/as estudantes não estão livres de sofrerem com as discriminações de raça e gênero presentes na sociedade. Ao questioná-los/as se chegaram a pedir ajuda a alguém, a maioria disse que não, por medo de não acreditarem ou por medo serem mal vistos. E mesmo no caso da estudante Lélia, que chegou a procurar apoio na coordenação do programa de pós-graduação em que está matriculada, falou abertamente sobre sua vivência em sala de aula. Ela relatou que eles fizeram vista grossa e que não teve nenhum apoio por parte da coordenação, somente da secretária do programa.

Eu não tive apoio de ninguém, eu mandei e-mail para a coordenação, eu falei com o coordenador, aí a gente tem aula de escrita acadêmica né, para aprender a redigir, eu fiz essa disciplina e no estudo de plágio, eu falei sobre o assunto, todos fizeram vista grossa, como se não houvesse nenhum problema nisso, a própria menina se sentiu constrangida e entendeu que eu estava expondo ela, sendo que eu não falei o nome dela nem nada, e no final veio me pedir desculpas no canto e disse que iria me recompensar de alguma forma, que a gente publicaria outro trabalho juntas, aí ficou todo mundo fingindo que estava tudo bem. Eu não tive apoio, eu tenho muito apoio da bell hooks²⁷ que ela é secretária do PPG, ela me ajuda em tudo, porque quando a gente entra lá é tudo muito longe, quem procura então a Luiza é uma pessoa incrível (Gonzalez, 2024).

Esse argumento explora a interseccionalidade, que é a sobreposição de diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, que afetam mulheres de maneiras variadas, conforme suas posições raciais, sociais e econômicas. Mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão frequentemente vivenciam um sexismo que não pode ser dissociado de outras dimensões de exclusão, como a racial e a de classe.

Os padrões específicos da opressão de gênero sofridos cotidianamente por mulheres trabalhadoras, pobres e negras são pouco afetados pelo sucesso que implica, sim, no enfrentamento de determinadas formas de sexismo de algumas profissionais de nível superior, economicamente privilegiadas e brancas (Brioli; Miguel, 2015, p 46).

Embora o sucesso de mulheres brancas, de alta escolaridade em posições de destaque representa um avanço na luta contra o sexismo, ele não impacta de maneira substancial as condições de vida e de trabalho das mulheres negras, pobres e da classe trabalhadora, que enfrentam formas de

²⁷ troca de nome no intuito assegurar o anonimato da pessoa citada.

opressão interseccionais. Essas mulheres, frequentemente submetidas a um cotidiano de discriminação e desigualdade que combinam gênero, raça e classe social, têm suas experiências de opressão negligenciadas quando se celebra o sucesso individual de mulheres economicamente privilegiadas. Em vez de representar uma solução abrangente, o sucesso individual tende a refletir uma forma seletiva de progresso, que privilegia as questões de gênero, mas deixa de lado outras formas estruturais de exclusão, como o racismo e a desigualdade econômica.

12. “Excluídos do interior”: do acesso às experiências de não inclusão nos programas de pós-graduação

Os desafios enfrentados pelos/as estudantes cotistas negros/as estão relacionados a permanência, às sobrecargas de demandas que eles precisam assumir, as desigualdades raciais que sofrem estando nos programas de pós-graduação, a falta de equipamentos adequados para a realização de suas pesquisas, entre outros desafios, como a sensação de não pertencimento a pós-graduação.

Para Maria Carolina de Jesus e Zumbi dos Palmares, estudantes do centro de exatas, os seus maiores desafios estando na pós-graduação é conseguir permanecer e realizar sua pesquisa com mais investimentos e materiais adequados para alcançar resultados satisfatórios.

No doutorado atualmente é permanecer, digo permanecer porque pesquisa não é fácil e eu tô falando pesquisa no geral, estou falando da minha pesquisa em específico a cobrança é alta e a gente meio que trabalha por resultado. Então, todo o meio do processo parece que não importa, e o meio do processo é o mais trabalhoso de tudo. O resultado eu queria falar que o resultado é uma consequência. Mas, acho que nem consequência você consegue chegar porque o meio tem muitas coisas, no Brasil, principalmente pelo menos aqui não, vou falar no geral mesmo, no Brasil, em geral, a ciência é muito, ela é muito negligenciada, tem pouco investimento. Então, ontem mesmo eu, a gente tava aqui e a energia acabou, ah e é uma eventualidade. Mas, aí você vê esse corredor, tem mais de 10 Laboratórios, se a energia acaba, é um equipamento de R \$200.000 reais fica à mercê de instabilidade elétrica e aí queima, quem dá manutenção neste equipamento, ninguém. E aí “Ah poxa vida não mas tá energia acabou, o que faz ? coloca um gerador”, ali fora, coloca um, sei lá, mas, mantenha o mínimo de coisas funcionando que aí isso ainda, mas a justificativa é “Ah não porque isso custa muito dinheiro”, mas assim, há três meses atrás, a gente não tinha luva para manipular a massa, não tem, aí não tem e depois de um tempo um falta máscara, um tempo depois falta álcool para limpá, sabe a gente fica sempre, nossa tá faltando, a gente não tem, pelo menos eu nesses 3 anos e meio de pesquisa aqui na UFV, eu não peguei o DPF, no departamento de física, em 100% de condições de trabalho de pesquisa. Assim, ó você não, você não só vai se preocupar com a sua pesquisa, aí vai andar, porque agora eu tenho que calçar a luva, não sei aonde, ah que agora, nossa o substrato que é uma coisa básica para fazer o fio acabou, aí

tem que esperar a licitação, aí tem que esperar, é muita é muito degrau que a gente tem que subir à toa sabe que que a gente nem precisaria ter se a gente tivesse o mínimo de condições de desenvolver pesquisa a gente sobe à toa. E aí chega ali na hora de desenvolver a pesquisa a gente cansa, porque querendo ou não, essa parte também é trabalhosa, essa parte de fazer acontecer fazer começar a acontecer, já é trabalhosa (Jesus, 2024).

Estando no doutorado por enquanto eu acho que vai ser a aquisição do dos materiais são materiais caros e distantes, mas, é isso depois que tive esses materiais, eu acho que tá tranquilo o laboratório eu acho que possui a capacidade de fornecer a pesquisa em si e os ensaios (Palmares, 2024).

Para um pesquisador/a desenvolver sua pesquisa é crucial que eles consigam ter acesso a materiais necessários para o desenvolvimento do seu trabalho. Trabalhar com pesquisa é algo muito sério e deveria ser mais valorizada. Além disso, há a dimensão de que alguns materiais são muito caros e isso dificulta a aquisição.

No caso da Antonieta de Barros, o seu maior desafio estando na pós-graduação é acreditar em seu potencial e acreditar que a pós-graduação é um espaço para ela. Dado o fato de que a população negra está sempre no “não lugar” quando se trata dos lugares de prestígios, da universidade, isso gera um sentimento de inferioridade e incapacidade (Kilomba, 2019).

o meu maior desafio é esse de tentar acreditar no meu potencial sabe, acho que é muito doido cê pensar isso, eu fico eu pelo menos eu comigo mesma eu fico o tempo todo pensando que eu tenho que provar, que eu tenho que mostrar que eu sou capaz, às vezes, eu mesmo fico me sentindo que eu não sou tão capaz sabe, às vezes, dá aquela síndrome do impostor de pensar nossa mas será que eu devia estar mesmo aqui será que eu tô será que esse lugar é para ser meu mesmo às vezes eu penso e eu tento não pensar assim, eu tento pensar também que é um espaço de aprendizagem, eu tô me formando eu não tô formada, eu tô ali é um processo de formação que eu tô aprendendo, vou passar por diversas etapas ainda né, mais o desafio para mim pelo menos é esse sabe. É enxergar que eu sou capaz de estar ali, que eu mereço estar ali, que eu sou tão qualificada quanto todos os outros que estão ali sabe. Eu não sei assim acho que é por todo o histórico de vida que a gente passa mesmo, mas eu às vezes eu sinto isso sabe, tipo assim nossa, mas será que eu tô aqui mesmo, será que eu mereço ou será que eu sou apta, que eu tô qualificada para esta aqui. Eu tenho esses questionamentos internos assim, nossa eu quando eu vou passar por por alguma banca, por alguma coisa, eu sofro muito de ansiedade de pensar que a qualquer momento vão me sabe falar alguma coisa para me botar para baixo ou me desmerecer ou me desqualificar ali, o que eu vou fazer. Então, eu tenho eu tenho esses pensamentos então eu tento lutar contra isso e pensar que não se eu tô aqui eu tô igual todo mundo, eu tenho capacidade sim, eu to aqui pra isso, para fazer tudo que tem que ser feito, da forma que tem que ser feito, também, mas eu tenho esses pensamentos assim, às vezes, dá esses surtos assim de pensar isso (Barros, 2024).

Durante a trajetória da escolarização do estudante negro/a é tão marcada pela exclusão, que

quando esses estudantes chegam nesses espaços acadêmicos e/ou em outros ambientes diferentes de suas realidades, a sensação é como se esse espaço não pertencesse a eles.

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão "fora do lugar" e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão "no lugar", "em casa", corpos que sempre pertencem (Kilomba, 2019, 56).

A estudante Lélia menciona que tem uma questão estrutural envolvida e isso é um dos seus maiores desafios. O racismo estrutural incide diretamente na sua trajetória, na forma como ela se expressa e isso gera uma insegurança, impactando no modo como ela se sente. Além disso, ela mencionou que o coordenador do programa disse que ela não terá mais privilégios, como se os/as estudantes que ingressaram pela política de cotas recebem algum privilégio. Essa afirmação deslegitima toda uma luta história dos movimentos negros em prol de uma sociedade mais justa e equânime. A política de cotas é reflexo de muita luta e tem como objetivo de reparação histórica a grupos que foram ainda são marginalizados e excluídos pela sociedade.

A eu tenho muita limitação, eu não sei se é a questão estrutural, porque a gente já nasce com essa questão estrutural do racismo, do preconceito, então a gente já fica cismado, então eu tenho dificuldade de dialogar, porque toda vez que a gente tenta dialogar, muitas das vezes mesmo você tendo razão, você pode estar sendo mal compreendida, eu não gosto dessa eu não gosto dessa sensação. Então, muito das vezes aconteceu muitas coisas porque eu não falei então eu tô falando agora só que agora já é tarde porque agora quando o coordenador falou comigo que não vai dar mais privilégios eu respondi para ele que eu não pedi ele nenhum privilégio que eu alcancei a nota que eu tenho bolsa de cotas, que eu te dê frequência que era um direito meu só que deixei as coisas acontecerem e eu não falei isso antes. Aí na hora que ele falou comigo que eu tenho dedicação exclusiva, eu falei que eu sempre trabalhei e estudei e isso nunca prejudicou meus estudos né, eu tenho provas que mandei meus trabalhos para meu ex- orientador e ele nunca me respondeu, então ele só estava cumprindo a tabela dele que era de me orientar e ele recebe para isso e eu estava fazendo meu papel de mestranda. Eu acho que se eu tivesse falado antes, ou se ele tivesse percebido que o trabalho não iria ter jeito antes, não estava desconfortável para ninguém. Porque agora eles ficam naquela pressão que eu preciso fazer, que eu preciso qualificar, mas, ao mesmo tempo, eles sabem que a culpa não é minha (Gonzalez, 2024).

Diante dessas desigualdades raciais sofridas no mestrado, Lélia ainda complementa dizendo que dificilmente um/a estudante negro/a consegue seguir a graduação escolar.

É muito difícil os negros sobreviverem no mestrado, e é muito difícil um negro sair do mestrado e querer fazer um doutorado, porque eu não sei se problema é comigo, se eu sou tão ruim, ou se é porque eu sou negra mesmo e eles ficam fazendo esses massacres sabe, é um sonho para todo mundo que tá de fora, eu tenho certeza as

peças falam assim comigo ó o que você faz lá você faz mestrado, nossa que chic você vai ser mestre, mas só eu sei o que eu tô passando esse mestrado (Gonzalez, 2024).

O racismo atropela e interpela dizendo que esse lugar não é para vocês (negros/as) e/ou (a branquitude), não queremos vocês (negros/as), aqui. O racismo é tão cruel com as pessoas negras que ele faz questionar e faz com que a pessoa passe a achar que o problema de tudo é ela mesma, fazendo com que duvide de si mesma, da sua capacidade, do seu potencial e interfere diretamente na sua autoestima.

“[...] para pessoas negras, a dor de aprender que não podemos controlar nossas imagens, como nos vemos (se nossas visões não forem descolonizadas) ou como somos vistos, é tão intensa que isso nos esmaga. Isso destrói e arreventa as costuras de nossos esforços de construir o ser e de nos reconhecer. Com frequência, ficamos devastados pela raiva reprimida, nos sentimos exaustos, desesperançados e, às vezes, simplesmente de coração partido. Essas lacunas na nossa psique são os espaços nos quais penetram a cumplicidade irrefletida, a raiva autodestrutiva, o ódio e o desespero paralisante” (hooks, 2019, p. 35-36).

Quando se trata dos desafios na pós-graduação, Abdias menciona a dificuldade em conseguir conciliar o trabalho com os estudos, ainda mais por estar em uma área de pesquisa que, embora se aproxima da sua área de formação ao mesmo tempo que distancia, exigindo uma dedicação maior de sua parte.

Atualmente é conciliar com o trabalho, porque o meu horário de trabalho e às vezes conflita com algumas atividades que eu tenho que fazer na pós-graduação. Então eu tenho que conversar aqui conversa ali. fazer certo, e acordar tudo para ficar tudo certinho né. E mais é também a questão de tempo mesmo de dedicação, às vezes, acontecem algumas coisas que eu não posso participar, porque eu estou trabalhando. Eu sinto que não são muito da minha área né, eu não sou arquiteto e tal. Então, esses são os maiores desafios. Eu acho que poderiam ter temáticas mais abrangentes sabe nessa pós-graduação que abarcar as pessoas que não são estritamente da área, que ela aborda né porque ela é aberta a pessoas de todas as formações, mas às vezes eu sinto que há esse estreitamento dentro da da pós-graduação sabe (Nascimento, 2024).

Em consonância com Abdias, Malcolm X relata que a falta de tempo também é um dos principais desafios na pós-graduação. Além disso, ele menciona o fato dele ter dado um tempo da academia e, ao retornar, percebeu que seus colegas estavam mais avançados nos conteúdos.

Outra dimensão importante, ainda relacionada em trabalhar e estudar, essa situação é um fator comum entre a maioria dos estudantes, alguns por não possuírem bolsas de estudos, outros mesmo possuindo bolsas de estudos, veem a necessidade de se trabalhar, pois, de acordo com eles,

a bolsa de estudos não é o suficiente para conseguir se manter, além da insegurança de um dia essa bolsa ser cortada, ou falhar, bem como o fato de que muitas das vezes, os/as estudantes precisam ajudar financeiramente seus familiares.

Tem a bolsa né, tecnicamente agora e como eu já sou formado, tecnicamente, algumas vezes ou outra aí eu faço algum projetinho, porque sabemos que a bolsa em si só ela é bem discrepante para a realidade brasileira, pra gente se submeter não dá. Então, tem que ter alguma renda assim por fora (Palmares, 2024).

Eu trabalho por fora também faço trabalhos de buffet, faço também um trabalho de administrativo para um espaço específico aqui, de 3 horas por dia, todos os dias, de segunda a sexta, para ajudar mesmo na renda, porque querendo não a bolsa é boa mas, ela também não consegue acoplar todas as coisas né que a gente faz (Franco, 2024)

Eu me sentia muito insegura vivendo só com a bolsa pelo meu histórico de vida porque eu não sou uma pessoa que eu poderia contar com minha mãe para me ajudar de alguma forma, muito pelo contrário eu hoje em dia eu estou na posição que eu tenho que ajudar ela. É muito difícil também a gente viver só por conta de estudar só com a bolsa, porque você não tem assim nenhuma garantia né se acontecer alguma coisa você tá ali desamparado e eu por isso que eu te falei eu sempre fui uma pessoa muito assim preocupada com essa questão de emprego (Barros, 2024).

Diante dos relatos, percebe-se a necessidade de um reajuste nas bolsas dos pós-graduandos, tendo em vista que, o trabalho atrelado ao estudo no mesmo tempo, pode acarretar em desgaste físico, mental e emocional dos/as estudantes. Isso acontece muito com os estudantes pertencentes às classes sociais menos favorecidas, onde a necessidade de sustento muitas vezes se sobrepõe às aspirações acadêmicas. E tem também a dimensão trazida pela aluna Barros, que em alguns casos, os/as universitários/as precisam se preocupar não somente com a sua subsistência, mas também com a de seus familiares.

12.1 Relação com os professores(as)/orientadores(as)

Dentre os desafios citados pelos estudantes cotistas, um dos que mais se destacaram foram os relatos referentes à relação de alguns alunos/as cotistas com orientadores e/ou professores, merecendo destaque nesta subseção. Os discentes Abdias do Nascimento, bell hooks e Lélia Gonzalez, mencionaram que tiveram desentendimentos com professores/orientadores, e, no caso da Simone e da Lélia tiveram até de mudar de orientação.

bell hooks relata que foi preciso mudar de orientação, pois seu orientador tinha uma cobrança excessiva com relação às demandas do mestrado. O pivô dessa mudança adveio do fato

de que ela estava passando por um momento difícil por conta da perda de sua ente querida e ele não foi compreensivo com ela, insensível em um momento que ela precisava de acolhimento.

É um pouco por essa questão da cobrança mesmo, né. E como eu te disse eu perdi a minha avó no ano passado, fez um ano agora também, foi no final do primeiro semestre e eu sinto que estava sentindo que o meu orientador não estava sendo compreensivo comigo. Aquela questão de ter perdido a minha avó foi um momento muito difícil para mim, então, eu acho que ele poderia ter tido empatia, se colocado no meu lugar e me ajudado nesse sentido, sabe. Então, eu não senti dele esse acolhimento que eu precisava naquele momento e a questão mesmo da forma da cobrança, o jeito que estava me cobrando estava me desgastando e me adoecendo também. Tanto que foi uma época também que eu tinha acabado de começar minha terapia e que me ajudou foi ir na terapia e eu conversava sobre essas questões e acabei decidindo por mudar para que eu não adoecesse, para que eu conseguisse fazer o mestrado (hooks, 2024).

Quando ocorre uma cobrança excessiva, a pessoa que está sendo pressionada passa a sofrer com uma sobrecarga, gerando um desgaste mental, emocional, podendo causar adoecimentos, como no caso da Simone. Nessa situação, a procura por ajuda é essencial, seja na terapia, em conversas com pessoas de confiança, na prática de exercícios, dentre outros. Em um estudo publicado na revista *Nature*, que incluiu 2.279 estudantes de pós-graduação de mais de 26 países, constatou-se que 39% e 41% dos participantes apresentaram sintomas de depressão e ansiedade, respectivamente, em comparação aos 6% observados na população em geral. A pesquisa também revela que os grupos com maior vulnerabilidade a essas condições são pessoas transgênero (55% para ansiedade e 57% para depressão), mulheres (43% e 41%) e homens (34% e 35%) (Sotério; Hafiz, 2020, s.p). bell hooks relata o quanto essa troca de orientação fez bem para ela e para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Olha, agora eu tenho uma relação boa, uma relação saudável, eu vejo que a minha orientadora me deixa muito à vontade, sabe? Às vezes, eu fico até com medo de não estar atendendo às expectativas dessa orientadora. E eu mudei de orientador ao longo do processo. Então, para mim, eu percebi assim uma diferença do tratamento de um e de outro, de como isso mudou muito e como essa mudança fez bem para mim, sabe? Me ajudou na questão de desenvolver, de gostar da pesquisa e de tornar esse momento do mestrado um momento proveitoso. Eu acho que essa relação saudável é que tem feito toda a diferença, o acolhimento (hooks, 2024).

Nesse sentido, Abdias relata com muito nervosismo uma experiência ruim que passou com uma professora do seu programa de pós-graduação, com relação às cobranças excessivas e a sua exposição frente aos colegas em sala de aula e isso fez com que ele até pensasse em desistir do doutorado. Além disso, também tem o outro lado, considerando que são pessoas negras, a cobrança

é externa, interna e complexa, uma vez que, como não nos vemos como corpos nesses lugares, passamos a nos esforçar três vezes mais que o esperado, a fim de sermos respeitadas/os.

Então como eu tinha que ir voltar e eu tô no estágio probatório do meu trabalho, eu conversei no programa que eu havia passado nesse concurso e eu faltei uma aula dela simplesmente uma aula dela sem justificativa, eu não sei se você sabe. Mas, a pós-graduação nós temos uma certa obrigatoriedade de participar de eventos e tal, então eu já tinha me inscrito em eventos antes de ser chamado do concurso e esses eventos coincidiram com a disciplina dela alguns eventos eram online e não dava para mim ir fazer a disciplina e participar outros eventos eram presenciais então eu tinha que me deslocar até a cidade do evento, mas eu não sabia que ia cursar essa disciplina, até então, juntamente porque até então quando eu me inscrevi não tava no semestre dela e não tinha sido chamado no concurso sabe então assim teve esse conflito de agendas e tal. E a professora queria me reprovar na disciplina mesmo eu tendo essas justificativas, e a única disciplina que eu faltei sem justificar uma única vez, que eu faltei sem justificativa foi por uma falta, mesmo que não teve mas assim tá na margem de faltas. Eu enviei para ela todos os certificados e os comprovantes que eu participei desses eventos e que eu já havia me inscrito antes de ter me inscrito na disciplina. Aí mesmo assim, ficou firme em me reprovar e falou que me reprovaria e tal. Então, eu peguei a questão e levei até o programa, conversei com a coordenadora, aí ela levou pro conselho e eu não fui reprovado. Mas, aí ficou esse conflito entre eu e ela. E ela me expôs mesmo assim na frente da turma sabe, teve um trabalho que eu apresentei que ela fez críticas pessoais a mim, não ao trabalho, então assim, eu me senti, como que eu posso dizer, atacado também por conta disso. O trabalho final da disciplina dela, eu vi que ela levou para questões pessoais nesse ponto, achei antiético sabe, como o conselho falou que ela não podia me reprovar porque eu tinha provas e tal. E como eu cursei ainda algumas aulas dela e tinha que apresentar o trabalho eu acredito que ela que ela levou pro lado pessoal, ela me atacou sabe assim, na frente da turma assim, ela me xingou mesmo assim e tal, falou mesmo que eu tinha que conciliar, ver o que eu queria se era o doutorado ou se era o trabalho, que não dava para conciliar as duas coisas e por aí vai e falou essas questões sabe, nesse momento assim eu me senti bem mal e quis realmente sair sabe do curso (Nascimento, 2024).

O outro caso a ser destacado é o da Lélia, que foi abandonada pelo seu orientador depois que ela já estava há um ano no mestrado, segundo ela, o orientador relatou que não tinha mais condições de seguir com a orientação, por achar que não estava contribuindo com o seu trabalho. Além de abandoná-la no meio do percurso, o orientador ainda mencionou que se ela não conseguisse se qualificar no prazo, ela perderia a bolsa e teria que devolver os meses anteriores recebidos. E ainda mencionou que ela não terá mais privilégios referente ao fato de ela ser uma estudante cotista e que recebia bolsa de estudos.

Então, assim não sei se faz se eu tô desviando da pesquisa, mas eu queria deixar registrado né que eu sou a única negra do mestrado e o meu orientador ficou

comigo até o mês de março minha qualificação seria em abril, ele nunca me disse que estava ruim o meu trabalho, ele nunca me mandou devolver uma correção do meu trabalho, quando chegou no mês de março. Ele simplesmente saiu e disse que não poderia e me ajudar que ele ficava com medo de mais me atrapalhar do que me ajudar. Então, nesse período de tempo eu tive que pedir uma prorrogação de prazo, entrou novo orientador e eu tive que abandonar toda a proposta que eu estava fazendo, então não sei nem se eu dou conta de fazer a qualificação. E o orientador ele até falou comigo que eu não tinha, eu não consegui qualificar até hoje, que eu era bolsista que conforme for vou ter que devolver toda a bolsa, só que o que acontece, primeiro eu preenchi todos os requisitos como bolsista questão de nota, questão de frequência, minha bolsa de cotas e ele em um dado momento ele chegou a me falar que não vai ter “privilégios”. Então, eu entendo que se ela não é acolhedora, ela faz a questão das cotas por obrigação, né, porque eu não pedi para ele nenhum privilégio e a bolsa de cotas, ela é um direito meu. Com relação à bolsa, se tiver de perder, porque não foi uma situação causada por mim, né, era um sonho estudar na UFV, mas o sonho foi virando um pesadelo, eu estou sendo bem sincera (Gonzalez, 2024).

Com essa questão da troca de orientação, por justificativa de falta de afinidade com o tema de pesquisa proposta e da menção no quesito de ter que devolver a bolsa. Lélia afirma que está desanimada e preocupada por não ter condições de devolver o valor que recebeu da bolsa, ela observa que há uma questão estrutural envolvida.

Então, assim, eu estou desanimada, mas, ao mesmo tempo, eu sou bolsista e não tenho condições de devolver todo o valor que recebi, esses problemas que eu tive foi uma questão estrutural da universidade, não é toda a universidade, não estou generalizando porque eu estou na melhor do Brasil, na mais linda né, numa das melhores. Tem profissionais lá muito qualificados, o problema foi com o orientador (Gonzalez, 2024).

Em seguida, Lélia também relatou um episódio envolvendo seu orientador. O depoimento refere-se ao desenvolvimento do seu estágio supervisionado, sob a supervisão de seu ex-orientador, que a pediu para ministrar uma aula sobre Mandado de Injunção. No entanto, ela havia estudado a matéria somente na graduação e, após formada, não costuma lidar com esse assunto no cotidiano. Mas, ela se preparou para a apresentação, buscou saber como era ministrar uma aula. Durante sua apresentação, demonstrou um pouco de nervosismo, mas conseguiu finalizar. E ao final da sua aula, o professor não ficou satisfeito com a sua apresentação, afirmando que ela não tinha se preparado para lecionar a aula, mas ela tinha se preparado. Diante disso, Lélia afirmou que o odeia e que não sabe distinguir o que acontece na relação entre os dois.

Eu ainda estou tendo estágio de docência com ele e eu prefiro ter como insignificante, porque eu não entendi que era para a gente dar aula, aí ele falou “a próxima aula é sua”. Aí eu deveria falar sobre Mandado de Injunção. Eu sou

advogada, mas meu contato com o Mandado de Injunção foi só na graduação, porque no dia a dia você não usa. Então, eu li e falei o que entendi e ainda eu fiz os slides ainda na madrugada, eu cheguei mais cedo e perguntei para uma menina, como é quando a pessoa vem dar aula? o que tem que fazer? tem que colocar os slides? Ela falou, não é bem simples, pode ficar tranquila. Aí eu fui tranquila, fiquei tranquila, esperei o professor chegar e ele me deu a lista de chamada e mandou eu dar aula. Eu dei a aula, apresentei os slides, só que eu fico nervosa, fico ansiosa e às vezes eu gaguejava, eu falava a mesma coisa aí depois no final da aula ele falou comigo assim que parece que você não leu que você fez tudo de improviso. Então, para ser bem sincera eu odeio ele (risos) entendeu, só que eu tenho que suportar, porque eu preciso do relatório dele, eu não sei se ele tem implicância comigo, eu não sei se ele é racista ou se eu realmente sou péssima, eu não sei o que acontece entre eu e ele. Eu li, eu não só li como eu fiquei falando sozinha, eu cheguei cedo, perguntei para a menina, para depois ele falar comigo que parece que eu não li. Eu entendi que era, para mim, dar uma aula junto com ele, que era para eu aprender a dar aula, aí chega lá a aula é sua, para quem nunca deu aula e que ansiosa fica quase morrendo né, mas tá bom. Eu não vejo a hora de acabar isso (Gonzalez, 2024).

Diante desses relatos, observa-se a incidência do racismo que atravessa a vida da estudante Lélia, por parte de seu ex-orientador. Ela disse o quanto isso abalou o seu emocional e o quanto o mestrado está sendo adoecedor para ela. Lima (2019) afirma que o ambiente acadêmico reproduz, diariamente, um sistema racista, machista e capitalista, o que dificulta e justifica a falta de acesso de mulheres negras, especialmente as que são pobres e de regiões periféricas. Esse contexto, cria barreiras que tornam mais árdua a construção acadêmica dessas mulheres nas instituições de ensino superior. Com esse entendimento, é fundamental destacar que “essas opressões em intersecção podem fazer com que mulheres negras silenciem e, conseqüentemente, adoeçam ou se paralisem diante das violências sofridas nos espaços de produção de conhecimento” (Lima, 2019, p. 42).

Isso afetou meu emocional, eu não consigo escrever mais, eu entro em desespero entendeu, eu até precisava mesmo de acompanhamento psicológico, até porque esse mestrado adocece a gente, aí depois ele falou comigo que é porque eu trabalho, mas, minha dedicação não é exclusiva, eu sou bolsista, mas eu já tinha explicado que eu trabalhava e eu formei trabalhando, porque se hoje eu sou advogada, mas eu trabalhava de CLT de segunda a sexta, sábado, domingo e feriado eu era manicure. Então, eu já estou acostumada, se precisasse fazer um bico à noite eu também fazia, o único problema foi essas coisas que trouxeram uma insatisfação sabe (Gonzalez, 2024).

Nesse caso, não é preciso ser profeta para entender que o preconceito presente na mentalidade de alguns professores e sua dificuldade em lidar com a diversidade, aliado ao conteúdo tendencioso dos materiais didáticos e às interações preconceituosas entre estudantes de diferentes origens étnico-raciais e sociais, acaba por desmotivar o aluno/a negro/a e prejudicar seu

aprendizado. Isso ajuda a explicar o alto índice de repetência e evasão escolar entre estudantes negros/as em comparação aos brancos/as (Munanga, 2005).

O dissenso de opiniões é comum, não só no espaço acadêmico. Entretanto, o que não pode ser normalizado nestes espaços são as atitudes racistas e o incômodo que só reincide sobre os sujeitos sobre os quais o preconceito recai. E da mesma forma, professoras, professores e demais funcionários precisam estar preparados para lidar e atender essas situações de forma responsável e não excludente. Caso contrário, o que temos como uma das consequências é o sentimento de solidão da pessoa negra (Gomes, 2021, p. 68).

Ademais, Marielle comentou que até para ter algum tipo de relação com os docentes menos hierárquica em seu programa de pós-graduação é preciso que os estudantes tenham um perfil branco padronizado, e ressalta a falta de representatividade de professores negros/as e que ela vem mobilizando discussões sobre essa fragilidade no programa.

Eu noto também que até mesmo para você ter esse vínculo menos pirâmide, com os docentes, você tem que ter um perfil específico, branco padronizado, a gente não tem um nível de representatividade dentro do departamento, em questão de mulher ou homem negro e isso tem sido bem uma discussão que eu tenho feito também (Franco, 2024).

Ademais, também é possível perceber nas falas dos/as estudantes o quanto o racismo no Brasil é difícil de ser identificado e nomeado por haja vista o discurso do mito da democracia racial ser muito presente e contribuinte para a deslegitimação do racismo. De acordo com Gomes (2005), o Brasil desenvolveu, ao longo de sua história, um tipo de racismo que atravessa nossa subjetividade, instaurado nas nossas relações interpessoais por meio do poder, controle e da hierarquização, além de ser contraditório, que se manifesta justamente por meio de sua própria negação, estando profundamente enraizado na estrutura social do país. Esse racismo possui como característica principal a sua aparente invisibilidade, o que o torna ainda mais dissimulado. Essa invisibilidade é reforçada pelo mito da democracia racial, uma construção social tipicamente brasileira.

13. Presenças epistêmicas: uma breve apresentação sobre as produções acadêmicas dos/as estudantes cotistas

Esta seção foi construída com o intuito de dar notoriedade às pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos estudantes cotistas negros/as, participantes da dissertação, nos programas de pós-graduações (mestrado e doutorado) acadêmicos da Universidade Federal de Viçosa.

Abdias do Nascimento

O estudante Abdias do Nascimento está dedicando seu doutorado em pesquisar sobre a cidade de Ouro Preto com foco na análise do processo de patrimonialização da cidade. O objetivo de sua pesquisa é analisar se há uma possível relação entre a inscrição de Ouro Preto na lista de patrimônios mundiais da Unesco e o momento histórico do sistema capitalista.

A minha pesquisa é sobre a cidade de Ouro Preto, que é uma cidade patrimônio Mundial desde 1980, então eu faço uma análise se há uma possível relação entre a inscrição de Ouro Preto nessa lista de patrimônios mundiais da Unesco e o momento histórico do sistema capitalista que vem transformando o espaço urbano em mercadorias vendáveis então a minha hipótese é que essa patrimonialização ela também se deu não apenas para Preservação Cultural e patrimonial mas para sustentar uma dinâmica de reprodução capitalista no espaço urbano da cidade que tornou a cidade uma cidade produto vendável a nível Global e ancorando a ela relações de mercantilização do espaço mesmo por exemplo a hotelaria cresceu muito o número de franquias cresceu muito na cidade é a especulação imobiliária a partir daí né. Então, essa é basicamente a minha pesquisa (Nascimento, 2024).

A cidade de Ouro Preto-MG, é considerada um Patrimônio Cultural que atrai muitos turistas o ano inteiro. Entretanto, a cidade foi construída durante o processo da escravidão e muitas vidas negras foram sacrificadas para a existência da cidade.

Ouro Preto é uma cidade de Minas Gerais muito cobiçada, no que diz respeito ao turismo, devido às suas riquezas culturais. Contudo, muitos turistas que a visitam, e até mesmo parte dos moradores do pacato município, não imaginam quantas histórias há por trás dos monumentos arquitetônicos, quantas vidas negras se perderam e o legado que a escravidão deixou na cidade (Bohrer, 2020, s.p)

Durante uma entrevista ao site da Agente Cultural de Minas, o Historiador Bohrer em 2020, mencionou que muitas pessoas ao contarem da história da criação da cidade de Ouro Preto, esquecem de mencionar a participação dos povos negros nessa construção.

A gente conta a história das pessoas que construíram a cidade, como diz o lema da Escola de Minas, ‘Cum mente et malleo’, com a mente e um martelo. Quem estava segurando esse martelo pra fazer todo o trabalho de mineração e de construção da cidade era o povo africano, eram os nossos ancestrais, então por isso que quando a gente fala que vai contar a verdadeira história, a gente vai contar a história de quem construiu a cidade. E a história que nos é contada oficialmente, ela deixa invisibilizada toda a participação dos povos negros, então quando a gente fala ‘verdadeira história’, é porque a gente está colocando essas pessoas num patamar de dignidade que elas merecem, por terem sido elas quem construíram a nossa cidade (Bohrer, 2020, s.p)

Em relação à discussão racial que estrutura a cidade de Ouro Preto, Abdias percebe que seu

trabalho possa se tornar referência com relação a essa discussão em Ouro Preto.

Acredito que ele possa se tornar uma referência principalmente para Ouro Preto que essa discussão é bastante forte sabe, e a ocupação de áreas em Ouro Preto áreas mais delicadas, é assim mais áreas mais sensíveis a problemas ambientais, socioambientais são ocupadas aqui na cidade pela população majoritariamente negra e tem acadêmicos fazendo essa pesquisa, então eu acredito que a minha pesquisa possa contribuir nesse nível teórico da discussão mesmo, porque o sistema em si né, ele é um sistema que tem a desigualdade em seu cerne, então eu acredito que eu possa trazer isso aqui a nível local eu possa fazer esse acréscimo mesmo não tratando diretamente da minha pesquisa né, sobre o tema (Nascimento, 2024).

Abdias acredita que sua pesquisa contribuirá muito com a inovação e com o conhecimento, pois, ele nunca tinha percebido uma abordagem como a que ele está desenvolvendo.

Nunca vi essa abordagem por esse viés do momento histórico mesmo em cidades e também de cidade perdão deixa formular resposta. Eu creio que sim, por eu não lembro de ter visto ainda esse viés econômico e do momento histórico capitalista ligado à cidades históricas matrimonializadas, e também não vejo muitos trabalhos que tratam do chamado espaço mercadoria em cidades de médio e pequeno porte somente cidades grandes né, e Ouro Preto é uma cidade de médio porte, então eu creio que há inovação nesse sentido (Nascimento, 2024).

Nesse sentido, Ouro Preto, como uma cidade histórica, possui um valor patrimonial significativo, e suas características urbanas e arquitetônicas frequentemente estão ligadas a seu passado colonial e a práticas de preservação patrimonial. Nesse contexto, o processo de mercantilização adquire camadas adicionais: a cidade não é apenas um "espaço mercadoria" no sentido moderno, mas também um "produto turístico" que vende a própria ideia de história e autenticidade.

Lélia Gonzalez

Inicialmente, Lélia estava desenvolvendo uma pesquisa voltada para a área de Segurança Pública, que segundo ela é um tema emergente e atual. Dentro desta temática ampla, ela estava analisando as medidas preventivas de mulheres frente aos relacionamentos abusivos e a colaboração entre a administração pública atual e outros órgãos municipais é essencial para que se possa desenvolver soluções visando mitigar o problema da segurança pública no Brasil. Mas, ela considera que embora a pesquisa esteja enegrecida, isso não será o suficiente para tratar a totalidade da questão.

Inicialmente o meu tema era voltado para a Segurança Pública, que é um tema emergente e atual, entra governo e sai governo e tem investimento de bilhões na Segurança Pública, mas a gente percebe que está no fio da meada, tão sempre investindo em equipamentos, efetivo de policial, policiamento ostensivo, mas a gente pesquisa e a gente sabe que isso não funciona. Eu estava pesquisando medidas de prevenção e a administração pública atual junto com outros órgãos municipais, para eu traçar soluções para mitigar porque a gente sabe que não vai amenizar a questão do problema da segurança pública no Brasil. Eu faço parte do LAEC que é a Liga Acadêmica de Estudos sobre criminalidade da UFV, que ajuda a extrair dados para o governo, né. Eu sou advogada, então eu tenho um contato muito direto, eu trabalho na área criminalista, então o meu dia a dia é com bandido é com policial. O meu ex-orientador falou que o meu tema estava muito amplo eu tava falando de indicadores de desempenho, de traçar medidas e depois a gente conseguir monitorar nos pontos que está com o indicie de mais violências, e começar a trabalhar naqueles lugares, nesse caso era das redes municipal né, mas nunca falou que não tava bom ou que seria muito difícil, nunca falou isso (Gonzalez, 2024).

Posteriormente, com a mudança de orientação, foi necessário que ela mudasse o seu tema de pesquisa, pois, foi uma exigência do orientador atual aceitar a orientação. Na verdade, ela continuou na mesma área central que é a de Segurança Pública, mas com outro foco de pesquisa.

Agora ela está pesquisando sobre os direitos das mulheres vítimas de violência e a falta de Conselho Municipal de apoio a essas mulheres, com foco na cidade de Ponte Nova MG.

Ele falou que essa era uma das condições né, porque não era da área dele, então ele me sugeriu novas leituras, essa era a condição para eu ter ele como orientador e eu aceitei a gente continuou falando da Segurança Pública, mas a gente filtrou delimitou um pouco o tema na questão do direito das mulheres que são vítimas de violência, a falta de Conselho Municipal de casas de apoio, aqui na cidade de Ponte Nova, onde tô fazendo estudo de caso. E aqui em Ponte Nova tem um decreto-lei que estabelece o conselho municipal de proteção às mulheres, esse conselho só existe no papel, na prática, não funciona, as mulheres são levadas da polícia militar, elas vão para a polícia civil, narram o acontecido e depois elas ficam desamparadas. Existe a patrulha da polícia militar que de certa forma dá um suporte de fiscalização, às vezes, para essas mulheres. Então têm o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Mulheres, existe verba, existe toda uma estrutura que, na verdade, ela não está funcionando e com isso, elas ficam desamparadas, elas não denunciam, elas continuam dependente financeiramente do marido e com aquela dependência emocional. Então, é isso que eu tô estudando agora e vai ser um estudo de caso porque em Viçosa já tá mais é adiantado em Ponte Nova, mata muita mulher em Viçosa, tem muito crime, mas não tanto feminicídio. Então, Viçosa tem a Casa de Apoio das Mulheres, tem o Conselho Municipal de Direito das Mulheres. E o professor elogiou, falou que agora a gente tá conseguindo caminhar, porque depois de muita cobrança, muita leitura, a gente consegue encaixar no caminho certo e entender o que o professor tá querendo né. Aí ele pediu uma introdução de três páginas, descarregar no papel é fundamental, agora ele vai me ajudar a filtrar essas páginas né, porque como eu tive um bloqueio e aí ele me passou várias leituras e eu já estou na fase do referencial teórico só que

eu não sei se vai dar tempo de apresentar, porque nessa fase do projeto, eu entendo que já tenha que estar com ele pronto, com o estudo de caso pronto. Ai eu não sei o que vai acontecer (Gonzalez, 2024).

Lélia também menciona que, no processo de mudança de orientação, sugeriram a ela falar sobre a temática do racismo, mas ela inicialmente desconsiderou, pois ela já é atravessada cotidianamente pelo racismo e que não queria discutir a temática dentro da universidade. O racismo incide de maneira avassaladora na vida de uma mulher negra, carregando estereótipos desde o período da escravidão, com marcas de negação, exploração e tentativas de controle sobre suas subjetividades, seja pela herança escravagista ou pelo patriarcado persistente (hooks, 2019).

Ai o professor, a outra professora, me deu uma dica para eu levantar a bandeira do racismo só que eu penso, eu to falando da questão da segurança pública, eu sou negra sou militante sou atuante nos movimentos negros, mas eu não quis discutir racismo na universidade. Até porque eu vivo racismo todos os dias, eu vivo racismo na minha profissão e para falar bonitinho tudo, mas a realidade é outra e o racismo é uma coisa que me dói então né. Então, eu não quis levantar essa bandeira e eu entendo que é um direito meu poder escolher o tema e fundamentar minha pesquisa de acordo com o que eles querem lá (Gonzalez, 2024).

No entanto, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa ela observou a necessidade de se discutir a questão racial na sua pesquisa, pois percebeu que o maior número de pessoas negras carcerárias são pessoas negras e que o índice de violência contra mulher, as mais afetadas são as mulheres negras. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que apontam um crescimento de 381,3% da população negra encarcerada entre 2005 e 2022, em contraste com um aumento de 215% da população branca no mesmo período, evidenciam de forma contundente a seletividade racial do sistema penal brasileiro. Em 2022, 68,2% do total da população prisional era negra, o maior percentual registrado na série histórica, reforçando como o racismo estrutural permeia as práticas do sistema de justiça (Bocchini, 2023). Ainda em 2022, a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública destacou que quase 70% dos casos de violências no Brasil, 65,6% são sofridos por mulheres negras no país (Uol, 2023).

Historicamente, o imaginário social da mulher negra na sociedade é marcado internacionalmente pela incidência das desigualdades de gênero e raça.

Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular [...] Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (Gonzalez, 1984, p. 191-192).

A "mulata" refere-se a um símbolo da violência histórica das mulheres negras escravizadas e sexualmente exploradas pelos senhores de engenho, violência que o Carnaval retrata simbolicamente, reforçando o mito da democracia racial de forma a afetar, especialmente, a mulher negra. A empregada doméstica expõe outro aspecto dessa mesma violência: a exploração cotidiana e hierárquica no espaço doméstico. Já a figura da "mãe preta", a mulher negra que, ao cuidar das crianças brancas, educá-las e transmitir histórias, exerce a função de mãe e, ao mesmo tempo, subverte o papel da raça dominante. Nessa atuação, a "mãe preta" ocupa um papel paradoxal, simbolizando a subversão e resistência frente ao sistema racista e sexista (Gonzalez, 1984).

Olha, o que acontece nessa questão toda de segurança pública, os negros são os mais prejudicados, isso não é achismo, é comprovado né, o número de pessoas presas nas penitenciárias carcerárias são pessoas negras, a maioria das mulheres vítimas de violências são as mulheres negras, dificuldades de emprego e escolaridade. Então, eu terei que abordar a questão racial, mas eu vou ter dificuldade de fazer esse recorte. Até porque eu extraí do Atlas de Segurança Pública que o número de mulheres negras vítimas de violências são maiores em relação às mulheres brancas. Com relação às mulheres tem vários obstáculos, as dificuldades na inserção no mercado de trabalho, vem a questão da escolaridade, tem várias outras questões que daria outra pesquisa. Como eu não vou ter tempo e se ele tivesse me falado antes, a gente ia tá trabalhando e iria surgir um excelente trabalho, como eu não vou ter tempo, eu vou ter que ficar bem delimitada. Eu trouxe a questão de gênero na introdução, saiu os dados do atlas né, falei sobre as dificuldades dessas mulheres de denunciar, até porque a questão do emprego, a inserção a melhores cargos né, em regra elas recebem menos isso faz que elas fiquem muito dependentes do marido e elas acabam voltando. É muito complicado, eu fiquei muito empolgada de trazer a questão das mulheres negras, mas não o tempo não vai permitir. O professor achou maravilhoso, mas aí a gente não está falando só do racismo, é um problema real que a gente precisa trazer para a academia (Gonzalez, 2024).

Lourdes Bandeira (2014) argumenta que a violência contra a mulher não decorre de atitudes e pensamentos voltados para destruir alguém considerado como igual e possuidor do mesmo valor e condições de existência que o agressor. Pelo contrário, essa violência é motivada por desigualdades enraizadas na diferença de sexo, iniciando-se no ambiente familiar, onde as relações de gênero são estabelecidas por meio de hierarquias. No entanto, Bandeira reconhece que fatores como raça, idade, classe social, entre outros, podem alterar essa dinâmica familiar e a posição da mulher dentro dessa hierarquia. Para mais, ao realizar estudos sobre a academia, ela percebeu que a universidade e o governo não gostam de abordar essas questões e faz com que a Segurança Pública tenha algumas falhas, ela sente que há UFV não ver inovação no seu trabalho, mas em outros ambientes, sim!

E eu li muita coisa sobre a questão da academia, ela não gosta de tratar da questão da Segurança Pública, as pessoas não gostam de mexer nesse problema, até mesmo o governo, entra governo e sai governo e a situação continua a mesma. A Política Nacional de Segurança Pública apresenta falhas, ela apresenta lacunas e ninguém quer mexer nessas lacunas. Só que eu achei que era um tema bom, para mim, trabalhar na academia, né. Teve uma aula de um grande professor, ele falou assim que as pesquisas são sempre as mesmas. Então, ele queria uma inovação. Então, foi muito trabalhoso eu li muita coisa para mim falar alguma coisa sobre Segurança Pública, sabe. E eu fui convidada agora, para sábado para falar sobre atuação da polícia militar em relação à quilombolas e negros, na palestra vai ter uma palestra em Belo Horizonte né, meu trabalho tem relevância para todo mundo menos para a UFV, entendeu? A UFV descarta qualquer possibilidade de novidade, ela fala que ninguém inventou a roda, a gente pode até achar que é um fato novo, mas para eles não vai ser, segurança pública não é nenhuma novidade para o Brasil, traçar algumas medidas além das atuais porque as atuais já desenvolvem o policiamento ostensivo, polícia, bandido e poder judiciário essas coisas assim, se a gente conseguisse implementar-se medidas, no caso, eu pensei no nível municipal porque é ali o município que a violência acontece, é muito difícil a pessoa ser agredida fora do seu município, então se começar a cuidar pequeno, vai tomar uma proporção que pode ser utilizada por outros municípios e podem chegar até nível nacional. Só que aí a gente não sabe né, aí a gente estuda, é comprovado, mas a UFV mostra que não é isso (Gonzalez, 2024).

Diante do depoimento de Lélia, percebe-se que a segurança pública no Brasil, é baseada principalmente no policiamento ostensivo, na atuação do sistema judiciário e tem mostrado limitações. Embora importantes, essas medidas sozinhas não conseguem abordar as causas profundas da violência. É necessário pensar em soluções complementares, especialmente no nível municipal, já que é nos municípios que a maioria das situações de violência acontece. Focar no local pode ser uma forma eficiente de iniciar mudanças que, a longo prazo, possam se expandir para outras cidades e até atingir o nível nacional.

Antonieta de Barros

A estudante Antonieta de Barros vem desenvolvendo uma pesquisa sobre o trabalho de funcionários que prestam serviços para empresas de aplicativos de corridas. A pesquisa de Antonieta, considera o trabalho por aplicativo de corrida, um trabalho precário, sem os direitos trabalhistas necessários. Sua bagagem teórica está sendo desenvolvida com base no termo de urberização utilizado pela Ludmila Abílio. Além da Ludmila Abílio, ela estuda autores, como, Ricardo Antunes e Rafael Groisman.

A minha pesquisa é basicamente para entender como esses trabalhadores, que no caso são os empregadores e os transportes de passageiros, têm se organizado e se mobilizado coletivamente para tentar de alguma forma enfrentar essas situações

precárias, sabe? Porque é uma categoria nova de emprego né trabalhadores por aplicativo surgem a partir do surgimento da plataforma né, aqui no Brasil fazendo esse recorte do Brasil, a partir de 2014 que quando começa surgir né e vir as primeiras plataformas para cá, como, por exemplo, um Uber e aí vai ter o iFood e tal é quando chegam essas plataformas aqui ao Brasil (Barros, 2024).

Em seguida, a estudante faz uma breve contextualização de como foi a chegada desses aplicativos no Brasil, destacando que eles foram recebidos de forma bem atrativa pelas pessoas que tinham a possibilidade de trabalhar nesse setor de trabalhos informais, surgindo como uma solução “milagrosa”. No entanto, a empresa utilizou esse status de inovação para atrair os trabalhadores e conseguir mão de obra barata, segundo ela, foi exatamente no momento em que as pessoas estavam começando a ter mais acesso aos celulares e isso possibilitou uma propagação maior das plataformas e apto para o funcionamento das plataformas.

A plataforma surge e ela quer se disseminar no mercado, porque ela ainda não é conhecida, então ela quer se disseminar e ela precisa de mão de obra rápida e barata, então ela entra no mercado que está com muito desemprego, então ela vai conseguir atrair esses trabalhadores. Fora isso, foi no momento também que as pessoas estavam começando a ter celular e terem internet. Hoje em dia, praticamente todo mundo tem celular com internet, ou seja, é um serviço divulgado e que está apto para funcionar. A partir do momento que você tem um celular e tem internet, você vai conseguir solicitar esse serviço (Barros, 2024).

Nesse contexto é necessário, discutir sobre a precarização do trabalho, onde pessoas pobres e negras estão em condições subalternas de empregos. Essa realidade também é considerada como um novo modo de escravidão moderna. A escravidão moderna reconhece que a escravidão foi formalmente abolida, mas o preconceito, o racismo e a intolerância permaneceram associados à cor negra. Isso se manifesta tanto nos espaços de trabalho quanto nos serviços prestados em instituições, que historicamente marginalizaram os/as negros/as. Assim, muitos acabam dependentes das oligarquias para obter emprego, numa relação de poder marcada pela exploração, onde sua força de trabalho é avaliada com base na necessidade urgente de subsistência (Lopes, 2017).

o escravo moderno desaparece, mas vivenciamos um novo tipo de escravidão, que é aquela por dívida ou escravidão contemporânea, sendo que ela não tem cor, mas é provida da ilegalidade, da superexploração do trabalho para a reprodução do capital, expropriando trabalhadores, negros, remanescentes de quilombos, camponeses, extrativistas, posseiros, para dar lugar à expansão e à territorialização capitalista (Lopes, 2017, p. 24).

De acordo com Antonieta, com o sucesso na expansão das plataformas, as empresas

precisavam de mais trabalhadores e, a partir disso, essas empresas começaram oferecer serviços como forma de atrair os trabalhadores, pagando “melhor” e utilizando dos discursos de que esses trabalhadores seriam autônomos, com o próprio horário de serviço, poderiam trabalhar com seus próprios meios automóveis. Além disso, essas empresas ofereciam muitos cupons de descontos para seus clientes e os serviços de corridas mais baratos, com o intuito de conquistar também os clientes. Só que com o decorrer dos tempos as plataformas começaram a se erguer no mercado, porém esses trabalhadores são considerados autônomos e sem nenhum vínculo empregatício. No entanto,

A gente vive um momento que a ideologia neoliberal é dominante, então acaba que a gente vive essa lógica mesmo de cada um por si né, tipo assim, eu sou o meu próprio chefe de mim mesmo, então eu tenho que ter toda a responsabilidade sobre mim mesmo, se eu quiser melhorar eu tenho que trabalhar muito mesmo, trabalhar, 12, 14, 15 horas que eu pelo meu mérito vou conseguir algo melhor. Então, é complicado porque tem essa ideologia sabe de se acreditar muito nessa meritocracia que no final não existe né assim, eu pelo menos não acredito porque a gente não parte de condições iguais, então não tem como se falar em meritocracia, mas infelizmente tem essa ideologia né dominante, hegemônica, que acaba influenciando os pensamentos das pessoas (Barros, 2024).

A combinação entre o racismo histórico e a ideologia meritocrática faz com que a desigualdade racial, expressa por meio de pobreza, desemprego e falta de recursos, seja interpretada como uma carência de mérito individual. A meritocracia se manifesta através de mecanismos institucionais, como vestibulares e concursos públicos. Dado que a desigualdade educacional está vinculada à desigualdade racial, mesmo em sistemas de ensino públicos e universais, o perfil racial daqueles que ocupam cargos de prestígio no setor público e dos estudantes das universidades mais concorridas reforça a ideia de que competência e mérito estão geralmente associados à branquitude, masculinidade, heterossexualidade e cisnormatividade (Almeida, 2019).

Então assim, é complicado, na minha pesquisa eu quero ver justamente isso, se tem essa mobilização se não tem ou o que impede ou o que dificulta, então é mais nesse sentido, pensando que né que a pesquisa justifica porque igual aos autores que eu leio que eu cito na minha pesquisa, essa pode ser uma tendência que não vai ficar só com trabalhadores empregadores só com motoristas né, a tendência é isso disseminar para todo mundo do trabalho né, para todos os outros setores, aí então pensa, então vai ter emprego cada vez mais tem direitos tem garantia onde o trabalhador vai estar assim né nessa lógica só tem que produzir cada vez mais ganhando cada vez menos. A importância da pesquisa é nesse sentido, né? Da gente entender todas essas questões e de se fortalecer enquanto classe trabalhadora mesmo (Barros, 2024).

A pesquisa toca em uma questão central e urgente: a precarização do trabalho e seus impactos na classe trabalhadora, especialmente em setores onde as desigualdades históricas, como o racismo, são mais evidentes. A busca por entender as mobilizações (ou a falta delas) diante dessa realidade é crucial, pois revela os desafios e as barreiras que impedem uma resistência mais ampla e efetiva.

Essa lógica de "produzir mais ganhando menos", que se espalha para diferentes setores do trabalho, aponta para uma tendência global de flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas. Isso pode reduzir ainda mais os direitos conquistados, colocando o trabalhador em uma posição vulnerável e dependente. O problema é que, nesse modelo, a dignidade do trabalho é frequentemente substituída pela lógica de mercado, em que se vive em uma sociedade capitalista, em que a força de trabalho é valorizada unicamente pela sua capacidade de gerar lucro, e não pelas necessidades ou direitos do trabalhador.

bell hooks

A estudante bell hooks também passou pelo processo de troca de orientação e isso fez com que ela precisasse trocar de tema de pesquisa. Inicialmente, ela estava pesquisando sobre o Estágio Supervisionado na sua área de formação inicial. Atualmente, a sua pesquisa é sobre Educação Antirracista em uma Escola pública de Viçosa-MG e, busca tecer diálogos e mobilizações em prol de uma educação antirracista, por meio da análise de literatura antirracista existente na escola por meio do Regimento Escolar²⁸, questionários e a realização de rodas de conversas²⁹ para atentar-se à percepção dos/as professores/as acerca da temática.

Então, na minha pesquisa, o título é: Construindo Pontes e Diálogos em prol de uma educação antirracista em uma escola pública de Viçosa. E aí, o que a gente pretende fazer, primeiro a gente vai fazer um levantamento bibliográfico sobre os livros que tem na escola, que trabalham a temática educação antirracista e aí também nós iremos fazer a análise do Regimento dessa escola e do projeto político pedagógico da escola para que a gente perceba nesses documentos como que está colocada a proposta da educação antirracista e das leis 10.639 e 11.645 que vai

²⁸ O regimento escolar é o documento que formaliza todo o funcionamento, a estrutura, a organização e as normas de uma instituição de ensino. As diretrizes contidas nele orientam as áreas administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da escola. Esse documento atua como um guia de direitos e responsabilidades para todos os membros da comunidade escolar.

²⁹ Uma roda de conversa é uma dinâmica em grupo onde os participantes se reúnem para dialogar sobre temas específicos, em um ambiente colaborativo e respeitoso. O objetivo é promover a troca de ideias, experiências e pontos de vista, permitindo que todos os presentes participem ativamente e tenham voz. Esse formato é muito utilizado em ambientes educacionais, comunitários, terapêuticos e corporativos, ajudando a desenvolver habilidades de escuta, empatia e expressão pessoal.

tratar sobre o ensino das Culturas Indígenas, Africana e Afro-brasileira nas escolas. Então, depois, nós iremos realizar rodas de conversas com os professores do Ensino Fundamental I e II. E aí então, a gente vai nessas rodas de conversas falar um pouco sobre o racismo, o que é o racismo, trazer pros professores. Além disso, nós vamos aplicar um questionário para que a gente possa traçar o perfil desses professores e nessas rodas de conversa a gente vai discutir sobre a educação antirracista, como os professores têm trabalhado, se têm trabalhado, como tem sido esse trabalho. Então, o que a gente pretende, além de ouvir esses professores, é contribuir com o trabalho de outros professores com os resultados dessa pesquisa (hooks, 2024).

Sua pesquisa está sendo construída com base em dois trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal de Viçosa, como o da Lillian Rodrigues e da Tainara Barros. Essas autoras realizaram pesquisas sobre a educação antirracista na educação infantil. E além dessas duas autoras, bell hooks se apoia em Nilma Lino Gomes e Silvio de Almeida que tratam sobre o racismo estrutural.

A educação antirracista é um processo educacional que tem como objetivo combater o racismo em suas diversas formas, promovendo a igualdade racial e a valorização da diversidade. Ela busca transformar o ambiente escolar e outros espaços de aprendizado em locais onde as histórias, culturas e vozes de grupos racializados, especialmente daqueles que historicamente foram marginalizados, sejam reconhecidas e respeitadas. Essa abordagem não apenas reconhece as desigualdades existentes, mas também trabalha ativamente para desconstruí-las.

A importância da educação antirracista está em sua capacidade de formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de reconhecer e enfrentar práticas racistas no cotidiano. Por meio dela, é possível reduzir preconceitos, desconstruir estereótipos e incentivar o respeito às diferenças. Além disso, a educação antirracista contribui para a valorização das contribuições culturais, sociais e históricas de grupos marginalizados, como os povos africanos e indígenas, promovendo maior inclusão e pertencimento.

Outro aspecto relevante é a sua atuação na formação de uma sociedade mais justa e emancipatória. Ao educar as novas gerações sobre as raízes históricas do racismo, como a escravidão e o colonialismo, e ao estimular a reflexão crítica sobre as desigualdades estruturais, a educação antirracista ajuda a construir um futuro em que todos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e participação. Assim, ela se torna uma ferramenta essencial na luta pela equidade e pela justiça social.

Zumbi dos Palmares

Zumbi dos Palmares está dedicando o seu doutorado a realizar uma análise sobre os materiais presentes nos rejeitos de minério de ferro. O intuito da pesquisa é contribuir para a diminuição das catástrofes causadas pelos rompimentos de barragens de rejeitos de minério de ferro.

Então, no doutorado estou promovendo uma pesquisa relacionada à estabilização de rejeito minério de ferro, onde que vai utilizar por meio de um geopolímeros vendo o ácido fósforo é uma coisa nova são na verdade não achei nada referente a isso então por isso tá sendo um trabalho difícil sem respaldo técnico bibliográfico e é principalmente devido àquela questão da catástrofe de Mariana, Brumadinho, daqueles processos que envolveu. Tem um objetivo, uma esperança de melhorar as barragens que de rejeitos de forma que aqueles incidentes eles sejam minimizados e que o solo, os rejeitos eles sejam com uma resistência maior então o nível de ruptura ele será espera-se tangível abaixo de zero ou próximo de zero e quanto os autores são mais autores internacionais que envolvem nessa pesquisa, ainda mais por ser uma coisa nova. Entretanto, tem muitos autores brasileiros que estão nessa temática, mas não envolvendo a ativação ácida, só mais na ativação alcalina. Então, essa questão da ativação ácida, ela vem como meio inovador entre aspas dentro dessa área da mineração (Palmares, 2024).

As catástrofes ocorridas em Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, citadas por Zumbi dos Palmares, foram desastres ambientais causados pelos rompimentos das barragens de rejeitos de minérios, destruindo e contaminando por onde passaram, além de matar muitas pessoas. Pesquisas e dados indicam que a maioria da população atingida por esses crimes ambientais foram as pessoas negras e de baixa renda.

Na tragédia de Brumadinho, nos primeiros quilômetros do trajeto percorrido pelo rejeito, 63,8% da população era composta por pessoas não brancas. Esse percentual supera as médias tanto do município (52,5%) quanto do estado (54,6%). Nas áreas identificadas como as mais afetadas, tanto em termos de população quanto de residências, esses índices são ainda mais elevados. Em Parque Cachoeira, por exemplo, a proporção de não brancos/as alcançava 70,5% (Pina, 2019). A catástrofe iniciada em Mariana se devastou para várias cidades mineiras e capixabas, dentre essas cidades, também observou que as pessoas negras atingiram um percentual mais alto.

Bento Rodrigues com uma população 84,3% negra se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeito rompida; Paracatu de Baixo com 80% se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira afastado aproximadamente 62 km da barragem apresenta 70,4% da população negra, cidade de Barra Longa com 60,3% da população negra dista cerca de 76 km da barragem aproximadamente. Foram,

sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos (Wanderley, 2015, s.p).

Nesse sentido, é necessário fazer uma discussão acerca do racismo ambiental e seu impacto na vida de pessoas negras. O racismo ambiental representa uma violação dos direitos humanos, caracterizando-se como uma forma de discriminação promovida por ações, políticas ou omissões de governos e do setor privado. Essas práticas, intencionais ou não, prejudicam o meio ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança de comunidades, trabalhadores, grupos e indivíduos, considerando fatores como raça, classe, gênero, e/ou origem nacional (Seguel, 2013). Para Pacheco (2006, p. 10),

chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. [...] O racismo ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.

Dessa forma, o racismo ambiental não é apenas uma questão ecológica, mas uma violação de direitos humanos que reforça desigualdades históricas e compromete o futuro de milhares de pessoas negras.

Maria Carolina de Jesus

Maria Carolina de Jesus está realizando um estudo sobre os materiais não estruturados, com foco em materiais de Calcógenos de metade de transição.

Pesquisa principalmente materiais não estruturados e aí nessa gama de materiais não estruturados, eu o meu foco em materiais de calcógenos de metade de transição são materiais, essencialmente bidimensionais. E aí, a questão desses materiais é que quando eles estão em baixa espessura nesse regime de nanoestrutura, a física delas é um pouco diferente do que a gente vê, quando ela tá em cristais né, em coisas maiores, em coisas visíveis. Então, o que eu estudo é fabricar esses filmes, esses materiais, caracterizados. E aí tem diferentes formas de fazer isso, ver se o material tem boa qualidade, se o material que tô fazendo tem qualidade, se ele é reprodutível e tudo mais e aí posteriormente aplicá-los, aplicá-las em alguma tecnologia. Digamos assim, e aí o que a gente trabalha aqui no neste laboratório é o ramo da Spintrônica que é eletrônica de Spin, que esses materiais eles vão eles vão auxiliar né, porque materiais de baixa dimensionalidade vão melhor vão ajudar a gente estudar essas dinâmicas de Spin do elétron (Jesus, 2024).

Nesse sentido, a pesquisa de Carolina concentra-se na exploração de materiais não

estruturados, especificamente em calcogenetos de metais de transição bidimensionais. Esses materiais, quando reduzidos a espessuras extremamente finas (em um regime de nanoestrutura), apresentam propriedades físicas distintas das observadas em cristais de maior tamanho ou materiais macroscopicamente visíveis. Esse trabalho envolve a fabricação, caracterização e análise da qualidade e reprodutibilidade desses filmes finos para garantir que eles atendam aos padrões desejados, visando, no futuro, aplicá-los em tecnologias avançadas.

No laboratório, o estudo está direcionado à Spintrônica, um campo da eletrônica que se concentra no spin dos elétrons para processar informações. Materiais bidimensionais são especialmente promissores nesse contexto, pois facilitam a investigação das dinâmicas do spin dos elétrons devido às suas propriedades de baixa dimensionalidade. Assim, esses materiais podem trazer contribuições valiosas para novas aplicações tecnológicas em Spintrônica, onde o controle e manipulação do spin em escala nano são fundamentais.

Malcolm X

Malcolm X está dedicando sua pesquisa de mestrado a se aprofundar no mundo da literatura, fazendo uma análise dos três conceitos que ele considera importantes: o letramento, o letramento literário e o letramento geográfico. Durante o desenvolvimento de sua pesquisa, Malcolm teve facilidade em encontrar autores que teorizam os conceitos de letramento e de letramento literário, como, por exemplo, os autores Magda Soares e Rildo Cosson.

Eu sou geógrafo né, mas a minha pesquisa ela pega muito também a questão da literatura então eu pesquiso o letramento, três conceitos importantes do letramento, o letramento, letramento literário e letramento geográfico. No letramento, a principal autora que dá fundamento para a minha pesquisa é a Magna Soares, ela era professora da UFMG infelizmente faleceu no ano passado e ela foi quem cunhou o termo letramento do Brasil. Sobre o letramento literário o principal autor é Rildo Cosson, ele hoje trabalha no Ministério da Educação, se não me engano. Assim, o letramento literário tem vários autores que falam, mas ele é o principal nome que propõe metodologias pra gente conseguir aplicar isso no mundo prático, na escola e tudo. Mas então, a minha pesquisa está utilizando uma metodologia que chama sequência básica do letramento literário (Malcolm X, 2024).

Adiante, Malcolm observou uma dificuldade em encontrar autores que abordam e/ou conceituam sobre o letramento geográfico, observando que poucos autores abordam letramento geográfico e de maneira mais superficial, onde as ideias ainda não foram organizadas e consolidadas. Assim, Malcolm percebeu a necessidade de contribuir com a discussão, buscando

conceitualizar o letramento geográfico. A partir disso, ele passou a reunir os dados que já haviam sido produzidos sobre a temática

Refletindo sobre isso tudo, eu me perguntei né e o letramento geográfico? Será que existe? E aí pesquisando eu percebi que muito pouco foi escrito, muito poucos autores se meteram a falar e principalmente a conceituar sobre o letramento geográfico. Eu vejo principalmente pessoas que utilizam o termo letramento geográfico para tentar explicar uma situação da sua pesquisa ou para fazer uma perfumaria né, alguma coisa estética ali, né. Colocando vários nomes, mas na verdade não ataca um conceito de frente, encontrei muito poucos trabalhos que buscam conceito de letramento geográfico. Então, eu tô pegando todos esses trabalhos que falaram um pouquinho e tô tentando compilar essas informações para ver o que elas têm de divergente, o que elas têm de convergente, o que que elas se excluem ou o que que elas concordam. Enfim, tentar conceituar também o letramento geográfico. E aí, é um exercício conceitual teórico filosófico que quando qualquer resultado que dá, qualquer resultado é fruto de um momento eureka quando você tem um despertar uma informação você conseguiu cruzar com sucesso uma informação na cabeça e fala nossa. Então é isso aí é e o avanço ele é muito lento, mas a alegria é muito grande quando a gente consegue né da própria cabeça pensar logicamente como esses conceitos se relacionam. Então, o meu trabalho, eu busco principalmente na literatura esse apoio, aí essa a minha pesquisa sobre o letramento, letramento literário e tentar conceituar o letramento geográfico (Malcolm X, 2024).

Esse esforço de análise e síntese, além de reunir ideias de diferentes fontes, busca estruturar uma base conceitual sólida para o letramento geográfico, que possa servir de referência para futuras pesquisas. É um trabalho que exige um olhar crítico e uma mente aberta para estabelecer relações lógicas entre conceitos, visando uma definição mais clara e fundamentada.

Essa pesquisa de Malcolm não apenas contribui para o campo do letramento geográfico, mas também toca na prática interdisciplinar e filosófica do letramento em si, explorando como as pessoas adquirem habilidades e compreensões específicas para ler e interpretar o mundo ao seu redor. O processo de construir um conceito como esse é lento e desafiador, mas o prazer de alcançar esses "momentos eureka" reforça a recompensa intelectual e pessoal do ato de investigar e teorizar.

Marielle Franco

A Marielle Franco foi aprovada no mestrado com a temática sobre os projetos de ressocialização das mulheres negras encarceradas, com foco no presídio feminino Eliane Betti localizado em Juiz de Fora-MG.

A minha temática aprovada na seleção foi a princípio para analisar os projetos de ressocialização presentes numa penitenciária chamada Eliane Betti de Juiz fora.

Analisar como as mulheres negras dentro dessa penitenciária elas passam por esse processo de ressocialização, entendendo que esses processos não anulam ou minimizam os estigmas que elas já carregam consigo. Então, como seriam esses projetos de ressocialização dentro da vida dessas mulheres negras? (Franco, 2024).

Entretanto, devido ao tempo de o mestrado ser muito curto para realização de uma pesquisa de campo e ela não ter conseguido a bolsa de estudos, Marielle e sua orientadora optaram por mudar o tema de estudo. Assim, Marielle passou a analisar trabalhos (teses e dissertações) desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Viçosa, com foco nos estudos sobre Quilombo. A abordagem metodológica para a realização desse estudo foi a Revisão Sistemática, buscando identificar as pesquisas que abordam as temáticas: quilombo, identidade e território. Essa temática sobre quilombo, já era algo presente na vida de Marielle, pelo fato de sua mãe ser uma mulher quilombola.

A minha pesquisa se baseia em analisar as produções de teses e dissertações da Universidade Federal de Viçosa sobre as produções de quilombo, sobre a temática do quilombo. E aí, eu venho analisando e fazendo uma revisão sistemática dessas pesquisas de pós-graduação, identificando como essas pesquisas elas tratam quilombo, identidade e território, dentro delas, a gente tem uma plataforma na universidade que se chama Locus. E aí, o Locus tem sido o meu objeto de estudo, justamente porque é um repositório institucional da UFV, onde todas as pessoas que fazem pesquisa na UFV elas vão e colocam dentro desse espaço, como se fosse a nossa Biblioteca Virtual (Franco, 2024).

O aporte teórico da pesquisa Marielle, está sendo fundamentado em pesquisadores/as negros/as, “a ideia principal, é a gente trazer sempre autores negros e negras para trabalhar com essas questões. Então, eu venho trabalhando com a Patrícia Collis pra gente falar sobre identidade, com a Lélia Gonzalez, Munanga e Cida Bento, Nego Bispo e a Beatriz Nascimento”. Isso, devido ao fato de os territórios quilombolas serem ambientes com uma ancestralidade muito forte. “O objetivo é identificar essa questão dos quilombolas, identidade e território. Essas pessoas entendem que o território quilombola tem essa presunção dessa ancestralidade negra, relacionada à resistência, à opressão. Enfim, histórica, então eu venho trabalhando” (Franco, 2024).

Marielle, percebe que as discussões sobre quilombolas ganham mais notoriedade fora do ensino superior, destacando que a universidade é um ambiente excludente, dando visibilidade somente para as temáticas que são de interesse próprio. Sendo assim, Marielle menciona que seu trabalho possui relevância tanto acadêmica e social, ressaltando a importância de levar para a universidade essas discussões que para a instituição são de relevância.

A questão quilombola é uma questão que vem sendo trabalhada e a gente sabe que ela é predominantemente negra. Mesmo, a gente tendo algumas pessoas que se certificam dentro dessas áreas e territórios que não são negras, mas que por morarem ali e enfim terem família perto acabam se certificando. E a gente vê que cada vez mais tem ganhado campo dentro de algumas discussões fora da universidade, mas não tem ganhado campo dentro da academia, porque a academia como eu falei, ela ainda é muito excludente, ela fica ali somente dentro daquilo que ela considera que é legal. Enfim, eu acredito que para dentro dessa área, acho que tem total relevância, que a gente chama né de relevância tanto social, quanto acadêmica, justamente por isso, porque a gente entende que quanto mais se se traz para dentro desses espaços, mais se se fortalece a discussão e principalmente essa questão do quilombo, porque a gente ainda tem trabalhado com a tanto a ressurgência quanto a questão da documentação de muitos quilombos que ainda não possuem, e essa é uma estratégia também de fortalecimento para essa documentação, essa ressurgência quilombola mesmo (Franco, 2024).

Por meio da realização de sua pesquisa, Marielle poderá compreender a formação histórica, cultural e social do Brasil, além de dar visibilidade às lutas e conquistas da população quilombola no país. As comunidades quilombolas, formadas inicialmente por negros/as escravizados/as que resistiram à opressão e buscaram liberdade, representam marcos de resistência e preservação cultural que permanecem vivos até os dias de hoje. Ademais, os estudos sobre quilombolas permitem a valorização de práticas culturais únicas que resistiram ao longo do tempo, como tradições religiosas, festas, culinária, artesanato e sistemas próprios de organização social. Essas práticas, muitas vezes ameaçadas pela globalização e pela hegemonia cultural, precisam ser documentadas e protegidas, tanto como parte da memória coletiva quanto como expressão da riqueza cultural do país.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa de mestrado, buscou-se investigar o perfil de cotistas ingressantes nos Programas de Pós-Graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Centro de Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2022 e 2023. Para atingir uma compreensão da presença e da agência dos estudantes cotistas negros/as participantes da pesquisa, definiram-se quatro objetivos específicos. O primeiro foi realizar o diagnóstico quantitativo de discentes cotistas que ingressaram nos Programas de Pós-Graduação (mestrado ou doutorado) na UFV no CCH e CCE (2022 - 2023). De acordo com os dados da Pró-reitoria, há 21 estudantes cotistas negros/as nos centros de CCH e CCE, sendo 12 do CCE e 9 do CCH.

O segundo objetivo buscou identificar quais programas de pós-graduação do Centro de Ciências Humanas e Ciências Exatas da UFV adotam a política de cotas raciais e em quais áreas a presença de cotistas negros/as se dá de forma efetiva. A universidade possui a Resolução n.º 10/2018, revogada pela n.º 08/2019, que prevê ação afirmativa para inclusão de pessoas negras

(pretas e pardas), indígenas e com deficiência nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Universidade, porém a porcentagem de reserva de vagas é de apenas 20%. "A UFV apresenta um quantitativo de 20% a 50% de reserva de vagas para AA, mas, a partir da leitura dos editais para ingresso em 2022 e 2023, todos os programas optaram pelo mínimo, ou seja, 20%" (Anjos et al., 2023, p. 9). Entendemos que essa oferta mínima de vagas não é suficiente para que haja uma diversificação mais efetiva do perfil dos estudantes nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Viçosa.

Ainda respondendo ao segundo objetivo, a partir dos dados do questionário enviado aos estudantes e da listagem da Pró-reitoria, observa-se uma presença maior de estudantes negros/as no CCH. O terceiro objetivo procurou investigar se há desafios enfrentados pelos/as cotistas negros/as e quais são eles, quanto à sua permanência nos programas de mestrado ou doutorado dos centros CCH e CCE. Diante dos relatos dos/as estudantes, observou-se que eles experienciam e/ou enfrentaram desafios relacionados à sua permanência nos programas de pós-graduação, tais como: desafios frente às violências do racismo, sexismo e classismo, a falta de representatividade nos programas de pós-graduação, tanto por parte de colegas negros/as quanto de professores negros/as, problemas com orientadores/as, falta de apoio da gestão dos programas, falta de materiais necessários para a realização da pesquisa, dificuldades em conciliar trabalho e estudo, insuficiência com relação ao valor da bolsa de estudos para a subsistência. Muitos desses enfrentamentos, que seriam individuais, passam a ser coletivos por se repetirem nas trajetórias acadêmicas dos/as estudantes.

O quarto objetivo teve como propósito mapear as produções científicas agenciadas por cotistas negros e negras nos programas de pós-graduação e como essas produções se relacionam com as temáticas raciais e/ou de gênero. Das oito pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos/as estudantes cotistas, como racismo ambiental, violência contra mulheres, educação antirracista, somente a pesquisa da estudante Maria Carolina de Jesus não possui relação com as questões raciais e/ou de gênero. Pesquisar sobre as questões de gênero e raça, que ainda são tabus para a sociedade, é mais do que um empreendimento acadêmico; é um ato político, um posicionamento que desafia narrativas hegemônicas e marca a presença de vozes historicamente silenciadas. Esses/as estudantes negros/as ocupam um lugar fundamental na reestruturação dos saberes e na demarcação de agências epistêmicas, produzindo conhecimento que não apenas explica o mundo, mas também busca transformá-lo.

O quinto objetivo teve como propósito analisar se há alguma diferenciação no que tange à presença e às agências dos estudantes cotistas entre os centros de Ciências Exatas e Humanas da UFV. Foi observado que nos programas de pós-graduação do CCE é mais difícil a aquisição de materiais devido ao alto custo. Além disso, no CCE, há uma presença marcante de sexismo em relação à escolha dos professores, que optam por orientar apenas estudantes homens.

Destacamos aqui a importância das políticas de ações afirmativas, via cotas raciais, na vida dos/as estudantes negros/as, não só como uma forma de ruptura de sistemas de exclusão que vêm se reverberando na sociedade racista, elitista e classista em que vivemos, mas também como uma oportunidade de melhoria de vida por meio da ascensão social. Por fim, com vistas ao aprimoramento e ao acompanhamento desta política, são necessárias pesquisas que realizem trabalhos com os discentes negros/as cotistas egressos dos programas de pós-graduação, com o intuito de averiguar se esses estudantes negros/as cotistas estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho.

14.1 Das conclusões à inconclusões: as reverberações da pesquisa para além do narrado até aqui os relatos do encontro da pesquisadora e a sua pesquisa

No início desta dissertação, me apresentei, trouxe à tona minha história, minhas raízes, o território de onde venho e as marcas que me moldaram. Cada palavra escrita naquele primeiro momento foi um reflexo do meu ser, um ato de reconhecimento da minha identidade e da minha trajetória. Falar de mim mesma foi o primeiro passo para entender que este trabalho não é apenas uma análise acadêmica, mas um mergulho profundo no meu lugar de fala, nas minhas experiências e na realidade de muitos que, como eu, se veem nos espaços das cotas, nas condições de uma luta contínua pela equidade.

Agora, ao compartilhar um pouco sobre o processo de escrita desta dissertação, percebo que ela não foi uma simples construção acadêmica, mas uma vivência, uma transição entre o acadêmico e o pessoal, entre o rigor da pesquisa e as emoções que permeiam esse percurso. Escrever sobre os estudantes cotistas negros/as foi, de certa forma, escrever sobre mim mesma, sobre minha experiência enquanto aluna, enquanto mulher negra, e sobre a complexa rede de sentimentos e desafios que esse processo envolve. Cada linha escrita se tornou uma reflexão sobre a minha própria existência dentro da educação, sobre as dificuldades que enfrentei e sobre as vitórias que celebro.

Essa pesquisa despertou inúmeros sentimentos em mim, desde o primeiro parágrafo ao

último, sentimentos esses que me fizeram refletir sobre quem eu era, quem sou e quem eu gostaria de ser. Neste momento, com as lágrimas escorrendo no meu rosto, me pego refletindo sobre cada momento na pós-graduação. No começo, sentia o peso da insegurança, o medo de que minhas dúvidas e anseios me desqualificassem. Mas, à medida que avançava, comecei a me envolver melhor com o ambiente em que estava inserida e passei a perceber que a força de fazer dar certo estava justamente nessas marcas da vida, nos desafios, nas superações, no que parecia frágil, mas se mostrava resistente. Aprendi a se aceitar com suas complexidades das coisas e a confiar no processo, compreendendo que crescer não é um ato linear, mas uma dança entre o erro e o acerto. O que mais me tirou do eixo ao desenvolver esta pesquisa foram as entrevistas, pois se tratavam de experiências muito parecidas com as minhas e isso me fazia refletir o tempo todo, não só sobre as vivências dos participantes da pesquisa, mas sobre as minhas vivências e isso me despertou muitas emoções que se expressavam em risadas, choros, bloqueio com a escrita, angústia, esperança, perseverança, dentre outras. A escrita foi uma caminhada difícil e ao mesmo tempo libertadora. Em alguns momentos, as palavras pareciam escapulir, difíceis de organizar, como se o peso da história e da vivência pessoal se entrelaçassem com o rigor acadêmico, criando um campo de tensões. Em outros momentos, a escrita foi um alívio, uma forma de expressar aquilo que, por tanto tempo, esteve guardado. Escrever sobre cotas raciais, sobre as desigualdades que marcam a vida de estudantes negros/as, não foi apenas um trabalho acadêmico; foi um ato de resistência, de afirmação, de transformar as angústias em potência.

Hoje, eu percebi que aprendi muito desenvolvendo esta pesquisa, o mestrado foi uma oportunidade única de desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Durante a pesquisa, não apenas mergulhei nas teorias, nos dados, nas palavras acadêmicas; mergulhei dentro de mim mesma. Descobri em minhas forças, fragilidades, medos e sonhos. Cada desafio que encontrou no caminho não foi apenas uma barreira a ser superada, mas uma oportunidade de crescer, de se reconstituir, de se redescobrir. Estou indo para o doutorado muito mais madura e com a bagagem cheia de conhecimentos.

Esse trabalho é um pedaço da minha história, um fragmento da minha busca por justiça e equidade. Ele é, de algum modo, uma forma de resistência e uma celebração do poder transformador da educação, especialmente para os que, como eu, têm a oportunidade de acessar espaços antes negados. E, ao mesmo tempo, é um convite à reflexão sobre o que ainda falta fazer, para que o caminho se torne mais justo e mais equânime para todos/as nós.

A política de cotas raciais mudou a minha vida e oportunizou que a história de minha família também fosse transformada, sou a primeira dos meus familiares a cursar o mestrado consequentemente o doutorado e isso abriu portas para que meus outros/as familiares, almeja-se estar na pós-graduação, demorou muitas gerações para que isso acontecesse, mas aconteceu.

COTAS ABREM PORTAS!!

Referências

ACOSTA, Pablo. Como melhorar a inclusão dos jovens negros no mercado de trabalho. **World Bank**, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2022/11/03/como-melhorar-a-inclusao-dos-jovens-negros-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AUSTIN, Osmundo Pinho. Eu não sou uma mulher? Sojourner Truth. **Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ANJOS, Ana Carolina Costa; EUCLIDES, Maria Simone; ALVES, Daniela Alves; HERNECK, Heloisa Raimunda. O que dizem as resoluções e os editais de seleção de programas de pós-graduação sobre as ações afirmativas: uma análise provisória da UFV e UNB. In: **Congresso de Pesquisadores/as Negros/as (IV Copene Nordeste)**, 2023, Maceió. IV Copene Nordeste, 2023. p. 1-15. Disponível em: <https://www.copenenordeste2023.abpn.org.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter (orgs.). **Ações afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação**. Volume 1. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 2016.

ASSUMPÇÃO, Andreia dos Santos Barreto de. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, v. 6, p. 5-46, 2014. Disponível em: https://biblioteca.flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BARROS, Manoel de. A infância-Achadouros, **Blogspot**, 2010. Disponível em: <https://manualdebarros.blogspot.com/2010/09/infancia-achadouros.html>. Acesso em 13 jan. 2025.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, n. 02, 1995, p. 458-463. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp->

content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 16, p. 39–64, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2228>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: s.n., 2002. 169 p.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BOHRER, Elis. O suor e a vida dos negros na construção do patrimônio histórico de Ouro Preto. **maisMinas**, 2020. Disponível em: <https://maisminas.org/o-suor-e-a-vida-dos-negros-na-construcao-do-patrimonio-historico-de-ouro-preto/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. Sociedade tradicional: atitude em relação ao tempo e conduta econômica. **Sociologia do trabalho**, v. 5, n. 1, p. 24-44, 1963.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. (Organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

BOCCHINI, Bruno. **População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica**. Agência do Senado, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/662348/CF88_EC135_separata.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Lei de Cotas. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Portaria normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília–DF. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753060868&prcID=5942868>. Acesso em: 28 abri. 2025.

BRASIL. **Lei 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-n-7716-de-5-de-janeiro-de-1989define-os-crimes-resultantes-de-preconceito-de-raca-ou-de-cor/250882032>. Acesso em: 28 abr. 2028.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), 2003, p. 117-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial: a questão das cotas no ensino superior**. 2. ed. Brasília: Attar, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171, 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**. In: A interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Fighting words: Black women and the search for justice**. Minneapolis: University of Minnesota, 1998.

COLABORAÇÃO UNIVERSA. Samira Bueno: 'Mulher mais vulnerável à violência no Brasil é a negra'. **Universa Uol**. São Paulo. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/03/03/samira-bueno-mulher-mais-vulneravel-a-violencia-no-brasil-e-a-negra.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 28 abr. 2025.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. 2017. 254 f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26901?locale=pt_BR. Acesso em: 28 abr. 2025.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Professoras negras em universidades públicas do Ceará: das práticas de enfrentamento aos afrontamentos raciais. **Revista de Ciências Humanas**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/2112/Professoras%20Negras%20em%20Universidade%20P%C3%ABlicas%20do%20Cear%C3%A1%3A%20Das%20Pr%C3%A1ti>. Acesso em: 28 abr. 2025.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Histórias de vida e superação: semelhanças e ambiguidades nos caminhos profissionais de docentes negras. **Vozes, Pretérito & Devir**, v. 7, p. 175-193, 2017. Disponível em: <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/154/173>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Editora UBU, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Entrevista à revista Folha**. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/20/mais!5.html>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa sobre violências no Brasil**. Uol, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/noticias/2023/03/12/pesquisa-violencia-mulheres-negras>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GATTI, Bernardete A. **Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?format=pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GELEDÉS. Percentual de estudantes negros e negras na pós-graduação no Brasil. **Geledés**, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/percentual-de-estudantes-negros-e-negras-na-pos-graduacao-no-brasil/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

G1. Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas, **Geledés**, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; CAMPOS, Luiz Augusto; GATO, Matheus. Introdução: por uma Sociologia do Racismo. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 2, p. 5–12, 2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226504. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/226504>.. Acesso em: 28 abr. 2025.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em: 28 abr. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. p. 39-74.

GOMES, Nilma. Lino.; MIRANDA, Sirley. Aparecida. de. Educação na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). **Educação em Revista**, v. 34, n. 0, p. 3, 23 nov. 2018. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/329172355_Dossie_Educacao_na_Decada_Internacional_dos_Afrodescendentes_2015-2024. Acesso em: 28 abr. 2025.

GOMES, N. L. O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO INDAGA E DESAFIA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 141–162, 2019. Disponível em:
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62. Disponível em: .
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GOMES, Nilma. Lino. Ações afirmativas na ufmg: uma proposta política e pedagógica voltada para alunos e alunas negros. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 73–84, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8975>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017. GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas, 2021. **Revista De Filosofia Aurora**, 33(59). Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/354351435_O_combate_ao_racismo_e_a_descolonizacao_das_praticas_educativas_e_academicas. Acesso em: 28 de abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p.223-244. 1984. Disponível em:
https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES__L%C3%A9li

a_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

JÚNIOR, Jair da costa. Capital Racial: poder simbólico e estrutura de dominação. **REVES - Revista Relações Sociais**, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/T.i/Downloads/revés_admin,+13247-09.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

HOOKS, bell. **Feminist theory**: from margin to center. Boston: South End Press, 1984.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, ano 3, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019. JÚNIOR, Jair da costa. Capital Racial: poder simbólico e estrutura de dominação. **REVES - Revista Relações Sociais**, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/T.i/Downloads/revés_admin,+13247-09.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Taiane Alves de. **“Mãe solo é mãe sozinha”**: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza-CE e região metropolitana. Orientadora: Vera Regina Rodrigues da Silva. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/63971>. Acesso em: 28 abr. 2025.

LIMA, Elânia Francisco. Erguer a voz, não passar a vez: mulheres negras periféricas e os desafios da vida acadêmica. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 122, p. 41–48, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i122p41-48. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/162616>. Acesso em: 28 abr. 2025.

LOPES, Alberto Pereira. A escravidão moderna no Brasil: reflexões de um passado presente. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 7–24, 2017. DOI: 10.22228/rtf.v10i1.617. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/617>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos; MELLO NETO, Ruy de Deus e; GOMES, Alfredo Macedo. Limites da Lei de Cotas nas Universidades Públicas Federais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Pernambuco, v. 6, n. 24, p. 1-20, 18 jan. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2750/275043450006/html/index.html>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: . **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 261-297.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF. Editora SECAD. 2005.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2007. DOI: 10.5216/sec.v4i2.515. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MUNANGA, K. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: UM PONTO DE VISTA EM DEFESA DE COTAS. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 2, 2007. DOI: 10.5216/sec.v4i2.515. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

QUEIROZ, Rafaela Cristina Souza de. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 40, p. 213-230, 201. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9475>. Acesso em: 28 abr. 2025.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. (Org.). In **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Pedro: Vértice, 1988.

PAIVA, Angela Randolpho; ALMEIDA, Lady Christina. Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa. In: PAIVA, A. (Org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas, 2010. p. 75-115.

PACHECO, Tânia. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. In: I Seminário Cearense Contra o Racismo Ambiental. **Anais**. Fortaleza: Ceará, 2006. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DesInjAmbRac.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PICAÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. **Rev. bras. Ci. Soc**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/RVwQmFmKkxjvMXHTPKF8Rwd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PINA, Ruti. Por que o crime de Brumadinho também é um caso de racismo ambiental. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/28/por-que-o-crime-de-brumadinho-tambem-e-um-caso-de-racismo-ambiental/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e pós-graduação**: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007. 31p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/31470/317.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. Feminismos Plurais.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49626474/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues-libre.pdf?1476566932=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DATUALIDADE_DO_CONCEITO_DE_INTERSECCIONAL.pdf&Expires=1722995544&Signature=NKq1gUDpLaQauYRW84E5uz~4aHT6C4cy3Gx9UkEj8b6s99A5fd00Rhn0moZpaufSAGwKG0LiSLc3~4xeiPFK-QNFZLQqu0ISIsucr2GRO01w8r7P2UAISViKDFBoMQFIQE5Qw9FyindrVAaJ8rUnTtQjnyqEgq5-vVWPGaLXn5vEfcDX2Wto-fodWceE~5wjTXKr1-wKbnIeUbG4fjR-~RliHisxF4B-cgqyn-Xwf7BXJQ444Tn9li4UD9J7eO35tdX6owoZkoUwKviowpLDhtUqTYvvLi5NqZyCX1VtGiZNWaUGzsgAzEx9Of3FEvJKL9GJruv7VdoxROTth7E8A &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. (Tese de Doutorado) Repositório UFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SEGUEL, Alfredo. Racismo ambiental, **Uol**, 2013. Disponível em: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8117&cod_canal49. Acesso em 28 abr. 2025.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, pp. 41-58. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, Karine de Souza. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 020-041, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Karine-Silva-11/publication/343863439_A_mao_que_afaga_e_a_mesma_que_apedreja_Direito_imigracao_e_

a_perpetuacao_do_racismo_estrutural_no_Brasil/links/5f459717299bf13404f5d768/A-mao-que-afaga-e-a-mesma-que-apedreja-Direito-imigracao-e-a-perpetuacao-do-racismo-estrutural-no-Brasil.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

SIMÕES, Nataly. Crianças e adolescentes negros são maioria dos 1,6 milhão em situação de trabalho infantil. **Educação e Território**, 2024. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/criancas-e-adolescentes-negros-sao-maioria-dos-16-milhao-em-situacao-de-trabalho-infantil/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Multiculturalismo e metamorfose na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira. In: BONELLI, Maria da Glória; LANDA, Martha Diaz Villegas de (org.). **Sociologia e Mudança Social no Brasil e na Argentina**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2013.

SOTÉRIO, Carolina; HAFIZ, Mariana. Índices de depressão e ansiedade são maiores em alunos de pós-graduação. **Comciência dossiê gaza**, 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/indices-de-depressao-e-ansiedade-sao-maiores-em-alunos-de-pos-graduacao/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2021. Rio de Janeiro: Zahar. 171p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução CEPE N° 08/2019** - Política de Ação Afirmativa para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa: UFV, 2019. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-2019-CEPE-A%c3%a7%c3%b5es-Afirmativas-P%c3%b3s.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VENÂNCIO, Karina Regina. **Impactos do racismo na vivência universitária**: a experiência de estudantes negros em uma universidade pública brasileira (2017-2018). 2023. 1 recurso online (146 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/14753>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa na pós-graduação**: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. 319f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12384>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-

graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1292-1313, out./dez. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4438>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES, Júnior João. **Política de ação afirmativa na pós-graduação: O CASO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dyyLjXzMKQCwnbz4DwZCGdK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina; PENIDO, Hanna. Ações afirmativas na pós-graduação: panorama das políticas adotadas por programas acadêmicos de universidades públicas em 2021. **Boletins do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap)**, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Boletim-Obaap-n.1_Ac%C3%A7%C3%83es-afirmativas-na-po%C3%81s-graduc%C3%A7%C3%83o-em-2021_.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina; SILVA, Emili Senra da. Guia básico de ações afirmativas na pós-graduação. **Guias do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (Obaap)**, n. 1, 2023. Disponível em: . https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Manual_Guia-AA-na-PG_Completo.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

VORONIUK, Claudia Regina; DA SILVA PEREIRA, Marcia Daniella. Exploração de mão de obra infantil de crianças negras no Brasil. **Revista de Estudos Jurídicos**, v. 2, n. 32, 2022. Disponível em: <http://cespar.edu.br/index.php/actionrevista/article/view/167>. Acesso em: 28 abr. 2025.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica**, 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%a9dicios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%a9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Apêndices

Apêndice A: TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO (PDPG)
ALTERIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a/e) participante,

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa “Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós-graduações da Universidade Federal de Viçosa”, tem por objetivo investigar o perfil de cotistas ingressantes nos Programas de Pós-Graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2022 e 2023, nestas evidenciando como se relacionam as temáticas étnico-raciais e de gênero. Trata-se de um estudo importante, justificado pela necessidade de discutir as trajetórias, dificuldades, estratégias de permanência, as conquistas, produções e fazeres científicos de pessoas negras na pós-graduação.

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você será convidado(a/e) a conceder uma entrevista. Você deverá responder conforme percebe, não existem respostas certas ou erradas. Lembrando que sua participação é voluntária e tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo durante a entrevista (caso seja convidado(a/e) a concedê-la) sem nenhum prejuízo a você.

Informações importantes

Você também pode se recusar a responder a quaisquer perguntas que não queira responder e a qualquer momento pode se retirar da pesquisa, caso assim se sinta desconfortável. Se durante a participação nas entrevistas, houver dificuldade de lidar com as suas lembranças ou emoções, você também poderá pedir à entrevistadora que agende serviços de apoio. Para a minimização dos riscos durante a coleta de dados, o contato telefônico e o digital das pesquisadoras serão disponibilizados, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo.

As entrevistas poderão ser gravadas, caso autorize e as pesquisadoras poderão tomar notas. **Todas as entrevistas serão mantidas no anonimato.** Se, por algum motivo, as informações fornecidas, durante as entrevistas permitirem a sua identificação, a equipe de pesquisa se certificará de mudá-la, mantendo a permanência do anonimato. Destacamos ainda que os dados serão

mantidos em sigilo/segredo sendo manipulados exclusivamente pelas pesquisadoras.

Por fim, antes de concordar com a sua participação, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder quaisquer tipos de dúvidas antes que você decida participar ou quando julgar necessário.

RISCOS E DESCONFORTOS

Ser entrevistado(a/e), poderá trazer algum desconforto sobre os atravessamentos raciais e situações de racismo e discutir sobre o que é ser uma pessoa negra em contexto de pós-graduação. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela garantia de manutenção de sigilo e da privacidade dos(as/es) participantes durante todas as fases da pesquisa, e certeza de que os dados levantados na entrevista serão publicados apenas com finalidade acadêmica e mantendo anonimato. Ademais, todo o processo de tratamento e análise de dados será feito exclusivamente pelas pesquisadoras. Garante-se ainda a(ao) participante a não continuidade em continuar respondendo a entrevista, caso sinta algum incômodo. Por fim, a pesquisa tratará da identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

BENEFÍCIOS

A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero, raça e classe, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

Esse termo de consentimento encontra-se em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você de forma digital e caso tenha interesse pode solicitar impresso.

DECLARAÇÃO

Eu, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntária da pesquisa “Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós-graduações da Universidade Federal de Viçosa”. Declaro que fui informado/a/e dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do pesquisador responsável: Lidiane Cesário Barreto
Departamento de Educação (DPE)

Os contatos das pesquisadoras são:

Lidiane Cesário Barreto, 31 9544-4675 lidiane.barreto@ufv.br

Maria Simone Euclides, 31 8281-2012, maria.euclides@ufv.br

Heloisa Raimunda Herneck 31 8893-4521; hherneck@ufv.br Daniela Alves De Alves, 31 8561-

8235; danielaa.alves@ufv.br

Ana Carolina Costa dos Anjos, (16) 99790-3545; carolcdosanjos@gmail.com Nirvana Rodrigues Nicolato, 32 9175-4144, nirvana.psico@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, sin - Campus Universitário.

Cep: 36570-900, Viçosa/MG

Telefone: (31) 3899-2492

E-mail: cep@ufv.br / www.cep.ufv.br

VIÇOSA, 2024.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

PRESENCAS NEGRAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÕES: EMERGÊNCIAS E AGÊNCIAS NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Coordenado pelas professoras Maria Simone Euclides, Daniela Alves e Alves e Heloisa Raimunda Herneck.

Esta etapa da pesquisa está sendo desenvolvida pela pós-doutoranda Ana Carolina Costa dos Anjos, todas vinculadas à Universidade Federal de Viçosa.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a/e) participante,

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa “Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós-graduações da Universidade Federal de Viçosa”, tem por objetivo identificar e compreender as agências de estudantes negros e negras cotistas presentes nos Programas de Pós- Graduações das seguintes universidades federais: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade de Brasília. Trata-se de um estudo importante, justificado pela necessidade de discutir as trajetórias, dificuldades, estratégias de permanência, as conquistas, produções e fazeres científicos de pessoas negras na pós-graduação.

1 PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você será convidado(a/e) a responder um questionário (via google forms, plataforma GSuit), sobre seu perfil socioeconômicos, gênero, raça, cursos de pós-graduação que está cursando, produção e inserção permanência na pós-graduação. E pode ser convidado(a/e) a conceder uma entrevista. Você deverá responder conforme percebe, não existem respostas certas ou erradas. Lembrando que sua participação é voluntária e tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a responder o questionário ou durante a entrevista (caso seja convidado/a/e a concedê-la) sem nenhum prejuízo a você.

Informações importantes

Você também pode se recusar a responder a quaisquer perguntas que não queira responder e a qualquer momento pode se retirar da pesquisa, caso assim se sinta desconfortável. Se durante a participação nas entrevistas, houver dificuldade de lidar com as suas lembranças ou emoções, você também poderá pedir à entrevistadora que agende serviços de apoio. Para a minimização dos riscos durante a coleta de dados, o contato telefônico e o digital das pesquisadoras serão disponibilizados, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo.

As entrevistas poderão ser gravadas, caso autorize e as pesquisadoras poderão tomar notas. **Todas as entrevistas serão mantidas o anonimato.** Se, por algum motivo, as informações fornecidas, durante as entrevistas permitirem a sua identificação, a equipe de pesquisa se certificará de mudá-la, mantendo a permanência do anonimato.

Destacamos ainda que os dados serão mantidos em sigilo/segredo sendo manipulado exclusivamente pelas pesquisadoras.

Por fim, antes de concordar com a sua participação, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder quaisquer tipos de dúvidas antes que você decida participar ou quando julgar necessário.

2 RISCOS E DESCONFORTOS

O procedimento utilizado, isto é, responder a um questionário e – caso seja selecionado – ser entrevistado(a/e), poderá trazer algum desconforto sobre os atravessamentos raciais e situações de racismo e discutir sobre o que é ser uma pessoa negra em contexto de pós-graduação. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela garantia de manutenção de sigilo e da privacidade dos(as/es) participantes durante todas as fases da pesquisa, e certeza de que os dados levantados (questionário e entrevista) serão publicados apenas com finalidade acadêmica e mantendo anonimato. Ademais, todo o processo de tratamento e análise de dados será feito exclusivamente pelas pesquisadoras. Garante-se ainda a(o) participante a não continuidade em continuar respondendo (questionário ou entrevista), caso sinta algum incômodo. Por fim, a pesquisa tratará a identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

3 BENEFÍCIOS

A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e

fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero e raça, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

COM QUEM POSSO ENTRAR EM CONTATO CASO TENHA DÚVIDAS?

Departamento de Educação da UFV , no endereço Avenida Purdue, s/nº, Campus Universitário, CEP 36570.900 .Viçosa (MG), (31) 3612-7509.

Os contatos das pesquisadoras são:

Ana Carolina Costa dos Anjos, (16) 99790-3545; carolcdosanjos@gmail.com Maria Simone

Euclides, 31 8281-2012, maria.euclides@ufv.br

Daniela Alves De Alves, 31 8561-8235; danielaa.alves@ufv.br Heloisa Raimunda Herneck 31

8893-4521; hherneck@ufv.br

E, caso você apresente alguma dúvida ou consideração sobre a condução ética da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário, Viçosa/MG, CEP: 36570-900. E-mail: cep@ufv.br. Telefone: (31) 3612- 2316.

Esse termo de consentimento encontra-se em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você de forma digital e caso tenha interesse pode solicitar impresso.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pode ser acessado no [LINK](#) e caso tenha interesse pode solicitar impresso

2. Sendo assim, dou meu consentimento livre e esclarecido para que os dados sejam utilizados na realização desta pesquisa. *

Sim Não

Apêndice B: Questionário

3. **Nome ***

4. **Escolaridade ***

Mestrando/a/e Doutorando/a/e

5. **Semestre de entrada no programa de pós-graduação ***

2022/1

2022/2 2023/1 2023/**Em qual programa você está matriculado(a)? ***

- Administração (Mestrado e Doutorado)
- Agroecologia
(Mestrado)
- Agronomia (Produção Vegetal - Mestrado, campus Rio Paranaíba) Agroquímica (Mestrado e Doutorado)
- Arquitetura e Urbanismo (Mestrado e Doutorado) Biologia Animal (Mestrado e Doutorado)
- Biologia Celular e Estrutural (Mestrado e Doutorado) Bioquímica Aplicada (Mestrado e Doutorado)
- Botânica (Mestrado e Doutorado)
- Ciência da Computação (Mestrado e Doutorado) Ciência da Nutrição (Mestrado e Doutorado)
- Ciência e Tecnologia de Alimentos (Mestrado e Doutorado) Ciência Florestal (Mestrado e Doutorado)
- Ecologia
(Mestrado e Doutorado) Economia (Mestrado)
- Economia Aplicada (Mestrado e Doutorado) Economia Doméstica (Mestrado e Doutorado) Educação (Mestrado)
- Educação Física (Mestrado e Doutorado) Engenharia Agrícola (Mestrado e Doutorado) Engenharia Civil (Mestrado e Doutorado) Engenharia Química (Mestrado)
- Entomologia (Mestrado e Doutorado)
- Estatística Aplicada e Biometria (Mestrado e Doutorado) Extensão Rural (Mestrado e Doutorado)
- Física (Mestrado e Doutorado)
- Fisiologia Vegetal (Mestrado e Doutorado)
- Fitopatologia (Mestrado e Doutorado) Fitotecnia (Mestrado e Doutorado)
- Genética e Melhoramento (Mestrado e Doutorado) Geografia (Mestrado)
- Letras (Mestrado)
- Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários Matemática (Mestrado)
- Medicina Veterinária (Mestrado e Doutorado) Meteorologia Aplicada (Mestrado e Doutorado) Microbiologia Agrícola (Mestrado e Doutorado)
- Multicêntrico em Química de Minas Gerais (Mestrado e Doutorado) Solos e Nutrição de Plantas (Mestrado e Doutorado) Zootecnia (Mestrado e Doutorado)
- Ciências da Saúde (Mestrado Profissional)
- Defesa Sanitária Vegetal (Mestrado Profissional)
- Educação em Ciências e Matemática (Mestrado Profissional) Ensino em Física (Mestrado Profissional)
- Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (Mestrado Profissional) Química em Rede Nacional (Mestrado Profissional)
- Tecnologia e Celulose de Papel (Mestrado Profissional) Zootecnia (Mestrado Profissional)
- Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP (Mestrado Profissional)

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Toda pesquisa tratará a identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

6. Qual sua idade? *

7. Qual sua naturalidade? Cidade e estado *

8. Qual sua identidade de gênero? *

- Mulher cisgênero (O cisgênero consiste no indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença") Homem cisgênero (O cisgênero consiste no indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença") Mulher transexual/transgênero
 Homem transexual/transgênero Não binário
 Queer

9. Estado Civil *

Casado(a/e) Separado(a/ Viúvo(a/e) Solteiro(a/e)

10. Raça/Cor/Etnia

Branco(a/e) Preto(a/e) Pardo(a/e) Indígena(e) Amarelo(a/e)

11. Qual sua renda? *

1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.320,00 a R\$3.960,00)

1 a 6 salários mínimos (R\$5.280,00 a R\$7.920,00)

7 a 9 salários mínimos (R\$9.240,00 a R\$11.880,00)

Acima de 9 salários mínimos

12. Você tem filhos(as/es)? *

Sim

Não

13. Quantos filho(a/e)s você têm? *

Não tenho filho(a/e)s

1 filho(a/e)

2 filho(a/e)s

3 filho(a/e)s

4 filho(a/e)s

5 filho(a/e)s

Mais de 5 filho(a/e)s

14. Você possui dependentes financeiros? *

Sim

Não

15. Quantas pessoas dependem financeiramente de você?
- Não tenho dependentes financeiros
 - 1 pessoa
 - 2 pessoas
 - 3 pessoas
 - 4 pessoas
 - 5 pessoas
 - Mais pessoas
16. Você se mudou de cidade para cursar a pós graduação? * Sim
 Não
17. Caso a resposta anterior seja positiva: Qual foi a última cidade em que você morou antes de iniciar o curso de pós-graduação?
18. Em qual cidade você reside atualmente?
19. Você já acessou ou acessa políticas sociais universitárias, como por exemplo: Bolsa permanência, alimentação, moradia, etc.? *
- Sim Não
20. Caso a resposta anterior seja positiva: descreva qual(is) foi(foram) a(s) política(s).
21. Qual é o tipo de sua residência? *
- Casa Sítio
 Fazenda Apartamento
 Outro:
-
22. Qual é a situação do imóvel em que você reside? * Próprio
 Financiado Cedido Trocado Alugado
23. Qual sua situação atual de moradia? *
- Com o pai, com a mãe ou ambos
 Com cônjuge Pensão/pensionato República estudantil Moradia mantida pela família Casa de amigos Moradia pertence e/ou mantida pelo município de origem Moradia pertence e/ou mantida pela UFV
24. Em qual tipo de instituição cursou o ensino médio? *
- Particular Particular (bolsista) Público-particular
 Pública Municipal Pública Estadual Pública Federal
25. Em qual tipo de instituição cursou a graduação? *
- Comunitária

- Pública Municipal
- Pública Estadual
- Pública Federal
- Público-privada
- Privada
- Privada com FIES
- Privada com ProUni

Privada com financiamento da Instituição

26. Durante a graduação participou de algum projeto de pesquisa?

27. Durante a graduação você desenvolveu alguma atividade remunerada? *

- Não Sim Estágio
- Sim. Regime CLT Sim. Concursado Sim. Contratado(a/e) Sim. Autônomo(a/e)
- Outro:

Trajetória na pós-graduação

28. Ao ingressar como cotista você passou pelo processo de Heteroidentificação Racial? * Sim

Não

29. Você é Bolsista? Se sim, de qual agência de fomento? *

- Capes
- CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa (como FAPEMIG)
- Fundação Internacional de Apoio à Pesquisa
- Fundações Privadas de Apoio à Pesquisa
- Empresa Privada Não sou Bolsista

30. Participa ou já participou de algum coletivo universitário negro, movimento social negro, núcleo de estudos sobre a temática étnico-racial?

- Não
- Sim. Movimento Negro
- Sim. Coletivo negro universitário
- Sim. Núcleo de estudos sobre a temática étnico-racial
- Sim. Em mais de uma.

Seção 1 – DADOS SOCIOECONÔMICOS

- Quem é você, de onde você é, e onde reside atualmente?
- Como é a dinâmica familiar, do ponto de vista da subsistência, rotinas, atividades domésticas?
- Possui filhas/os? Sim, quantos?
- Atualmente, você faz deslocamentos mais longos para as atividades da pós-graduação? Quais?
 - Como é sua subsistência em Viçosa: você tem auxílio institucional (bolsa), familiar, você trabalha?
- Se trabalha – quais atividades exerce? Qual(is) tipo(s) de vínculo?
- Como você tem atendimento de saúde (física e mental), em Viçosa?
- O que você faz além dos estudos: como atividade de lazer, esporte, socialização etc.?
- Você participa ou já participou de algum movimento social, movimento negro, coletivos, grupo identitários, étnicos? Porque? Onde?

Seção 2 – PÓS-GRADUAÇÃO: PROJETOS E AGENDAS DE PESQUISA

- O fato do edital do seu programa de pós-graduação ter a possibilidade de ingresso por cotas te influenciou/motivou a se candidatar para o programa?
- Você é a primeira pessoa da família a entrar na pós-graduação?
 - Conte como foi sua chegada na pós-graduação (ambientação, impacto da chegada, suas impressões)
- Foi a sua primeira tentativa de seleção de mestrado e ou doutorado?
- Como é seu cotidiano na atividade de pesquisa? Fica mais na UFV, em casa, no laboratório?
 - Como é a sua relação com os colegas de curso e com os docentes e técnicos do programa de pós a que esta vinculado/a?
- Como é a sua relação com a/o sua/eu orientadora/or de mestrado e/ou doutorado?
- Como é a dinâmica da orientação?
 - O que você pesquisa? Temática, autores? É a mesma temática que foi aprovada na seleção? A sua pesquisa de mestrado/doutorado aborda as questões étnico raciais e/ou de gênero?
 - Participa de algum grupo de pesquisa ou grupo de estudos cujo foco sejam as questões raciais e/ou de gênero? Se sim, qual/quais? Porque?

- Você já publicou algum texto acadêmico tais como resumos em anais de congresso, revistas científicas, capítulos de livro, etc, nas temáticas raciais e/ou de gênero? Fale um pouco sobre isso.
- Você já escreveu/escreve sobre temáticas raciais e de gênero em algum blog, páginas e revistas? Fale um pouco sobre isso.
- Você percebe/acha que seu projeto de pesquisa traz alguma novidade/ inovação para sua área de conhecimento? Se sim, qual/quais?
- Você percebe/acha que o seu projeto de pesquisa traz alguma contribuição para os estudos raciais? Se sim, qual/quais?
- No programa tem alguma disciplina ou aula que discute as questões raciais e/ou de gênero? Quem ministra essa aula?
- No seu programa de pós-graduação tem professoras/es negras/os/es. Se sim quantas/os. O seu/sua orientador/a é negro/a?

- No programa há pesquisadoras/es que discutam e orientem as temáticas raciais? Se sim, quem são?
- Você já percebeu ou vivenciou alguma situação de racismo ou discriminação racial na pós- graduação? Como foi? Você teve algum apoio? De quem?
- Você já percebeu ou vivenciou alguma situação de sexismo ou discriminação de gênero? Como foi? Você teve algum apoio? De quem?
- Quais são seus principais desafios na pós-graduação?
- Já pensou em desistir do mestrado e/ou doutorado? Se sim, por qual motivo?
- Para você o que representa ser um/uma cotista negro/a/e em um programa de pós - graduação (no âmbito pessoal, acadêmico, profissional, familiar e coletivo)?

ANEXOS

Anexo 1: Parecer do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA - UFV



Contribuição do Parecer: 6.174.511

2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

e os seguintes Benefícios: A pesquisa terá como benefícios A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero e raça, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

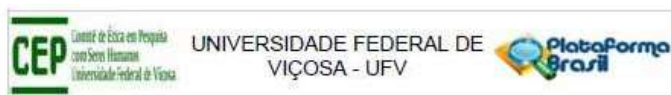
Os pesquisadores propõem estudo unicêntrico, no país por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas on-line, do tipo quali-quali, conforme descrito em "Metodologia" no campo "Apresentação do Projeto" acima. O número de participantes está estimado em 30 para entrevistas e 270 para questionários. O orçamento total é de R\$ 50.000,00, com a informação de que há financiamento pelo edital 037/2022 da CAPES - Programa Alteridade na Pós - Graduação e que será desenvolvido entre 2022-2026 (Bolsa 1 de Mestrado - 2023 a 2025; Bolsa 2 de Mestrado: 2024 a 2026, Bolsa de Pós-Doutorado 1- 2023 a 2024; Bolsa de Pós- Doutorado 2- 2024 a 2025; Bolsa de Pós-Doutorado 3- 2025 a 2026). A coleta de dados por entrevistas será iniciada em 08/2023 e o término está programado para 02/2026. Houve pendência devidamente respondida.

Segundo o padrão de tipificação da pesquisa, constante na Resolução CNS nº 674/2022, o delineamento do estudo se caracteriza como: I) Estudo que visa descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano do participante de pesquisa; II) Não há intervenção no corpo humano; III) TIPO A3 (Entrevista, aplicação de questionários, grupo focal ou outras formas de coleta dirigida de dados). Portanto, a tramitação do presente protocolo é simplificada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os pesquisadores acostaram no formulário online (incluir os documentos que foram juntados no

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.174.511

protocolo. Se houver pendência em algum, após análise, incluir na frente a informação “ – com pendência”);

1. TCLE;
2. Roteiro de mapeamento de cotistas;
3. Cronograma sem compromisso explícito de iniciar a pesquisa após a aprovação do sistema CEP/Conep;
4. Projeto de pesquisa;
5. Folha de rosto assinada.

Recomendações:

Incluir assinatura digital no arquivo do TCLE que será disponibilizado ao(à) participante; Informar que o(a) participante devem baixar o arquivo do TCLE e/ou imprimi-lo antes de dar início às respostas do formulário (ver a Carta Circular nº 01/2021: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2163387.pdf	22/06/2023 09:53:13		Aceito
Cronograma	Cronograma_.pdf	22/06/2023 09:52:56	MARIA SIMONE EUCLIDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_Detalhado_.pdf	22/06/2023 09:50:02	MARIA SIMONE EUCLIDES	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Artur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br